PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Trabalhos selecionados da XI mostra de iniciação científica e extensão comunitária e X mostra de pesquisa de pós-graduação

IMED Inspira quem transforma

PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Trabalhos selecionados da XI Mostra de Iniciação Científica e
Extensão Comunitária e X Mostra de Pesquisa de Pós-Graduação

saluz

Conselho Editorial

Dr. Paulo César Carbonari
Presidente
Dr. Iltomar Siviero
Secretário

Área Ciências Humanas
Dr. Adriano Correia (UFG); Dr. Agostinho Both;
Dr. Castor Bartolomé Ruiz (UNISINOS); Dr. Eldon Henrique Mühl (UPF);
Dr. Johannes Doll (UFRGS); Dra. Maria Nazaré Tavares Zenaide (UFPB);
Dr. Miguel García Baró López (UPC, Madrid);
Dr. Ricardo Timm de Souza (PUCRS); Dr. Robinson dos Santos (UFPel);
Dr. Sandro Chignola (UPA, Itália); Dra. Vanderleia Pulga Daron (UFFS)

Área Ciências Sociais Aplicadas
Dr. Antônio Carlos Wolkmer (UFSC); Dr. Astor Diehl (UPF);
Dr. Henrique Aniceto Kujawa (IMED); Dr. Jandir Pauli (IMED);
Dr. João Carlos Tedesco (UPF); Dr. Joviles Vitório Trevisol (UFFS);
Dr. Solon Eduardo Annes Viola (UNISINOS); Dr. Theofilos Rifiotis (UFSC)

Área Saúde
Dra. Alacoque Erdmann (UFSC); Dr. Leocir Pessini (CUSCSP);
Dra. Lia Mara Wibelinger (UPF); Dr. Luiz Antônio Bettinelli (UPF);
Dra. Marilene Rodrigues Porttella (UPF); Dr. Roque Junges (UNISINOS)

Área Linguística, Letras e Artes
Dra. Adriana Dickel (UPF); Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste (UPF)

Faculdade IMED

PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Trabalhos selecionados da XI Mostra de Iniciação Científica e
Extensão Comunitária e X Mostra de Pesquisa de Pós-Graduação

Passo Fundo
Saluz
2017

© 2017 Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE)

Edição: Editora do IFIBE
Capa: Rodrigo Oscar Roman
Projeto gráfico: Diego Ecker
Diagramação e normatização: Elias Fochesatto; Israel Rodigheri

Editora do IFIBE
Rua Senador Pinheiro, 350
99070-220 – Passo Fundo – RS
Fone: (54) 3045-3277
E-mail: editora@ifibe.edu.br
Site: www.ifibe.edu.br/editora

Editora filiada

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

CIP – Catalogação na Publicação

P453 Pesquisa e Iniciação científica: trabalhos selecionados da XI Mostra de Iniciação Científica e Extensão Comunitária e X Mostra de Pesquisa de Pós-Graduação [recurso eletrônico] / Faculdade IMED. -- Passo Fundo: Saluz, 2017.
101 p. :il ; 21x29 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-69343-35-6

1. Pesquisa científica. 2. Iniciação científica. I. Faculdade IMED, org.

CDU: 001.8

Catalogação: Bibliotecária Angela Saadi Machado - CRB 10/1857

2017
Proibida reprodução total ou parcial nos termos da lei.
Instituto Superior de Filosofia Berthier – Editora do IFIBE

SUMÁRIO

Apresentação..... 8

Mediação e sustentabilidade: por uma cultura da cooperação a partir dos objetivos do desenvolvimento sustentável..... 10
Rafaela Rovani de Linhares, Sérgio Ricardo Fernandes de Aquino

Proteção à privacidade e aos dados pessoais na prisão em flagrante: análise do Habeas corpus nº 51.531 – RO, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça 19
Bruno Almir Scariot Alves, Iuri Bolesina

Mídia como controle social informal: uma análise crítica do jornal *O Globo* sobre a redução da maioridade penal..... 30
Patrícia Silveira da Silva, Marília de Nardin Budó

Funcionalidade e viabilidade para o uso de aplicativos de celular para melhorar a mobilidade urbana 39
Tauana Bertoldi, Indiara Pinto Brezolin, Chauana Martinelli Pedroso, Alcindo Neckel

Dynamo e Grasshopper: difusão científica e popularidade entre usuários 45
Paola Zardo, Juliano Lima da Silva, Andrea Quadrado Mussi

Comparativos das aglomerações comerciais e residenciais em grandes centros urbanos..... 54
Liane Dalla Gasperina, Angela Emilia Chiamentti, Alcindo Neckel

Estágio em uma Comunidade Terapêutica: relato de experiência..... 62
Michele Minozzo Sathes, Susana Konig Luz

Teorias explicativas acerca da pressão social e conformidade no consumo de álcool: uma revisão sistemática..... 69
Louise Dall'Agnol Stavinski, Giovanna Nonemacher, William Weber Cecconello, Elenise Abreu Coelho, Carlos Costa

Sustentabilidade social e saúde pública: uma análise bibliométrica 78
Sidimar Meira Sagaz, Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga, Jordana Marques Kneipp, Deison Alencar Lucietto

Proposições de melhorias para os processos de socialização e avaliação especial de desempenho: um estudo em uma Instituição de Ensino Superior 91
Gean Carlos Tomazzoni, Jhony Pereira Moraes, Geneia Lucas dos Santos

APRESENTAÇÃO

A IMED é uma instituição de ensino superior pautada pela excelência acadêmica e, portanto, a pesquisa científica é um aspecto intensamente incentivado e promovido pela Instituição. Neste sentido, realizou-se neste ano de 2017 a XI Mostra de Iniciação Científica e Extensão Comunitária e X Mostra de Pesquisa de Pós-Graduação da IMED. Tal evento, além de divulgar os excelentes resultados de pesquisas realizadas pelos discentes e docentes participantes do evento, compreendida como a produção do conhecimento, vinculada a um referencial científico e metodológico, incentiva também a extensão, diante da aplicação e divulgação deste conhecimento científico à comunidade externa.

Desta forma, entendendo-se que a pesquisa científica, aliada à extensão, deve estar presente constantemente no cotidiano acadêmico, gerando efeitos positivos e concretos também na comunidade, a presente obra, além de ratificar tais resultados, consolida também, neste ano, um dos valores basilares da IMED: o empreendedorismo. Tal tema orientou a construção de todos os trabalhos apresentados no evento, que ultrapassaram a centésima casa numérica, o que se repete ao longo dos anos na Instituição, dada a sua tradição de pesquisa, iniciação científica e extensão comunitária, que são preocupações e áreas prioritárias desta desde a sua origem.

"Empreendedorismo na Pesquisa" promoveu a discussão acadêmica, científica e comunitária do evento, o qual recebeu trabalhados de ordem teórica e resultados de pesquisas aplicadas. Tal tema representou a realização de algo novo, a partir da aplicação prática da criatividade e do aprendizado, superando as dificuldades e transformando a realidade, já que o empreendedor possui a característica de identificar novas oportunidades e concretizá-las, saindo da zona de conforto e do senso comum. A partir de uma perspectiva crítica e propositiva, a comunidade acadêmica refletiu e discutiu sobre esta temática, desenvolvendo e aprimorando habilidades e competências empreendedoras na pesquisa.

Assim, diante do significativo número de trabalhos inscritos e apresentados no respectivo evento e também da eminente qualidade e relevância crítica dos mesmos, elaborou-se a presente obra, constituída pelos dez trabalhos que obtiveram excelente avaliação juntamente ao destaque na sua apresentação teórica e oral. Ressalta-se que a apreciação na qual o leitor aventurar-se-á é marcada por uma pluralidade de perspectivas e temas, já que uma das características fundamentais deste exemplar é a diversidade de temas em virtude da construção em lógica multidisciplinar, compreendendo diversas áreas do conhecimento.

A característica supramencionada já é desvelada ao caro leitor pelos excelentes trabalhos que lhe são apresentados, desde o âmbito das ciências jurídica, a partir da **"Mediação e sustentabilidade: por uma cultura da cooperação a partir dos objetivos do desenvolvimento sustentável"**, Rafaela Rovani de Linhares, Sergio Ricardo

Fernandes de Aquino; **"Proteção à privacidade e aos dados pessoais na prisão em flagrante: análise do Habeas corpus nº 51.531 – RO, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça"**, Bruno Almir Scariot Alves, Iuri Bolesina; **"Mídia como controle social informal: uma análise crítica do jornal O Globo sobre a redução da maioridade penal"** Patrícia Silveira da Silva, Marília de Nardin Budó; passando pela arquitetura e urbanismo com a **"Funcionalidade e viabilidade para o uso de aplicativos de celular para melhorar a mobilidade urbana"** Tauana Bertoldi, Indiara Pinto Brezolin, Chauana Martinelli Pedroso, Alcindo Neckel; **"Dynamo e Grasshopper: difusão científica e popularidade entre usuários"** Paola Zardo, Juliano Lima da Silva, Andrea Quadrado Mussi; **"Comparativos das Aglomerações Comerciais e Residenciais em grandes centros urbanos"** Liane Dalla Gasperina, Angela Emilia Chiamentti, Alcindo Neckel.

Destacam-se também trabalhos da psicologia e administração com **"Estágio em uma Comunidade Terapêutica: relato de Experiência"** Michele Minozzo Sathes, Susana Konig Luz; **"Teorias explicativas acerca da pressão social e conformidade no consumo de álcool: uma revisão sistemática"** Louise Dall'Agnol Stavinski, Giovanna Nonemacher, William Weber Cecconello, Elenise Abreu Coelho, Carlos Costa; **"Sustentabilidade social e saúde pública: uma análise bibliométrica"** Sidimar Meira Sagaz, Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga, Jordana Marques Kneipp, Deison Alencar Lucietto; **"Proposições de melhorias para os processos de socialização e avaliação especial de desempenho: um estudo em uma Instituição de Ensino Superior"** Gean Carlos Tomazzoni, Jhony Pereira Moraes, Geneia Lucas dos Santos.

Em face do exposto sobre a presente obra e dos excelentes trabalhos que a compõem, nada mais havendo a declarar, resta apenas desejar os votos sinceros de uma boa leitura, que com certeza renderá uma reflexão teórica e crítica sobre múltiplos assuntos atuais e polêmicos, que têm sido centrais na discussão acadêmica, científica e comunitária, na IMED, primordiais para a consolidação da excelência acadêmica. Que a obra seja além de inspiradora, transformadora!

Uma boa leitura.

Tamiris Alessandra Gervasoni
Supervisora do Departamento de Pesquisa e Extensão da IMED

MEDIAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: POR UMA CULTURA DA COOPERAÇÃO A PARTIR DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Mediation and sustainability: for a culture of cooperation from the objectives of sustainable development

Rafaela Rovani de Linhares
Acadêmica de Direito IMED. Bolsista do Programa de Iniciação Científica da IMED.
E-mail: <rafaelarovani@hotmail.com>.

Sérgio Ricardo Fernandes de Aquino
Doutor e Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado – em Direito da Faculdade IMED. Pesquisador da Faculdade Meridional. Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas, Contingência e Técnica na linha de pesquisa Norma, Sustentabilidade e Cidadania da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro associado do Conselho Nacional de Pós-Graduação em Direito (CONPEDI). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Ética, Cidadania e Sustentabilidade no Programa de Mestrado em Direito (PPGD) da Faculdade IMED. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Direitos Culturais e Pluralismo Jurídico da Faculdade IMED. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transnacionalismo e Circulação de Modelos Jurídicos da Faculdade IMED. Líder, em participação com o Professor Dr. Neuro José Zambam, no Centro Brasileiro de pesquisa sobre a teoria da Justiça de Amartya Sen. Membro da Associação Brasileira de Ensino de Direito (ABEDi). Membro do Grupo de Pesquisa em Direito Empresarial e Sustentabilidade, do Instituto Blumenauense de Ensino Superior.
E-mail: <sergio.aquino@imed.edu.br>.

Resumo

Este artigo científico tem como objetivo geral avaliar como a Mediação e a Sustentabilidade trazem significado ao n. 15 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ao se consolidar a cultura da cooperação, para relacionar as diretrizes da Mediação e Sustentabilidade como forma de materialização da cooperação. A pesquisa desenvolve-se na fase de investigação e relato do estudo, pelo método Indutivo e na fase de tratamento de dados, pelo método Cartesiano. Pode-se verificar que, dentre as formas jurídicas de se permitir o aperfeiçoamento de uma convivência pacífica, seja

pela via institucional ou não, tem-se a alternativa da Mediação. Se o foco da Mediação é a Pessoa, percebe-se que a resolução de conflitos não ocorre pela imposição da vontade estatal, mas pelas vontades que convergem em solucionar as suas dificuldades. Por esse motivo, a atitude empreendida pela Mediação não se exaure nesses espaços dialogais, porém se ampliada para a vida cotidiana, pode se consolidar uma cultura da cooperação.
Palavras-chave: Mediação. Sustentabilidade. Cooperação.

Abstract

This paper has as general objective to evaluate how Mediation and Sustainability bring meaning to n. 15 of the Sustainable Development Objectives, to reassure cooperation as guidelines of Mediation and Sustainability. The study is developed, in research and reporting phase, by the Inductive method and in the data treatment phase, by the Cartesian method. It can be verified that, among the juridical forms to improve a peaceful coexistence, whether through the institutional path or not, we have the alternative of Mediation. If Mediation focus on Persons, the resolution of conflicts does not occur by the imposition of the State's will, but by the wills of people to solve their difficulties. For this reason, the attitude undertaken by Mediation is not exhausted in these dialog spaces, but if extended to everyday life, a culture of cooperation is possible.
Keywords: Mediation. Sustainability. Cooperation.

1 Considerações iniciais

Ao se observar o contexto das fragilidades humanas, questiona-se a importância de se falar em desenvolvimento sustentável. Abordar o tema da sustentabilidade como um meio até mesmo de sobrevivência necessário às gerações futuras, faz perceber a extrema importância da presença de forças de cooperação, tendo em vista que o tema meio ambiente adquiriu permanente evidência ao longo dos últimos anos.

A presente pesquisa tem por finalidade avaliar como a Mediação e a Sustentabilidade trazem significado ao n. 15 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao se consolidar a cultura da cooperação, no intuito de verificar uma resposta ao tema proposto, com seguinte problema de pesquisa: como a Sustentabilidade, na sua dimensão social, favorece a consolidação de uma cultura da cooperação a partir da Mediação a partir da exigência contida no Objetivo n. 15 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

Como hipótese de pesquisa, tem-se que ao se estudar a Sustentabilidade na sua vertente social, percebe-se a reivindicação de cenários que promovam a responsabilidade e a solidariedade. Nesse caso, aparece uma segunda reivindicação: o cumprimento do Objetivo n. 15 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentre as formas jurídicas de se permitir o aperfeiçoamento de uma convivência pacífica, seja pela via institucional ou não, tem-se a alternativa da Mediação. Se o foco da Mediação é a Pessoa, percebe-se que a resolução de conflito não ocorre pela imposição da vontade estatal, mas pelas vontades que convergem em solucionar as suas dificuldades. Por esse motivo, a atitude empreendida pela Mediação não se

exaure nesses espaços dialogais, devendo-se ampliar para a vida cotidiana. É aqui que se consolida uma cultura da cooperação.

O trabalho tem como objetivos específicos: a) identificar a importância da Sustentabilidade no século XXI; b) reconhecer a necessidade de práxis dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); c) determinar o alcance da Mediação como expressão da cooperação e relacionar as diretrizes da Mediação e Sustentabilidade como forma de materialização do Objetivo n. 15 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A pesquisa realiza-se por meio do Método Indutivo[1] e Cartesiano, da Técnica de Pesquisa Bibliográfica[2], da Categoria[3] e do Conceito Operacional[4].

2 A importância da sustentabilidade no Século XXI a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Pode-se afirmar que o progresso constante advindo dos últimos tempos, especialmente as mudanças culturais e econômicas decorrentes do século XX, como o surgimento de novas tecnologias, de avanços na comunicação, de técnicas industriais e demais evoluções inerentes ao processo civilizatório, inegavelmente trouxeram benefícios à vida dos homens.

Contudo, o modelo de desenvolvimento adotado pela civilização resultou na exploração desmedida da natureza, acabou por consolidar a ideia de que não há dilema entre conservação ambiental e crescimento econômico. Assim, conforme contextualiza Bauman (2011, p. 21), "[...] vivemos em tempos difíceis, pois a própria liberdade do ser humano está em crise".

Ocorre que, no século XXI, a civilização enfrenta uma inegável busca pelo desenvolvimento sustentável, na medida em que cada vez mais se tornam complexas as relações entre as diferentes sociedades humanas e o meio ambiente. Isso porque, passou-se a enfrentar visões antagônicas quanto à capacidade da sociedade moderna atingir o ideal e a práxis da sustentabilidade.

É necessário destacar o entendimento sobre a sustentabilidade[5]. Trata-se de expressão polissêmica, que se constitui pela interseção entre as dimensões econômica, social e ambiental. No entanto, amplia-se para outros fatores como o filosófico, o

1 "[...] base lógica da dinâmica da Pesquisa Científica que consiste em pesquisar e identificar as partes de um fenômeno e colecioná-las de modo a ter uma percepção ou conclusão geral" (Pasold, 2015, p. 213).

2 "[...] Técnica de investigação em livros, repertórios jurisprudenciais e coletâneas legais" (Pasold, 2015, p. 215).

3 Nas palavras de Pasold: "[...] palavra ou expressão estratégica à elaboração e/ou expressão de uma ideia" (Pasold, 2015, p. 205).

4 Reitera-se conforme o citado autor: "[...]definição para uma palavra ou expressão, com o desejo de que tal definição seja aceita para os efeitos das ideias que expomos [...]" (Pasold, 2015, p. 205).

5 "A Sustentabilidade não é o anúncio do 'fim de uma era' guiada pelas medidas de 'salvação' de um progresso cujo crescimento é infinito. Essa é a imagem da catástrofe, a qual Benjamin observou na pintura Angelus Novus. Não! As ações enunciadas como sustentáveis traduzem metamorfoses necessárias para se criar outras condições de vida, bem como a possibilidade de uma paz mais duradoura, cuja compreensão acerca do novo, da postura em se identificar as próprias características dos fenômenos estimula um diálogo mais aberto entre humanos e não-humanos. Esse reconhecimento aparece como a epifania de que não existe – nem existirá – a perpetuação dos seres humanos em todo o território terrestre sem a presença dos ecossistemas, da biosfera, da fauna e da flora planetária. Insiste-se: todos os seres vivos habitam a Terra porque comungam um vínculo de vida e dependência uns com os outros" (Aquino, 2015, p. 207-208).

ecológico, o político. Para fins deste trabalho, a categoria Sustentabilidade significa a compreensão ecosófica acerca da capacidade de resiliência entre os seres e o ambiente para se determinar – de modo sincrônico e/ou diacrônico – quais são as atitudes que favorecem a sobrevivência, a prosperidade, a adaptação e a manutenção da vida equilibrada[6].

Nesse cenário, surgiram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015a), baseados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Pode-se considerar que a formulação desses objetivos significou um grande avanço para a população mundial, pois, 193 estados-membros da ONU se comprometeram a contemplar 17 objetivos, acompanhados de outras 169 metas a serem realizadas.

É evidente que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável representam um grande desafio para as nações, de forma que necessitam de cooperação entre todos os atores, no sentido de cuidar da Terra, principalmente no que tange sua finitude, definindo-se valores baseados em um cuidado para a preservação do meio ambiente.

O compromisso global de que tratam as diretrizes propostas pela ONU com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, no tocante ao objetivo n. 15, objeto do presente estudo, tem como principal preocupação: "proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade" (ONU, 2015b).

Sob essa perspectiva, para o homem gerir ações, seja no desenvolvimento da sociedade de forma sustentável ou qualquer outra, precisa considerar a fragilidade da vida e do próprio universo. O destino do homem está diretamente ligado à natureza, não apenas por questão de sobrevivência física, como também por se tratar da integridade de sua essência.

A humanidade, diante das incertezas de sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica, precisa determinar o que deve ser valorizado. Necessário se faz um pensamento além de conservação, preservação e regeneração da natureza, principalmente porque se tem como imprescindível o respeito recíproco: às pessoas, ao meio ambiente e a todos os seres vivos.

Para que haja essa condição, é preciso exercitar uma cultura da cooperação que permita a reflexão coletiva e a reflexão pessoal, com a superação do paradigma do homem intolerante, cheio de verdades completas, as quais impedem a possibilidade de sentir com o outro, no sentido de que se vive em um mundo desgastado, no qual é preciso uma sensibilidade que efetue a experiência da esperança, no sentido de uma nova compreensão de mundo, regida pela cooperação.

3 A face da socialidade da mediação

A mediação, em um primeiro momento, foi proposta com o escopo de reduzir os conflitos e alcançar o acordo judicial. Entretanto, tem-se compreendido como seus efeitos exercem uma função transformativa entre as pessoas envolvidas. Nessa linha de pensamento, percebe-se que acabam por diminuir as diferenças entre todos, reestabelecendo as relações de confiança e entendimento, alcançando um acordo que seja, de fato, satisfatório para ambas. Para tanto, deve-se desenvolver a possibilidade de diálogo e de escuta.

6 Conceito operacional elaborado pelos pesquisadores deste artigo.

O filósofo Warat pondera que, hoje, o Direito vive um momento delicado, tendo em vista que a sociedade não se sensibiliza mais com o Outro. Essa postura deve ser resgatada para que se desenvolva uma concepção emancipatória do Direito, cuja essência é a alteridade, pois "a alteridade é a possibilidade de conhecer a existência do outro. Eu existo na medida em que tenho a capacidade para reconhecer a existência do outro, e ele comporá a minha própria existência" (Warat, 2010).

O citado autor propõe a volta do olhar para dentro, como busca da sabedoria da existência. Nesse sentido, a mediação waratiana desvela-se, nas palavras do autor, como algo muito simples:

> [...] tão simples que passa despercebido. Não digo tentemos entendê-lo, pois não podemos entendê-lo. Muitas coisas em um conflito estão ocultas, mas podemos senti-las. Se tentarmos entendê-las, não encontraremos nada, corremos o risco de agravar o problema. Para mediar, como para viver, é preciso sentir o sentimento. O mediador não pode se preocupar por intervir no conflito, transformá-lo. Ele tem que intervir sobre os sentimentos das pessoas, ajudá-las a sentir seus sentimentos, renunciando a interpretação. Os conflitos nunca desaparecem, se transformam; isso porque, geralmente, tentamos intervir sobre o conflito e não sobre o sentimento das pessoas. Por isso, é recomendável, na presença de um conflito pessoal, intervir sobre si mesmo, transformar-se internamente, então, o conflito se dissolverá (se todas as partes comprometidas fizerem a mesma coisa). O mediador deve entender a diferença entre intervir no conflito e nos sentimentos das partes. O mediador deve ajudar as partes, fazer com que olhem a si mesmas e não ao conflito, como se ele fosse alguma coisa absolutamente exterior a elas mesmas. Quando as pessoas interpretam (interpretar é redefinir), escondem-se ou tentam dominar (ou ambas as coisas). Quando as pessoas sentem sem interpretar, crescem. (Warat, 2004, p. 26).

A percepção do Outro pelas suas próprias características e o seu reconhecimento como "ser próprio" é uma tarefa difícil porque demanda um gradual abandono das posturas excessivamente egoístas. A promoção do estar-junto pela mediação envolve responsabilidade, compromisso, cuidado e cooperação. Resgata-se o sentido da Socialidade, da vida comunitária, algo que Estado, na sua função judicial[7], nem sempre consegue trazer as respostas mais satisfatórias.

Ao se entender a necessária práxis da socialidade pelas diferentes formas de mediação, constata-se, mais e mais, a força da cooperação, especialmente quando o espaço do mediar se amplia para além de dois egos envolvidos. Precisa-se de uma genuína ecosofia do sensível[8]. A sua força constitutiva para as relações humanas e não humanas é capaz de formular ações políticas para se assegurar, num primeiro momento, modos de convivência pacíficos e, após, formular regras jurídicas a fim se poder reivindicar esse comportamento como pressuposto de nosso desenvolvimento civilizacional comum.

7 "[...] tomar para si o monopólio da jurisdição, determinando o Direito ao caso concreto de forma impositiva, o Estado pretende tratar o conflito por meio da aplicação do Direito positivo. Por conseguinte, a jurisdição aparece como uma atividade na qual o Estado substitui as partes num modelo baseado em princípios expressos na própria lei e universalmente reconhecidos" (Spengler, 2010, p. 107).

8 "A ecosofia do sensível [...] devolve toda sua importância ao afeto, será a partir de então uma alternativa ao que foi a 'normopatia' moderna. Esta, seja ela de obediência religiosa, moral ou política (sua lógica é idêntica: 'dever-ser'), se dedica a evacuar todo risco: ideologia do 'risco zero', para garantir com exagero, asseptizando a existência quotidiana até torná-la incapaz de resistir à intrusão de anticorpos ou às diversas adversidades, no entanto, constitutivas do dado mundano. Ora, é bem conhecido que o medo dos abusos, dos excessos, na verdade, da desordem, [...] conduz ao imobilismo mais embrutecedor" (Maffesoli, 2014, p. 246).

4 Mediação e sustentabilidade: a cooperação viva pelo significado do Objetivo n. 15 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Mediação e Sustentabilidade não são apenas experiências que contribuem para a nossa perpétua humanização. Ambas categorias sugerem uma atitude maior, cujos resultados não são imediatos, porém, necessitam ser entendidos e praticados na vida de todos os dias. Sob igual argumento, reivindicam uma condição ecológica para se estabelecer uma situação de equilíbrio entre os envolvidos. O conhecimento produzido e as ações empreendidas denotam uma perspectiva ecosófica[9].

Ao se debater, por exemplo, as condições de Mediação Comunitária,[10] percebe-se quais interesses comuns entre as pessoas são vitais, indispensáveis para se desenvolver atitudes políticas que se transformam em Políticas Públicas. Nesse caso, ao se compreender a dimensão ecológica da Sustentabilidade por meio da Mediação, destaca-se a força da cooperação para se manter estilos de organização social que reconhecem o valor da interdependência entre as diferentes vidas. A desejada paz nasce pelo reconhecimento da diferença entre seres e ambientes.

No entanto, para que ambas categorias – Mediação e Sustentabilidade - tragam sentido vivo e cumprimento ao que se refere o enunciado do Objetivo n. 15 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, essa cooperação deve ser exercitada a partir de uma exigência republicana esquecida, qual seja, a Fraternidade[11].

As forças de cooperação entre humanos e a teia da vida[12], conforme se constata pela leitura do Objetivo n. 15 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, não pode ocorrer se as exigências, mesmo as comunitárias, se desenvolvem sob os fundamentos industriais, consumistas, econômicos, antiéticos, corruptos, estéticos, ou seja, a partir de algo que exclua qualquer ser e/ou ambiente dessa comunhão vital.

O agir pela cooperação demanda uma Fraternidade Ecosófica, própria das atitudes solidárias do século XXI. Essa nova condição de se avaliar a importância do

9 A proposição da Ecosofia em Guattari é essa articulação ético-política entre três registros ecológicos: o ambiental, o das relações humanas e o da subjetividade humana. Segundo o mencionado autor, somente nessa interação – conflituosa, trágica – entre o "Eu" interior (subjetividade) e o mundo exterior "[...] – seja ela social, animal, vegetal, cósmica - que se encontra assim comprometida numa espécie de movimento geral de implosão e infatilização regressiva. A alteridade tende a perder toda a aspereza" (Guattari, 1990, p. 8).

10 "A mediação comunitária emerge como uma nova maneira de olhar o conflito, que propicia uma real revolução no modo como o acesso à justiça é encarado, na relação entre as partes e na sociedade como um todo, uma vez que almeja o tratamento da controvérsia, a prevenção da má administração dos conflitos, a inclusão social e a convivência pacífica. Tais mudanças ocorrem porque ela trabalha o pluralismo de valores e os diversos sistemas de vida a partir da abertura/reabertura dos canais de comunicação interrompidos. Logo, o diálogo transformador e a participação das partes na construção de um consenso visam tão somente a robustecer os laços comunitários destruídos" (Wüst, 2014, p. 91).

11 "Ora, a Fraternidade, ideia muito subtil, precisa de, com maior dos cuidados, passar para a ribaltas das preocupações futuras da ágora. E a República com novo fôlego deverá fazer disso uma (senão mesmo a principal) bandeira. Porque a Fraternidade, e só ela, é capaz de arbitrar e superar os mesmos conflitos entre a Liberdade e Igualdade, que dominaram ('Liberalismos' vs 'Socialismos') o debate do século passado" (Cunha, 2013, p. 300).

12 "Compreender a natureza da vida a partir de um ponto de vista sistêmico significa identificar um conjunto de critérios gerais por cujo intermédio podemos fazer uma clara distinção entre sistemas vivos e não-vivos. Ao longo de toda história da biologia, muitos critérios foram sugeridos, mas todos eles acabavam se revelando falhos de uma maneira ou de outra. No entanto, as recentes formulações de modelos de auto-organização e a matemática da complexidade indicam que hoje é possível identificar esses critérios. A ideia-chave da minha síntese consiste em expressar esses critérios em termos das três dimensões conceituais: padrão, estrutura e processo" (Capra, 2006, p. 135).

espírito fraterno nas exigências republicanas constitucionais da solidariedade[13] não se preocupa exclusivamente com os seres humanos, como se observa a inspiração da época do Iluminismo.

Se Mediação e Sustentabilidade demandam uma Ecosofia do Sensível, tem-se, para esse século XXI, a necessidade de um Iluminismo Sensível[14]. É a partir desses pressupostos que a Fraternidade se amplia entre humanos e seu reconhecimento da Natureza como "ser próprio" e favorece a consolidação da cooperação e solidariedade na elaboração desse momento presente e futuro desejáveis.

A exigência republicana da Fraternidade, encarnada no dia a dia pela cooperação e solidariedade, permitem diferentes concepções, diferentes racionalidades, diferentes linguagens de como Mediação e Sustentabilidade asseguram essa dimensão de proximidade entre as pessoas, rememorando-as dessa necessidade de um cumprimento da obrigação moral e ética entre seus semelhantes e, ainda, com os seres e ambientes que habitam a Terra.

Na medida em que esses interesses, sempre em conflito, são solucionados pela concepção ecosófica da Mediação, é possível que, aos poucos, o Objetivo n. 15 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável não seja apenas uma diretriz vazia, mas aquela na qual assegura, na sua integralidade, o direito à existência.

5 Considerações finais

Verifica-se, a partir da leitura dos argumentos apresentados neste artigo, que a hipótese de pesquisa fora confirmada, pois, o cumprimento do objetivo n. 15, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustável torna-se viável, na medida em que a vertente social da sustentabilidade promova a responsabilidade e a solidariedade desveladas pela mediação, a qual tem por foco a pessoa, representando um importante mecanismo de solução de dificuldades.

Dessa forma, por meio da mediação, desse espaço construído para se ampliar o diálogo na vida cotidiana, se traduz uma cultura da cooperação, cada vez mais necessária para manter o vínculo antropológico comum rumo à sustentabilidade.

A formação de uma sociedade capaz de preservar o meio ambiente ecológico demanda o reconhecimento do ser humano compreensivo, capaz de chegar a um con-

13 "[...] el Estado puede actuar y que es el de las causas (condiciones y obstáculos) de la libertad y la igualdad. Es un ámbito tan amplio que es prácticamente de competencia ilimitada, como es propio del Derecho en el Estado social; tan profundo que es la expresión constitucional de los que antes teorizó acerca de la actuación del principio sobre el modo de producción capitalista, causante ultimo de las exigencias de Solidaridad, lo que no deja de plantear dudas por el posible conflicto con la también protección constitucional de los elementos de ese modo de producción, como antes se vio, y que, en último término, viene a ser la expresión constitucional de la contradicción propia del constitucionalismo del Estado social; y de un nivel tal, que hace referencia a valores superiores del Ordenamiento jurídico (la libertad y la igualdad), lo que exige su prioritaria referencia y necesaria relativización a los mismos, de todo los demás" (Martín, 2006, p. 106).

14 Fenômeno histórico no qual sugere, continuamente e de modo crítico, a (des)constituição, a indagação e a criação dos saberes que erigem as relações entre as pessoas todos os dias – sejam sociais, profissionais, institucionais. Não se estabelece um período de tempo para sinalizar o início e fim dessa expressão, pois sua função não é determinada, de modo específico, para um momento histórico, mas, no seu decorrer, rememorar o que significa ser humano em seus múltiplos diálogos. Integra-se o lúdico e a coerência lógica, admite-se a pluralidade de fenômenos capazes de comporem os matizes do domínio científico, social, tecnológico, político, entre outros. Transita-se no ir e vir do relacionar-se e comunicar-se, nas diferentes redes de interação humana, para encontrar o que se torna fundamental ao conviver diário.

senso, consciente de que as dificuldades enfrentadas pela modernidade no tocante aos desafios do desenvolvimento sustentável, não podem constituir um óbice à realização das ações ecologicamente corretas.

De acordo com os dados constantes na página eletrônica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tem-se como ações implementadas atinentes ao n. 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: a criação de projetos para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, o projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), a Economia dos Ecossistemas e da diversidade, dentre outros[15].

É por meio do diálogo, como característica fundamental da mediação, que se tem a viabilidade para avançar em um possível cenário concreto, proposto pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para viabilizar a conservação da Terra, considerando sua finitude e os severos impactos por ela suportados ao longo dos anos.

Referências

AQUINO, Sérgio Ricardo Fernandes de. A importância da sustentabilidade como critério de desenvolvimento do constitucionalismo latino-americano. In: AQUINO, Sérgio Ricardo Fernandes de; DE BASTIANI, Ana Cristina. *As andarilhagens da sustentabilidade no século XXI.* Florianópolis: Empório do Direito, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. *A ética é possível em um mundo de consumidores?* Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*: uma nova compreensão científica sobre os sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CUNHA, Paulo Ferreira da. *Nova teoria do Estado:* Estado, república e constituição. São Paulo: Malheiros, 2013.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias.* Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

MAFFESOLI, Michel. *Homo eroticus*: comunhões emocionais. Trad. Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

15 Sobre os dados do site dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: "O Ministério do Meio Ambiente (MMA) possui Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, no cerrado e na caatinga. Também está em vigor, na mesma pasta, o Projeto de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite, realizado em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O Brasil conta ainda com diretrizes em uma Política Nacional de Biodiversidade (PNB) e com um Plano de Implementação da Política (PAN-Bio). O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), por sua vez, identifica ações prioritárias, estimula subprojetos que promovam parcerias entre os setores públicos e privados, gerando e divulgando informações e conhecimentos na temática da biodiversidade. Quanto à integração da biodiversidade ao desenvolvimento sustentável, há iniciativas em andamento, como o Projeto TEEB Regional-Local. A sigla vem do inglês de The Economics of Ecosystems and Biodiversity, que quer dizer, em tradução livre, A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade. Trata-se de iniciativa conjunta do MMA, do Ministério da Fazenda (MF), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), da CNI e da Conservação Internacional do Brasil (CI) em parceria com a empresa Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), que visa identificar e ressaltar os benefícios da conservação e do uso sustentável da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos no país, bem como avaliar os custos de sua perda" (ONU, 2015c).

MARTÍN, Carlos de Cabo. *Teoría constitucional de la solidaridad*. Madrid: Marcial Pons, 2006.

ONU (Organização das Nações Unidas). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Os objetivos de desenvolvimento sustentável*: dos ODM aos ODS. Disponível em: < http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>. 2015ª. Acesso em: 26 abr. 2017.

ONU (Organização das Nações Unidas). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Os objetivos de desenvolvimento sustentável*. 2015b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods15/>. Acesso em: 26 abr. 2017.

ONU (Organização das Nações Unidas). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Os objetivos de desenvolvimento sustentável*: dos ODM aos ODS. 2015c. Disponível em: <http://www.estrategiaods.org.br/os-ods/ods15/>. Acesso em: 01 maio 2017

PASOLD, Cesar Luiz. *Metodologia da pesquisa jurídica*: teoria e prática. 13. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015.

SPENGLER, Fabiana Marion. *Da jurisdição à mediação*: por uma outra cultura no tratamento de conflitos. Ijuí: UNIJUÍ, 2010.

WARAT, Luis Alberto. Direito, sujeito e subjetividade: para uma cartografia das ilusões. Captura Críptica: direito política, atualidade. *Revista Discente do Curso de Pós-Graduação em Direito*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: <http://capturacriptica.ccj.ufsc.br/>. Acesso em: 10 abr. 2017.

WARAT, Luis Alberto. *O Ofício do Mediador.* Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

WÜST, Caroline. *Mediação comunitária e acesso à justiça*: as duas faces da metamorfose social. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2014.

PROTEÇÃO À PRIVACIDADE E AOS DADOS PESSOAIS NA PRISÃO EM FLAGRANTE: ANÁLISE DO HABEAS CORPUS Nº 51.531 – RO, JULGADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Protection of privacy and personal data in detention by caught in red-handed: analysis of the Habeas Corpus Nº 51.531 – RO, judged by the Superior Court of Justice

Bruno Almir Scariot Alves
Acadêmico de Direito pela Faculdade IMED – Campus Passo Fundo.
E-mail: <brunoscariotalves@hotmail.com>.

Iuri Bolesina
Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Especialista em Direito Civil pela Faculdade IMED. Graduado em Direito pela Universidade de Passo Fundo - UPF. Advogado. Professor na Faculdade IMED.
E-mail: <iuribolesina@gmail.com>.

Resumo

A presente pesquisa busca analisar o julgamento do Superior Tribunal de Justiça no caso do Recurso em *Habeas corpus* nº 51.531 do Estado de Rondônia, apresentando a síntese do caso concreto. Posteriormente, apresentar uma apertada síntese dos principais argumentos apresentados pelos ministros em seus votos. Ainda, busca apresentar ao debate a situação atual da proteção aos dados pessoais, comunicações, conversas arquivadas e ao direito à intimidade, através de correlacionar argumentos doutrinários com os votos apresentados. Finalmente, ao realizar a correlação entre os argumentos apresentados e os votos ministrais, a pesquisa demonstra em acertada a decisão do Superior Tribunal de Justiça, destacando também a falta de proteção aos dados pessoais armazenados em dispositivos pessoais na legislação brasileira.
Palavras-chave: Privacidade. Proteção de dados. Prisão em flagrante.

Abstract

The presente research seeks to analyze the judgment of the Superior Court of Justice in the case of the Ordinary Appeal in *Heabeas Corpus* nº 51.531 from the State of Rondônia, presenting the summary of the case. Posterioly, seeks to presenting

and brief summary of the main arguments presented by the Ministers of the Court in their judgment. Still, seeks to present to the debate the current situation of the protection of personal data, communications, stored conversations and the right of privacy, by correlating doctrinal arguments with the votes presented. Finally, when correlating the presented arguments with the ministerial votes, the research demonstrates the decision of the Superior Court of Justice was correct, highlighting also the lack of protection of personal data stored in personal devices in Brazilian legislation.
Keywords: Privacy. Data protection. Detention by caught in red-handed.

1 Considerações iniciais

A pesquisa proposta busca analisar a decisão do Superior Tribunal de Justiça através do Recurso Ordinário em *habeas corpus* nº 51.531, em processo originário do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Em breve síntese do caso, o paciente do referido *habeas corpus* foi detido em flagrante de delito, tendo seu *smartphone* apreendido e todos os seus dados pessoais nele armazenados violados.

Assim, o primeiro item do artigo voltar-se-á para analisar os votos proferidos na referida decisão judicial. O segundo item debruça-se sobre a distinção entre a "inviolabilidade da comunicação ao vivo" e a "inviolabilidade das comunicações arquivadas". Já, o terceiro e quarto itens tem por objetivo elucidar o atual estado-da-arte da proteção de dados, especialmente os de cunho pessoal, no Brasil.

O caminho proposto tem por desiderato responder ao problema da adequação (ou não) da decisão do Habeas corpus as linhas mais contemporâneas e sofisticadas da proteção à privacidade. Para tanto, o texto buscará inter-relacionar a decisão apreciada com a doutrina colacionada, a fim de destacar pontos de encontro ou de exclusão.

2 Metodologia

A metodologia empregada, no que toca ao método de procedimento, é monográfico e crítico, ou seja, debruçando-se sobre uma questão específica, de modo não-manualesco e avaliando-a de modo crítico diante das premissas do trabalho.

O método de abordagem será indutivo, partindo-se de uma questão específica (o caso e a decisão exarada no Recurso Ordinário em *Habeas corpus* nº 51.531 – RO) chegando-se a uma questão, ao todo, mais ampla (a proteção à privacidade e a proteção de dados pessoais, no Brasil, especialmente no caso da prisão em flagrante).

Por fim, a técnica de pesquisa é a documentação indireta com ênfase bibliográfica e jurisprudencial neste caso.

3 O contexto do recurso ordinário em *Habeas Corpus* Nº 51.531-RO, do STJ

O Recurso Ordinário em habeas corpus nº 51.531 – RO, julgado pelo STJ, trata de uma discussão acerca de constrangimento ilegal, motivado pelo ato policial de acessar mensagens pessoais do aplicativo *WhatsApp* sem a devida autorização judicial. Em máxima síntese, o paciente do *habeas corpus* foi preso em flagrante sob a acusação de tráfico de entorpecentes, oportunidade na qual seu celular foi

apreendido e seu conteúdo foi acessado pela autoridade policial, tudo sem as devidas autorizações judiciais.

Narrou-se que, através de uma denúncia anônima, a Polícia Militar soube que o paciente do *habeas corpus* receberia, via correios, uma carga de entorpecentes. Diligenciando, a autoridade policial acompanhou a encomenda e, no momento da sua entrega, efetuou o flagrante. Além da prisão, apreendeu-se a encomenda que continha um recipiente com 300 comprimidos de ecstasy, bem como o celular do paciente.

Apesar das alegações de que seria apenas usuário de drogas, a Polícia Militar efetuou sua prisão em flagrante e apreendeu seu telefone celular, na forma do disposto no Art. 6º, incisos II e III, do Código de Processo Penal. Desta forma, o aparelho foi periciado unilateralmente, acarretando na quebra de sigilo de dados do paciente, apesar da negativa de consentimento e da falta de autorização judicial do Juízo competente.

Assim, após a quebra de sigilo de dados do aparelho celular, a autoridade policial encontrou no histórico do aplicativo de mensagens *WhatsApp* evidências de que o mesmo estaria concorrendo para a prática de tráfico de drogas com outras duas pessoas.

Com o início da ação penal, a defesa do paciente impetrou *habeas corpus* junto ao Tribunal de Justiça de Rondônia requerendo o desentranhamento das provas, em tese, ilícitas. Alegou-se a violação do Direito Fundamental positivado no inciso XII, do Art. 5º, da Constituição Federal, que assim dispõe: "é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal". Em sentido amplo, alegou-se uma violação à privacidade e à proteção de dados pessoais.

Não obstante a argumentação defensiva, ela foi refutada pelo referido Tribunal. O TJRO afirmou, em síntese, que a proteção de dados pessoais presentes em aparelhos celulares não se equipara, juridicamente, com a tutela da interceptação telefônica ou comunicacional. Neste sentido, em face do caso concreto, a autorização judicial é prescindível, tendo em conta as previsões do art. 6º, II, III e VII, do CPP[1].

Em razão disso, a defesa impetrou recurso ordinário em *habeas corpus*, o qual foi julgado na data de 09 de maio de 2016, através do nº 51.531, pelo STJ.

4 A decisão do Superior Tribunal de Justiça no RHC 51.531-RO

Ao apreciar o caso, o Min. Relator, Nefi Cordeiro, destacou as diversas normativas que conferem proteção as comunicações privadas, destacando, sobretudo que, em geral, exigem autorização judicial fundamentada para o acesso não consentido dos dados comunicacionais ou pessoais em outros sentidos. Sublinhou, neste sentido, o artigo 5º, XII, da Constituição Federal, os arts. 1º e 5º, da Lei 9.294/96 (Lei de Interceptações Telefônicas), o art. 3º, da Lei 9,472/97 (Lei das Telecomunicações) e, por fim, o art. 7º, da Lei 12.965/14 (Marco Civil da internet).

Ao final, destacou que a Lei de Interceptações Telefônicas e a Lei das Telecomunicações, respectivamente de 1996 e 1997, foram elaboradas em uma época onde os

1 CPP, art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá: [...] II - apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais; III - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias; [...] VII - determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.

smartphones ainda eram projetos tecnológicos. Anotou que, com o avanço da tecnologia, atualmente, os dispositivos possuem inúmeras funções, entre elas, "a troca de dados de forma similar à telefonia convencional", ainda que de modo não (só) falado. Deste modo, afirma o ministro, é perfeitamente aplicável as regras previstas na Constituição Federal, visando o sigilo de dados através do telefone celular.

Por tais razões, proveu o recurso e decidiu por "declarar a nulidade das provas obtidas no celular do paciente sem autorização judicial, cujo produto deve ser desentranhado dos autos".

Por seu turno, o Ministro Rogerio Schietti Cruz, em seu voto-vista, inicia observando um precedente do STF (no HC n. 91.867/PA), em que se discutia situação assemelhada. Todavia, esclareceu que tal precedente não se aplica ao caso concreto, tendo em conta que, naquele caso, houve apreensão de aparelho celular, mas não devassa de seus dados. Igualmente, aquele precedente não impõe aplicação análoga em virtude de que exarado em 2004, período em que as tecnologias contemporâneas ainda eram embrionárias, estando aquele julgado defasado em face do chamado "direito probatório de terceira geração" (Knijnik, 2014, p. 79).

Ainda, destaca o Ministro a necessidade de distinção entre dados gravados no aparelho e dados eventualmente interceptados pela polícia instantaneamente, e citando precedente da Suprema Corte dos Estados Unidos em *Riley v. California*, finaliza o seu voto referindo que "o fato da tecnologia permitir que um indivíduo transporte todas as informações que revelem a intimidade de sua vida na palma de sua mão, não torna estas informações menos dignas de proteção". Afirmou, por fim, que: "nessa medida, o acesso aos dados do celular e às conversas de *WhatsApp* sem ordem judicial constituem devassa e, portanto, violação à intimidade do agente".

Assim, também deu provimento ao recurso. Declarou a nulidade das provas obtidas sem autorização judicial e determinou o seu desentranhamento dos autos.

Finalmente, a Ministra Thereza de Assis Moura, relaoua em seu voto que a Constituição Federal, em seu Art. 5º, inciso XII, protege apenas a comunicação de dados, e não os dados em si, ou seja, comunicações que estejam o correndo em tempo real e não dados armazenados, como no caso em tela, o histórico de mensagens.

Entretanto, conforme cita a Ministra, os dados possuem sim proteção constitucional através do direito fundamental à privacidade. Porém, também ressalta que por nenhum direito ser absoluto, é necessária a realização de uma ponderação, aplicando o princípio da proporcionalidade, o qual deve ser realizado distintamente em cada caso concreto.

Também, a Ministra cita precedentes jurisprudenciais das Supremas Cortes canadense e espanhola, em que foram admitidas as devassas de dados sem ordem judicial, realizando-se em ambos os casos uma ponderação entre a gravidade da invasão a intimidade, elemento de urgência e gravidade do delito. Destacou ela que, no caso em questão, não havia urgência ou gravidade defensável, de modo que a invasão aos dados pessoais arquivados no *smartphone* sequer poderia ser cogitada sem autorização judicial.

Por fim, destaca a Ministra que a medida correta seria a apreensão do aparelho com posterior pedido de quebra de sigilo ao Judiciário. Como isso não ocorreu, a prova é nula e não deve constar nos autos. Proveu o recurso.

5 A situação atual do feito, depois do HC 51.531 - RO

Posteriormente, a decisão do Superior Tribunal de Justiça determinando o desentranhamento das provas consideradas ilícitas, os autos retornaram ao Primeiro Grau. Tão logo o retorno, o Ministério Público realizou o requerimento para a produção de prova pericial no *smartphone* do acusado.

O requerimento foi deferido pelo juízo *a quo*, e é matéria de novo Recurso Ordinário em *habeas corpus*, após o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia ter negado o *habeas corpus* no Acórdão do processo que tramita sob o nº 0003924-74.2016.822.0000.

Finalmente, no Primeiro Grau, com a valoração das provas obtidas do *smartphone* do paciente, foi proferida sentença na data de 12 de dezembro de 2016, a qual condenou o paciente a pena de 11 anos, 10 meses e 15 dias reclusão, além, do pagamento no valor de R$ 38.149,53, equivalente a 1.581 dias multa. Atualmente, o feito encontra-se aguardando julgamento de apelação do paciente.

6 Aquilo que não foi (claramente) dito no HC 51.531 – RO

6.1 Proteção comunicacional e proteção de dados (pessoais) armazenados

O Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Ordinário em *habeas corpus* 51.531 – RO, elencou uma série de argumentos para prover o recurso. Em geral, tais argumentos andaram pela via das tecnologias contemporâneas como espaços de guarda de informações pessoais ou íntimas. Em outros termos, o STJ efetuou uma proteção aos dados pessoais, mesmo sem invocar, de forma mais profunda, a temática.

Antes de tudo, note-se que a discussão jurídica travada no *habeas corpus* em comento, em certos momentos sobrepôs indistintamente a questão do "sigilo comunicacional" e do "sigilo de dados". Tal fato, aliás, não passou despercebido pela análise da Min. Maria Thereza de Assis Moura. Atualmente, as distinções ocorrem especialmente no conteúdo. Enquanto o sigilo comunicacional presta-se para a proteção dos diversos "atos de comunicação", o sigilo de dados volta-se para a proteção dos "dados em si". Neste sentido:

> Observe que o dispositivo constitucional – inciso XII – procura disciplinar a proteção às comunicações de modo geral (postais, telegráficas, telemáticas e telefônicas) e não os dados propriamente ditos. O que o inciso XII do art. 5º tem em mira é garantir a inviolabilidade do conteúdo das comunicações, de modo que os dados fiscais, bancários ou mesmo telefônicos, por exemplo, não são protegidos pelo referido dispositivo constitucional, mas pela proteção genérica da intimidade e da privacidade prevista no art. 5º, inc. X. A esse respeito, o STF já teve a oportunidade de decidir que: "a proteção a que se refere o art. 5º, XII, da Constituição, é da comunicação 'de dados' e não dos 'dados em si mesmos', ainda quando armazenados em computador". (Marmelstein, 2013, p. 136).

A discussão que se tem nos autos é acerca do sigilo dos dados e não da comunicação destes dados. Destarte, a distinção entre o sigilo comunicacional e o sigilo de dados deve avançar para um segundo nível, o qual diz respeito a sua tutela jurídica.

Outrora, antes do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/14), entendia-se que o sigilo comunicacional possuía "proteção forte", demandando autorização judicial

expressa e fundamentada, ao tempo que o sigilo de dados possuía "proteção fraca", não necessitando ordem judicial expressa. Esse, aliás, parece ter sido o entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia, uma vez que afirmou no acordão que o art. 6º, do CPP, não apenas autoriza, como determina a realização de perícia em objetos apreendidos, independentemente de autorização judicial.

Tal interpretação não mais se coaduna com a lógica da proteção da privacidade e dos dados pessoais (se é que um dia se coadunou, tendo em vista o histórico jurisprudencial dos tribunais superiores). Isto é, primeiro de tudo, a privacidade configura no Estado brasileiro um direito fundamental de conteúdo nuclear principiológico, logo, com força diretiva (condicionante da interpretação) e normogenética (capaz de dar vida a regras). Portanto, embora as regras densifiquem os princípios (lhes dando concretude conteudística), elas somente assim procedem se originalmente alinhadas com a interpretação do princípio que lhe dá norte ou vida. Destarte, a interpretação que entende que o sigilo de dados tem proteção fraca é um reducionismo a literalidade e não à função do inciso X, do art. 5º, da Constituição – Bobbio (2007) já destacou que o direito contemporâneo deve deslocar-se da estrutura para a função.

Ora, se a comunicação de dados possui proteção que somente pode ser quebrada por ordem judicial, muito mais ou igualmente, os dados que ali são comunicados, dali são arquivados ou estão por qualquer outra razão estão armazenados, sobretudo se configuradores de dados pessoais.

Segundo, o advento do Marco Civil da Internet teve, também, como mérito, acabar com a discussão jurídica sobre a proteção forte ou fraca da proteção de dados. Em seu art. 7º, III previu expressamente: "O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos: [...] inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial". Desde então, a questão controvertida sobre a necessidade de autorização judicial para a quebra do sigilo dos dados está encerrada. A leitura restritiva que os juristas faziam da proteção de dados está acabada e, assim, as comunicações e os dados delas advindos possuem a mesma proteção "forte", que exige autorização judicial para seu acesso não consentido (Guerra, 2014, p. 413).

Neste sentido, a decisão do TJRO foi juridicamente desatualizada, pois, desconsiderou o comando expresso do Marco Civil da Internet para a quebra da proteção estendida aos dados pessoais.

6.2 Por onde anda a proteção de dados pessoais no Brasil

O tema da proteção de dados no Brasil ainda é incipiente e oblíquo. Incipiente, ou melhor, embrionário, pois, ressalvados alguns punhados de decisões judiciais, legislativamente pouco se avançou. Obliquo, porque a proteção de dados pessoais no Brasil ocorre por legislações esparsas, não voltadas, especificamente, para tal desiderato. Como efeito tem-se que, o aspecto protetivo pré-violatório torna-se o objeto mediato, um "se possível e quando possível". Segue-se, também aqui, com a cultura pós-violatória e, em certo sentido, punitivista brasileira.

Note-se que, enquanto a Europa (ocidental, especialmente) e os Estados Unidos já discutem a temática e reconhecem o direito à proteção de dados pessoais há cerca de 50 anos; enquanto alguns países sul-americanos, como Uruguai e Argentina assim o fazem a cerca de uma década, o Brasil ainda tem a matéria em processo legislativo.

Após longa discussão da sociedade civil, o anteprojeto de proteção de dados pessoais foi encaminhado ao legislativo federal e lá se tornou o "Projeto de Lei n. 5.276/2016" (Zanon, 2013, p. 174). No Congresso, caminha a passos lentos, tanto porque afetará – se aprovado como está – práticas comerciais questionáveis de grandes empresas (telefonia, bancos, software, seguradoras, financeiras, dentre outras), quanto em virtude dos acontecimentos políticos envolvendo, especialmente, a operação Lava Jato da Polícia Federal.

O Projeto de Lei n. 5.276/2016, em seu preambulo anota qual tal lei "dispõe sobre o tratamento de dados pessoais para a garantia do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural". O projeto de lei organiza-se em nove capítulos que bem aclaram o sentido legislativo pretendido. São eles: 1) das disposições preliminares; 2) dos requisitos para o tratamento de dados pessoais; 3) dos direitos do titular; 4) do tratamento de dados pessoais pelo poder público; 5) da transferência internacional de dados; 6) dos agentes de tratamentos de dados pessoais; 7) da segurança e das boas práticas; 8) da fiscalização; 9) das disposições finais e transitórias.

Por fim, os subscritores do projeto, Aragão e Gaetani (2016, p. 20), aduzem que o projeto visa especialmente vencer a defasagem dos regramentos estabelecidos e a falta de uma legislação específica sobre o tema no Brasil. Além disso, objetiva atenuar o desequilíbrio de poder em favor dos controladores dos dados pessoais e em desfavor dos titulares desses dados.

6.3 Da velha privacidade à nova proteção de dados pessoais

O direito à proteção de dados pessoais protege a esfera informacional pessoal que cada pessoa possui. Tal esfera é composta por dados tidos como "pessoais", os quais podem ser íntimos ou não; privados ou não; individuais ou não. Elementos diários como nome, números de RG e CPF, conversas arquivadas, sexualidade, imagens, comportamento *online*, orientação religiosa ou política, dentre outros, são todos dados pessoais que, como se percebe, transitam e acomodam-se total ou parcialmente entre o público e o privado (e não só no público ou só no privado).

Assim, desde já, note-se, em relação ao *habeas corpus* analisado, que os dados acessados no *smartphone* do paciente continham não apenas dados comunicacionais arquivados, mas igualmente dados pessoais seus e de terceiros (tanto é que os corréus foram por ali encontrados). Neste sentido, a violação foi dupla: uma em relação aos dados comunicacionais arquivados e outra em vista dos dados pessoais devassados.

Esclarece-se que os dados pessoais não se limitam à privacidade ou ao privativo, pois, sua aparição é também vista em espaços de sociabilidade, como nas redes sociais, nas festas públicas em clubes privados e nas relações comerciais, por exemplo[2]. Portanto, o direito à proteção de dados pessoais não se limita ao "privado"; ele abandona a dicotomia moderna do público-privado e abraça a dimensão do "pessoal": dados pessoais (públicos ou privados) e não só dados privados.

2 "[...] a aparição pública não elimina a necessidade de *privacy* [em sentido amplo], mas convive com esta: mudando-se os contextos, até mesmo pessoas que se exibem despudoradamente descobrem, repentinamente, uma exigência de reserva, de intimidade. Mais do que diante de uma esquizofrenia social, estamos diante da revelação de um *eu* dividido, que pretende gozar, ao mesmo tempo, dos benefícios da publicidade e das garantias de reserva" (Rodotà, 2008, p. 280).

Com efeito, sua tutela é em dois sentidos: um, para proteger a pessoa contra a discriminação, preconceito e danos existenciais, em razão das suas questões identitárias e/ou opções de vida e; dois, para propiciar o controle informacional sobre o tratamento de tais dados pessoais; para que tais dados, quando apropriados por empresas e pelo Estado (dentre outros), assim o sejam de modo lícito, constitucionalizado e funcionalizado pela boa-fé, pela segurança e pela transparência[3] (Aragão; Gaetani, 2016, p. 21-22). Pode-se sintetizar dizendo que:

> Sem uma forte tutela para as informações que lhe dizem respeito, a pessoa é cada vez mais ameaçada de ser discriminada pelas suas opiniões, crenças religiosas, condições de saúde: a privacidade [enquanto proteção aos dados pessoais] se apresenta assim como um elemento fundamental da sociedade da igualdade. Sem uma forte tutela dos dados referentes ás convicções políticas ou à inscrição em partidos, sindicatos, associações, os cidadãos sofrem a ameaçada de exclusão dos processos democráticos: dessa forma a privacidade torna-se uma condição essencial para a inclusão na sociedade da participação. *Sem uma forte tutela do "corpo eletrônico", do conjunto das informações recolhidas a nosso respeito, a própria liberdade pessoal está em perigo e resulta muito evidente que a privacidade é um instrumento necessário para defender a sociedade da liberdade e para se opor às forças que levam à construção de uma sociedade da vigilância, da classificação, da seleção social.* (Rodotà, 2008, p. 233-234, grifo nosso).

Tal direito representa uma tendência ocidental de alargar o espectro protetivo da ideia geral que se tem sobre privacidade – isso porque uma coisa é o bem existencial privacidade e outra coisa é a tutela jurídica da privacidade, os quais nem sempre alinham-se por representarem reflexos sócio-históricos situados (Fortes, 2016, p. 102). Classicamente, o direito à privacidade é entendido como o "direito de ser deixado só", representando a noção jurídica da privacidade burguesa (individualista e patrimonializada). É, pois, enquanto bem existencial, um privilégio de classe e, enquanto direito, um direito negativo-passivo, somente invocável no caso de violação (invasão) da privacidade (Doneda, 2006, p. 8-11).

Esse é um entendimento jurídico de privacidade já defasado, pois, ainda preso ao paradigma do local (público) e da pessoa (notória) (Lewicki, 2000, p. 212). O bem existencial da privacidade, neste sentido, somente poderia ser fruído na solidão, em casa, não devendo vir a público. Entretanto, como quer Etzione (2015, p. 61), o direito à privacidade, ainda que não absoluto, deve servir para proteger pessoas e não lugares, sendo uma esfera pessoal que acompanha a pessoa em qualquer ambiente.

3 "A proteção de dados pessoas resguarda a pessoa de não ser discriminada pelas suas crenças religiosas, suas opiniões políticas e filosóficas, por sua etnia, condições de saúde ou orientação sexual; proteger os dados pessoais significa, também, evitar que o indivíduo seja impedido de acessar bens e serviços, a princípio só oferecidos àqueles com *bons credenciais*; conferir proteção aos dados pessoais implica, ainda, livrar-se de etiquetas e chancelas. Portanto, com a proteção aos dados pessoais, busca-se, sobretudo, a não discriminação, a não exclusão e a promoção da liberdade. [...] Tutela o livre desenvolvimento da personalidade e a dignidade humana" (Zanon, 2013, p. 151). "Na sociedade da informação, a proteção dos dados pessoais é qualitativamente diferente do tradicional direito à privacidade. Nós somos os nossos dados, tem se afirmado, pois eles nos definem, nos classificam, nos dão acesso e nos privam de serviços e produtos, públicos e privados. É por conta dessa inexorável realidade que vem tomando vulto entre nós a defesa da regulamentação de um novel direito à proteção de dados pessoais, como poder de controlar as nossas próprias informações, nossos próprios dados. Controlar a circulação dos nossos dados, saber quem os uso e para qual finalidade, pode acessá-los, retificá-los, apagá-los significa, em verdade, ter poder sobre si próprio. Sob essa perspectiva, o direito à proteção dos dados pessoais apresenta-se como um elemento fundamental para assegurar a igualdade, a cidadania e a liberdade" (Zanon, 2013, p. 17).

Desde tal modelo burguês de privacidade muito se avançou; inúmeras teorias foram cunhadas com maior ou menor aceitação jurídica. Atualmente, a privacidade é continuada em um sentido mais ativo-positivo (ou seja, não mais apenas negativo-passivo) por meio da proteção de dados pessoais: não apenas "ser deixado só" como também "ter o poder de gestão/controle das informações pessoais" (Rodotà, 2008, p. 92-93).

Como quer Rodotà (2008, p. 92-93), o direito à proteção de dados pessoais efetiva-se, basicamente, três deslocamentos da "velha" privacidade para a "nova" privacidade: 1) do poder negativo-passivo de reprimir invasões não autorizadas para o poder de controlar as informações pessoais; 2) da privacidade na solidão para a privacidade na sociabilidade; e 3) da ideia de privado como "privativo" para a ideia de privado como "pessoal".

E isso faz todo o sentido quando se reconhece que o "estado" atual resguarda uma sociedade de consumo e espetáculo (Bauman, 2008; Baudrillard, 2011; Debord, 1997), de vigilância (Rodotà, 2010; Bruno, 2014) e de risco (Beck, 2010). Pessoas tem maior possibilidade de usufruir propositivamente de seus dados pessoais (notadamente daqueles dados que compõem sua identidade) em espaços de sociabilidade e, proporcionalmente, acabam mais expostas a apropriação destes dados de modo ilícito e a discriminação.

Neste ponto vale destacar que atos antijurídicos podem recair tanto sobre a faceta "procedimental" da apropriação de dados pessoais, quanto sobre a face "substancial" da apropriação de dados pessoais. A dimensão procedimental vincula-se a forma de coleta, a clássica invasão da privacidade. Por seu turno, a dimensão substancial diz respeito a utilização das informações obtidas (Schreiber, 2014, p. 140-141). Assim é possível ter dados pessoais legalmente coletados, mas ilegalmente utilizados.

Note-se que, contemporaneamente, a ideia de privacidade e proteção de dados pessoais não se limita ao binômio local (público)-pessoa (notória). De tal sorte, em sendo a privacidade uma esfera pessoal que acompanha *qualquer* pessoa em *todos* os ambientes, não há se falar na falsa fronteira da casa e da rua. Com as tecnologias contemporâneas, a intimidade e a identidade não ficam trancafiadas em casa; elas saem a rua, transportadas em inúmeros aparelhos eletrônicos, no cartão de crédito, nas câmeras particulares e de vigilância e, isso tudo, em relação aos aparelhos pessoais e de terceiros.

Tais razões servem para reforçar o que se disse ao início: no caso do habeas corpus analisado, claramente a interpretação do tribunal de segundo grau foi conservadora e desatualizada. Sua lógica guiou-se pela velha privacidade (a burguesa: negativa-passiva) e desconsiderou a noção de dados pessoais (ativa-propositiva). Pior que isso, negligenciou o Marco Civil da Internet e fundamentou-se em entendimento jurídico vencido segundo o qual a proteção de dados é "fraca".

7 Considerações finais

Concluindo o presente artigo, imprescindível destaque na distinção entre a inviolabilidade das comunicações em tempo real e inviolabilidade das comunicações armazenadas. A comunicação em tempo real, tutelada como direito fundamental pela Constituição Federal, busca a proteção das conversas acontecendo em tempo real, sendo vedada qualquer quebra de sigilo, exceto por determinação judicial, conforme

preceituam as leis 9.296/96 e 9.472/97. A primeira determina, em seus breves doze artigos, as hipóteses e forma de quebra de sigilo comunicacional. Já a Lei 9.472/97, em seu Art. 3º, V, ressalta "à inviolabilidade e ao segredo de sua comunicação, salvo nas hipóteses e condições constitucional e legalmente previstas". Entretanto, por várias vezes, tais comunicações em "tempo real", permanecem arquivadas nos dispositivos. Essas comunicações arquivadas armazenadas, possuíam uma proteção jurídica considerada, pela doutrina, como "fraca". Tal cenário foi alterado através do Marco Civil da Internet, em 2015. A Lei 12.965/2015 garantiu em seu rol intitulado 'Direitos e Garantias do Usuário', a inviolabilidade e sigilo das comunicações privadas e armazenadas, através de seu Art. 7º, III. Encerrando desta forma com o dito doutrinário da proteção jurídica fraca as comunicações armazenadas.

Porém, com os avanços tecnológicos constantes, os aparelhos celulares se transformaram em *smarthphones*, assim, tais dispositivos não se destinam exclusivamente as comunicações, possuindo os mais variados dados pessoais de seu proprietário e, também, de terceiros. Por sua vez, os dados pessoais contidos nestes dispositivos, não possuem qualquer proteção jurídica, tratam-se dos mais diversos dados, desde aqueles que definem a identidade de seu usuário, até dados de terceiros que o usuário possa desconhecer. Frente a tal panorama, tramita junto a Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 5.276/2016, que visa trazer proteção aos dados pessoais. O Projeto de Lei se encontra atualmente aguardando parecer de Comissão Especial.

Finalmente, o Recurso Ordinário em *Habeas corpus* 51.531-RO, traz uma decisão em concordância com o entendimento doutrinário sobre o tema. Com a imensidão de dados pessoais armazenados nos dispositivos, não é possível alegar-se uma 'proteção jurídica fraca', devendo ser realizada uma interpretação extensiva do direito à intimidade protegido pela Constituição Federal. Destaca-se o voto da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, a qual cita que ao acessar os dados contidos no aparelho do paciente, as autoridades não tiveram acesso apenas a seu registro telefônico ou a sua agenda de contatos, mas sim, a uma gama de dados profundamente vinculados à sua intimidade. Desta forma, é imperativa a necessidade de autorização judicial para a devassa a dados que possam conter informações de caráter personalíssimo, que dizem respeito apenas ao usuário e sua intimidade.

Enfim, conclui-se que o ordenamento preconizado através do Art. 6ª, inciso VII, do Código de Processo Penal, não pode, de modo algum, sobrepor-se a um direito fundamental positivado na Constituição Federal. Assim, é totalmente inadmissível que a autoridade policial realize a devassa de dados pessoais sem a devida autorização judicial, mesmo sem a devida proteção legislativa, restando absolutamente acertada a decisão proferida pelos Excelentíssimos Ministros do Supremo Tribunal de Justiça.

Referências

ARAGÃO, Eugênio José Guilherme de; GAETANI, Francisco. *Fundamentação do Projeto de Lei de Proteção de Dados Pessoais – PL 5276-2016*. 2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2016.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para Consumo*: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco*. São Paulo: Editora 34, 2010.

BOBBIO, Norberto. *Da estrutura à função*: novos estudos de teoria do Direito. Barueri: Manole, 2007.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *RHC n. º 51.531 – RO*. 6ª Turma. Relator Ministro Nefi Cordeiro. Data de publicação: 09 maio 2016. Disponibilizada no DJ Eletrônico em 06 maio 2016. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser:* vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção de dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

ETZIONI, Amitai. *Privacy in a cyber age*: policy and practice. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

FORTES, Vinícius Borges. *Os direitos de privacidade e a proteção de dados pessoais na internet*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

GUERRA, Gustavo Rabay. Direito à inviolabilidade e ao sigilo de comunicações privadas armazenadas: um grande salto rumo à proteção judicial da privacidade na rede. In: LEITE, G. S.; LEMOS, R. (Edit.). *Marco Civil da Internet*. São Paulo: Atlas, 2014. p. 392-416.

KNIJNIK, D. A trilogia Olmstead-Katz-Kyllo: o art. 5º da Constituição Federal no Século XXI. *Revista da Escola da Magistratura do TRF da 4. Região*, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p. 77-96, 2016.

LEWICKI, Bruno. Realidade refletida: privacidade e imagem na sociedade vigiada. *Revista Trimestral de Direito Civil – RTDC*, ano 7, vol. 27, p. 211-219, 2006.

MARMELSTEIN, George. *Curso de direitos fundamentais*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RODOTÀ, Stefano. *A vida na sociedade da vigilância*: a privacidade hoje. Trad. Danilo Doneda e Luciana Cabral Doneda. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SCHREIBER, Anderson. *Direitos da personalidade*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ZANON, João C. *Direito à proteção dos dados pessoais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MÍDIA COMO CONTROLE SOCIAL INFORMAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO JORNAL O GLOBO SOBRE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Media as informal social control: a critical analysis of the newspaper "O Globo" on the reduction of the penal age

Patrícia Silveira da Silva
Acadêmica do 7º semestre da Escola de Direito na Faculdade IMED.
Bolsista de Iniciação Tecnológica pelo PIBITI do CNPq.
E-mail: <ps1108591@gmail.com>.

Marília de Nardin Budó
Docente da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Direito da IMED.
E-mail: <marilia.denardin@imed.edu.br>.

Resumo

Este artigo versa sobre o papel da mídia como controle social informal, analisando como são estruturados as propostas e os discursos da mídia para o recrudescimento do controle de adolescentes em conflito com a lei. São analisados os editoriais sobre o tema "Redução da maioridade penal" do ano 2015 do jornal O Globo, um dos jornais impressos mais lidos do Brasil, de acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ). Este ano foi escolhido porque houve a votação e a aprovação da redução da maioridade penal do país em sua primeira e segunda sessão realizada na Câmara dos Deputados. O trabalho está estruturado em duas partes. Na primeira expõe-se o Estatuto da Criança e do Adolescente sob a influência da Criminologia Crítica, utilizando de pesquisa bibliográfica. E na segunda, é apresentado o resultado da análise dos editoriais do jornal O Globo utilizando método indutivo. O resultado indica um significativo número de editoriais publicados no ano sobre o tema, mostrando sua posição favorável à redução da maioridade penal e à atribuição de poderes discricionários aos juízes no momento de aplicação das medidas.
Palavras-chave: Criminologia Crítica. Estatuto da Criança e do Adolescente. Mídia. Editoriais. O Globo.

Abstract

This article deals with the role of the media as an informal social control, analyzing how the proposals and the speeches of the media are structured for the Increased

control of adolescents in conflict with the law. The editorials on the theme "Reduction of the penal age" of the year 2015 of the newspaper O Globo, one of the most read printed newspapers of Brazil, according to the National Association of Newspapers (ANJ), are analyzed. This year was chosen because there was the voting and the approval of the reduction of the penal age of the country in its first and second session held in the Chamber of Deputies. The work is structured in two parts. In the first one the Statute of the Child and the Adolescent is exposed under the influence of the Critical Criminology, using bibliographical research. And in the second, is presented the result of the analysis of the editorials of the newspaper O Globo using inductive method. The result indicates a significant number of editorials published in the year on the subject, showing their favorable position to reduction of the penal age of and the attribution of discretionary powers to the judges at the time of application of the measures.
Keywords: Critical Criminology. Child and Adolescent Statute. Media. Editorials. O Globo.

1 Considerações iniciais

Antes de vigorar o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 1990 (Brasil, 1990), vigia no ordenamento jurídico brasileiro, o Código de Menores, Lei 6.697 de 1979 (Brasil, 1979), regido pela Doutrina da Situação Irregular. Essa norma considerava os "menores" como um objeto a ser tutelado e não como um sujeito de direitos.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, principalmente em seu artigo 227, se estabeleceria uma mudança significativa referente aos direitos infanto-juvenis devido aos tratados internacionais de que o país fazia parte. Apenas com a vigência do ECA, em 1990, consolidou-se a Doutrina da Proteção Integral, na qual crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos e de garantias fundamentais.

Enquanto era implementada no país a Doutrina da Proteção Integral, com o propósito de trazer garantias as crianças e aos adolescentes, a Criminologia estava em sua fase de ruptura de paradigma. Passou de um caráter biopsicológico, dentro do paradigma etiológico da Criminologia Positivista, para o paradigma da reação social, característica da Criminologia Crítica, que adota também a teoria do etiquetamento (Andrade, 2012).

A partir das observações da Doutrina da Proteção Integral e da Criminologia Crítica, este trabalho pretende fazer um diálogo sobre o papel da mídia como controle social informal, analisando como são estruturados as propostas e os discursos midiáticos para o recrudescimento do controle de adolescentes em conflito com a lei.

Tal propósito será possível por meio de análise dos editorais do ano de 2015, do *Jornal O Globo*, um dos jornais impressos com maior circulação no Brasil, segundo a Associação Nacional de Jornais, sobre o tema "Redução da maioridade penal". O ano de 2015 foi o ano escolhido, porque neste ano aconteceu a votação e a aprovação em primeira e segunda sessão na Câmara dos Deputados da redução da maioridade penal no país.

Serão analisados os editoriais de 2015 publicados nas seguintes datas: 15 de fevereiro, 2 de março, 6 de abril, 3, 13, 22 e 31 de maio, 2 e 28 de junho, 2 de julho, 10 de agosto e 30 de setembro.

O trabalho será estruturado em duas partes. Na primeira parte será exposto o Estatuto da Criança e do Adolescente sob a influência da Criminologia Crítica, utilizando de pesquisa bibliográfica. E na segunda, é apresentado o resultado da análise dos editoriais do jornal O Globo utilizando método indutivo.

2 Estatuto da criança e do adolescente sob o olhar da criminologia crítica

Em meados da década de 1970, quando a Criminologia Crítica começava a se destacar, Baratta (2011) utilizou a sociologia como meio para o estudo da criminalidade e, principalmente, para a demonstração de que o controle de criminalidade sempre foi na realidade uma luta de classes: quem tem o poder de criar as leis, cria-as para a sociedade, todavia, não se incluindo como parte dela, atingindo em sua maioria as classes sociais mais baixas. Tendo em vista a remissão que o Estatuto da Criança e do Adolescente faz às leis penais para definir o que são atos infracionais, essa seletividade não ocorre de maneira é diferente no sistema socioeducativo.

A criminologia crítica é voltada para a construção de uma teoria materialista, considerando questões políticas e sociais, a caracterização do desvio como consequência de uma reação social. Desse ponto de vista, para um ato se tornar desviante, é necessário verificar qual reação foi dada pela sociedade, assim tal fato poderá ser considerado um desvio, diferentemente da criminologia positivista, que via como causa da criminalidade questões biopsicológicas.

Alessandro Baratta traz um conceito de criminalidade, usado pela criminologia crítica:

> Na perspectiva da criminologia crítica a criminalidade não é mais uma qualidade ontológica de determinados comportamentos e determinados indivíduos, mas se revela, principalmente, como um status atribuído a determinados indivíduos, mediante uma dupla seleção: em primeiro lugar, a seleção dos bens protegidos penalmente, e dos comportamentos ofensivos destes bens descritos nos tipos penais; em segundo lugar, a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a normas penalmente sancionadas. (Baratta, 2011, p. 161).

Torna-se necessário ter uma reflexão sobre quais são os bens protegidos pelo direito penal, bem como quais indivíduos serão definidos como criminosos. O sistema penal, possui algumas funções, dentre elas, criar as normas, caracterizada como criminalização primária, o momento de aplicação das normas (desde a fase de investigação até a sentença), criminalização secundária, e por fim, a aplicação da pena, da medida socioeducativa, ou da medida de segurança, a criminalização terciária (Baratta, 2011, p. 161).

Devido a análises de discursos políticos e midiáticos sobre a maioridade penal (Budó, 2013), ficou demonstrado que a medida socioeducativa é sempre referida com um caráter de punição, sempre dialogando direito penal com direito infracional, não se é respeitado o que determina a legislação vigente. O que é feito erroneamente, pois, as medidas possuem viés de reintegração social e de educação, e não de retribuição ou prevenção, pois não podem ser consideradas como penas.

Uma posição é admitir o uso do Direito Penal como meio de garantir direitos que não estão previstos no ECA ou no SINASE, como por exemplo o uso da prescrição

para as medidas socioeducativas (Súmula 338 do STJ), outra posição é se admitir que o Estatuto seja equivalente ao Direito Penal. Não é esse o objetivo da legislação, uma vez que deu à medida socioeducativa o sentido de responsabilização ao adolescente autor de infracional, diferentemente do Direito Penal, que objetiva, teoricamente, a prevenção e a retribuição do delito cometido.

A utilização das medidas aplicadas pelo ECA, desde as medidas protetivas às medidas de internação, aparecem com o viés de reintegração social do adolescente, seja ele autor de ato infracional ou que esteja em situação de violação de direitos, visando sempre a sua proteção, e os cuidados que necessitam de acordo com a sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento.

Para a garantia disso, é estabelecido pela legislação que, além da família, a sociedade e o Estado são os responsáveis por zelar e prover os direitos previstos em lei, sempre priorizando o caráter peculiar condição de desenvolvimento que as crianças e os adolescentes possuem (Brasil, 1990).

Por mais que a atual legislação traga certas garantias aos adolescentes autores de atos infracionais, esse avanço não pode ser estático. Deve ser levado em consideração que a sociedade brasileira possui uma base histórica de desigualdade, tornando essencial que se analise e se trabalhe muito no sentido de alcançar a igualdade para o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes e, também, para que não sejam admitidos retrocessos (Dias; Chaves, 2016, p. 62).

Ao falar em sistema penal pela criminologia, é desvendado "o mito do direito penal", ao ser mencionado que a aplicação do direito penal não acontece de forma igualitária com todos os cidadãos, pois somente alguns são os etiquetados e realmente é aplicada a lei penal (Baratta, 2011, p. 162). Uma amostra disso é de que, segundo o relatório do INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), no ano de 2014, aproximadamente 61% da população carcerária no país era negra.

O que não é diferente do sistema de socioeducação, pois, segundo levantamento anual do SINASE, em 2014, o percentual de adolescentes pretos ou pardos que receberam medidas de internação, em todo o Brasil, era superior a 50%, o que demonstra o caráter desigual no momento de aplicação da medida de internação ao se falar em raças ou etnias.

A criminologia crítica, como incorpora as contribuições da teoria do etiquetamento e aprimora suas ponderações, trouxe, dentre outras coisas, meios de controle social da criminalidade, o formal que seria o poder Legislativo, Judiciário e a Polícia, e o informal aparecendo a escola, família e a mídia.

Aparece de suma importância o papel da mídia como meio de controle informal, pois, o modo como a mídia faz referência aos adolescentes que praticam atos infracionais, utilizando termos pejorativos, acaba fazendo a sociedade ser contra a Proteção Integral. Além disso, demonstra uma falsa percepção da realidade, ao realizar discursos de impunidade que o ECA permite (Budó, 2013, p. 284-358).

Ao falar em mídia, pode-se citar o papel dos jornais que, além de trazerem notícias, informações e opiniões, também possuem editoriais que são as opiniões institucionais sobre diversos assuntos. Os editoriais se caracterizam como uma opinião institucionalizada do jornal, uma forma do jornal expor a sua opinião, sempre utilizando-se da terceira pessoa, sem assinatura por parte de seu diretor ou qualquer outro jornalista (Budó, 2015, p. 106).

Tais opiniões podem, ou não, influenciar no modo que o jornal tratará sobre o assunto em suas matérias. Por isso torna-se importante o conhecimento de qual é a opinião do jornal, e a reflexo dela em suas matérias.

Para a escolha de análise dos editoriais do jornal *O Globo*, o critério adotado foi de acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), que o qualificou como um dos jornais impressos com maior circulação no país no ano de 2015. Um grande meio para a divulgação de informações, e também de grande importância para o controle social informal, principalmente ao tratar do tema da redução da maioridade penal.

No ano de 2015, aconteceu na Câmara dos Deputados do país, a votação e a aprovação da redução da maioridade penal, por meio da proposta de emenda à constituição nº 171, proposta no ano de 1993 pelo então deputado Benedito Domingues (PP/DF).

A proposta altera o artigo 228 Constituição Federal, e reduz a maioridade penal para 16 anos aos adolescentes que praticarem atos infracionais. O primeiro turno de votação ocorreu no dia 01 de julho de 2015, e o segundo no dia 19 de agosto do mesmo ano. Atualmente a proposta aguarda votação pelo Senado Federal.

A seguir serão analisados os editoriais de 2015 do jornal *O Globo* sobre o tema da redução da maioridade penal.

3 Análise dos editoriais de 2015 do jornal *O Globo*: maioridade penal

O primeiro editorial datado de 03 de março, embora não de forma explícita, mostra uma posição favorável do jornal quanto à redução da maioridade penal, fazendo referência à quantidade de crimes praticados por adolescentes com uso de violência e de caráter hediondos, dos quais fazem parte da criminalização e os que não são divulgados pela mídia.

Esses crimes que, por falta de denúncia, não chegam ao conhecimento da polícia, são chamados de *cifra-negra* e fazem parte da criminalidade real, porque são os crimes que não foram tutelados pelo direito penal, não tendo como serem divulgados pela mídia. Aqueles que foram denunciados e chegaram ao conhecimento do sistema penal são caracterizados como índice de criminalização (Zaffaroni; Pierangeli, 2011, p. 73).

Verifica-se que nesse primeiro editorial em nenhum momento é utilizado algum meio com fonte para demonstrar a quantidade de atos infracionais cometidos por adolescentes que são equiparados aos crimes hediondos.

Além da referência aos crimes praticados, o ECA é caracterizado como leniente, pois, protege demasiadamente os adolescentes, não demonstrando caráter punitivo, além de influenciar para o cometimento dos delitos, pois, favorece a impunidade.

Em seu segundo editorial, diferentemente do primeiro, o jornal utiliza de alguns dados para expor sua opinião, mesmo que os dados sejam pequenos – como a participação de jovens em crimes de homicídios serem de 1%, segundo dados da UNICEF –, ele o utiliza como meio para demonstrar a necessidade da redução da maioridade penal.

> Os indicadores evidenciam que a política brasileira para enfrentar a crescente criminalidade juvenil é um fracasso, tanto do ponto de vista judicial, quanto dos programas

> de reinserção social. Se há, de fato, uma leniência, que precisa ser combatida do poder público com os aspectos correcionais dos programas de recuperação dos jovens infratores, por outro há uma permissividade na legislação que realimenta a cadeia de infrações criminais na faixa etária abaixo dos 18 anos (O Globo, 2015, p. 12).

Diante de tal exposição, fica evidente que o jornal trata a legislação como falha e insuficiente tanto para a reeducação do adolescente como para puni-los por seus atos infracionais praticados.

É em seu segundo editorial que o jornal expõe uma medida política como base para a mudança. A proposta do senador Aloysio Nunes (PSDB – SP), "que delega ao juiz o poder de decidir pela admissibilidade da imputação a partir dos 16 anos, à luz de cada caso" (O Globo, 2015, p. 12), é utilizada como alicerce do jornal para a redução, mostrando-o favorável, também, que o juiz atue de forma discricionária quanto à imputação ao adolescente de 16 anos avaliando cada caso. Regredindo então ao Código de Menores, dando ao juiz, o qual atuava não como simples julgador, poderes paternalistas, para além do exercício de sua função jurisdicional ao determinar os rumos da vida de crianças e adolescentes (Dias, 2016, p. 27).

No terceiro editorial, intitulado "Sem simplismos", o jornal trata novamente da questão da impunidade, os jovens que cometem "crimes bárbaros", possuem discernimentos dos seus atos e tão somente precisam ser punidos. Situação que com a atual legislação não acontece, pois torna a caracterizar o ECA como leniente.

Também é feita uma crítica aos que referem que os adolescentes não devem permanecer encarcerados devido as péssimas condições das prisões no Brasil, "não é admissível que um problema seja a razão do agravamento de outro" (O Globo, 2015, p. 20). Ou seja, por mais que o sistema carcerário seja completamente precário, não é uma justificativa válida para ser considerada a manutenção da maioridade penal, diante do problema grave que são os atos infracionais praticados por adolescentes. Torna a se posicionar favorável à redução e também a deixar a critério do juiz a aplicabilidade da imputação a partir dos 16 anos.

O quarto e o quinto editorial são mencionados atos infracionais praticados por adolescentes, um acontecido no aterro do Flamengo, e o outro a morte de um médico, respectivamente. Os dois editoriais trazem em comum o uso de facas por adolescente ao praticar atos infracionais, e a proteção da legislação, visto que não proíbe o porte de faca, logo, ficam impunes a lei, e tratam isso como pressuposto para caracterizar o ECA como paternalista. Novamente referindo o seu caráter de impunidade perante os adolescentes autores de atos infracionais.

Seu posicionamento quanto à redução e a possibilidade de um poder discricionário do juiz para a aplicação a imputabilidade a partir dos 16 anos permanece.

Em seu sexto editorial, faz novamente menção ao sistema paternalista do ECA, querendo mostrar que os adolescentes que praticam atos infracionais permanecem sem punição. Torna a referir-se que a situação caótica dos presídios não é motivo para a não redução, afirma que

> Não é o caso de negar a evidência de que o sistema penal está falido, situação que, sem dúvida, implica a adoção de políticas apropriadas para resolver as demandas do setor. [...] Mas a punição de criminosos que hoje se abrigam no guarda-chuva do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, a prisão, seria também um fator de pressão para que se aperfeiçoe a política prisional. (O Globo, 2015, p. 16).

O jornal acaba por assumir a péssima situação do sistema penal, mas atribui que a redução além de combater a impunidade e tornar a sociedade mais segura, também traria benefícios ao próprio sistema, porque faria "pressão" para a melhora no sistema prisional.

Neste sétimo editorial analisado, o jornal traz como a manutenção da maioridade penal é vista como posição de "esquerda", e a sua redução como posição de "direita". Fazendo menção à atitude do deputado Eduardo Cunha em levar a votação de tal emenda em discussão após tanto tempo em tramitação, exaltando sua conduta ao propor que seja votado por meio de referendo a redução, nas eleições municipais que aconteceriam no ano posterior a votação.

A novidade trazida por esse editorial, é de que a ideia de discricionariedade do juiz para aplicação do Código Penal ao adolescente infrator, teria que passar por dois critérios: a gravidade do delito e a reincidência. Por mais que traga critérios, o juiz seria a figura central do direito penal, violando completamente a ideia da legislação atual, tanto do Direito Penal como do Direito Infracional, que garante todos os direitos aos adolescentes, inclusive a garantia do devido processo legal, artigo 110 do ECA (Brasil, 1990).

Em seu oitavo editorial do ano, intitulado "*Crise dos presídios não invalida redução da maioridade*", o jornal novamente retoma o assunto da situação prisional, porém cita meios para que melhore essa situação. Um deles a construção de mais presídios com a utilização dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Depois clama pela redução, porque os atos infracionais praticados por adolescentes estão em grande fase de crescimento, deixando em risco a sociedade. Todavia, volta a não utilizar de fontes para comprovar tal informação.

Em seus três últimos editoriais sobre a redução da maioridade penal, todos após a votação na Câmara dos Deputados, refere-se sobre a importância da redução, e de que o ECA é leniente, e necessitando urgente ser revisto para garantir a segurança da sociedade.

Também é citada em seus últimos editoriais a proposta do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), como a que melhor se enquadraria para a mudança da Constituição. A redução da imputabilidade penal para os 16 anos, e ficar ao critério do juiz e do Ministério Público (órgão que até então não havia sido citado) a escolha da aplicabilidade ou não da lei penal, considerando critérios como a gravidade do fato e a reincidência.

Após as análises, pode-se observar que a posição do jornal pouco mudou sobre o assunto, demonstrando sempre os mesmos fatores para serem favoráveis à redução, e aprimorando em relação ao poder discricionário do juiz sobre a escolha para a aplicação do Direito Penal.

Nota-se também que em todos os editoriais as terminologias utilizadas pelo jornal não são de acordo com a legislação, não sendo utilizados termos técnicos e não priorizando o que trouxe a Doutrina da Proteção Integral: a separação do Direito Infracional com o Direito Penal, porque não se tratam dos mesmos institutos.

4 Considerações finais

Por mais que o ECA tenha trazido garantias fundamentais e implementado o caráter de sujeito de direitos aos adolescentes que cometerem atos infracionais, a mídia como controle social informal não respeita tal determinação.

A análise dos editoriais demonstra a posição do jornal O Globo, e o modo de tratar as medidas socioeducativas, principalmente a de internação, como pena, mostrando explicitamente seu posicionamento favorável à redução da maioridade penal e a favor de dar poderes discricionários aos juízes no momento de aplicação das medidas. Isso regride com a previsão trazida pelo ECA, pois foi justamente o que a Doutrina da Proteção Integral visou a abolir e que antes era previsto pelo Código de Menores.

Há de ser ressaltado que por ter acontecido a votação na Câmara dos Deputados na data de 30 de junho de 2015, o maior número de editoriais publicados pelo jornal foi entre o mês de maio, com quatro editoriais, e o mês de junho com dois editoriais publicados. O foco sempre na redução para os 16 anos, mesmo teor da PEC que estava em tramitação.

Ao comparar os editoriais do jornal Folha de São Paulo, por exemplo, desde a vigência do Estatuto até o ano de 2014, foram publicados dez editoriais, com o principal viés o aumento do prazo de internação para até dez anos (Budó, 2015, p. 106-122). Já o jornal *O Globo* somente no ano de 2015 teve a publicação de doze editorias, demonstrando um caráter mais ativo, ou seja, foram ativistas políticos em prol da causa da redução da maioridade penal.

Por fim, as terminologias não são utilizadas da forma correta, pois, sempre os adolescentes acabam por serem qualificados por terminologias pejorativas, com o intuito de caracterizá-los como criminosos, reduzindo novamente o Direito Infracional ao Direito Penal, esquecendo que a real função do sistema socioeducativo é de caráter educativo e reintegrador, e não de punição.

Referências

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*: o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ANJ (Associação Nacional de Jornais). *Maiores jornais do Brasil*. Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em: 14 abr. 2017.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Emenda à Constituição nº 171,* de 19 de agosto de 1993. Altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal. 1993. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>. Acesso em: 21 abr. 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 abr. 2017.

BRASIL. *Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979*. Institui o Código de Menores. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dá outras providências. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. *Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 08 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento nacional de informações penitenciárias*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/radio/mj--divulga-novo-relatorio-sobre-populacao-carceraria-brasileira>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Levantamento anual SINASE 2014*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/levantamento-sinase-2014>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Súmula 338*. 2007. Disponível em <http://www.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?materia=%27DIREITO%20PENAL%27.mat.> Acesso em: 09 abr. 2017.

BUDÓ, Marília de Nardin. A redução da maioridade penal na folha de S. Paulo: da razão à emoção. *Revista eletrônica do curso de Direito da UFSM*. v. 10, n. 1, p. 94-125, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/18649#.WPuqXGnyvIU>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. *Mídias e discursos do poder:* a legitimação discursiva do processo de encarceramento da juventude pobre no Brasil. 2013. 542 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

DIAS, Felipe da Veiga. *O direito à informação na infância online*. 1. ed. Curitiba: Prismas, 2016.

_____; CUSTÓDIO, André Viana; REIS, S. S. (Org.). *Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes*: proteção integral e políticas públicas. 1. ed. Curitiba: Multideia, 2016.

O GLOBO. Ações integradas contra a crise da segurança. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 maio 2015, Editorial, p. 20.

_____. Ações integradas para combater criminalidade juvenil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 set. 2015. Editorial, p. 16.

_____. Conectar com a realidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 ago. 2015. Editorial, p. 14.

_____. Crime reforça pressão por nova maioridade penal. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 maio 2015. Editorial, p. 18.

_____. Crise dos presídios não invalida redução da maioridade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 de jun. 2015. Editorial, p. 14.

_____. Debate sobre criminalidade juvenil está fora de foco. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 maio 2015. Editorial, p. 16.

_____. Demandas a enfrentar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 mar. 2015. Editorial, p. 14.

_____. Destravar o debate. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 abr. 2015. Editorial, p. 12.

_____. ECA não recupera menor infrator e desprotege a sociedade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 fev. 2015, p. 22.

_____. Maioridade penal é tema de referendo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 jun. 2015. Editorial, p. 14.

_____. Opções à disposição. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 jul. 2015. Editorial, p. 14.

_____. Questão da maioridade penal continua em aberto. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 jul. 2015. Editorial, p. 18.

_____. Sem simplismos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 de maio de 2015. Editorial, p. 20.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro*. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. (Volume 1).

FUNCIONALIDADE E VIABILIDADE PARA O USO DE APLICATIVOS DE CELULAR PARA MELHORAR A MOBILIDADE URBANA

Functionality and feasibility for the use of cel phone applications to improve urban mobility

Tauana Bertoldi
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade IMED. Bolsista pesquisadora de Iniciação Científica FAPERGS, do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Mobilidade Urbana (NEPMOUR) da Faculdade Meridional, sobre linhas de pesquisa: Governança nas Cidades Sustentáveis e Mobilidade Urbana, onde se discute Diagnóstico e Planejamento da Mobilidade Urbana com bases sustentáveis para a Cidade de Passo Fundo/RS Brasil.
E-mail: <tauanabertoldi@hotmail.com>.

Indiara Pinto Brezolin
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade IMED. Bolsista voluntária do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Mobilidade Urbana (NEPMOUR) da Faculdade Meridional, sobre linhas de pesquisa: Governança nas Cidades Sustentáveis e Mobilidade Urbana, onde se discute Diagnóstico e Planejamento da Mobilidade Urbana com bases sustentáveis para a Cidade de Passo Fundo/RS Brasil.
E-mail: <indiarapb@gmail.com>.

Chauana Martinelli Pedroso
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade IMED. Bolsista voluntária do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Mobilidade Urbana (NEPMOUR) da Faculdade Meridional, sobre linhas de pesquisa: Governança nas Cidades Sustentáveis e Mobilidade Urbana, onde se discute Diagnóstico e Planejamento da Mobilidade Urbana com bases sustentáveis para a Cidade de Passo Fundo/RS Brasil.
E-mail: <chauanamartinelli@gmail.com>.

Alcindo Neckel
Doutor em Geografia, Professor da Escola de Arquitetura, Faculdade IMED.
E-mail: <alcindo.neckel@imed.edu.br>.

Resumo

As médias e grandes cidades possuem cada vez mais problemas de mobilidade urbana, o que acarreta trânsitos muitos congestionamentos. A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar a função e viabilidade no uso de aplicativos de celulares

em relação ao favorecimento de identificação de rotas menos adensadas e no planejamento da redistribuição de fluxos viários alternativos na cidade de Passo Fundo/RS-Brasil. Metodologicamente, foram aplicados 94 questionários, utilizando o Método de Conveniência. Os resultados demostraram que 82,97% dos entrevistados usariam o aplicativo com a finalidade de rastrear a rota alternativa para o deslocamento.
Palavras-chave: Aplicativos. Congestionamentos. Carros.

Abstract

Medium and large cities have increasingly problems of urban mobility, which entails many traffic congestions. The present study has as main objective to analyze the function and viability in the use of cellular applications in relation to favoring the identification of less dense routes and in the planning of redistribution of alternative traffic flows in the city of Passo Fundo/RS-Brazil. Methodologically, 94 questionnaires were applied, using the Method of Convenience. The results showed that 82.97% of respondents would use the application to track the route of travel.
Keywords: Applications. Congestion. Cars.

1 Considerações iniciais

Segundo Françoso e Mello (2016), a Revolução Industrial da segunda metade do século XIX e o êxodo rural causaram o aumento da população urbana. Cidades se desenvolveram sem ter planejamento, já outras tiveram suas vias planejadas. Porém, atualmente, todas possuem longas vias que conectam os bairros mais distantes até um determinado centro principal.

Inicialmente, as pessoas passaram a utilizar o automóvel como meio de locomoção (Mendes Junior; Fusco, 2013). Esse meio de transporte serviu como facilitador do deslocamento das pessoas em grandes distâncias. No Brasil, o automóvel passou a ser mais popular e de acesso à população em geral a partir de 1950, com a implantação de indústrias automobilísticas (Mendes Junior; Fusco, 2013). Ainda segundo Mendes Junior e Fusco (2013), a ineficiência de investimentos no transporte público e coletivo acarretou significativamente, com o aumento das pessoas adquirindo seu carro próprio, permitiu o deslocamento mais rápido pelos centros urbanos.

Atualmente, os meios urbanos totalizam crescentes números de veículos motorizados, trazendo, como consequência, não apenas a má qualidade do ar, mas também, a lentidão do trânsito através de vias com alto fluxo. Desses problemas resultantes de congestionamentos, surge o desperdício de combustível, sendo que cerca de "quase 1% do PIB (Produto Interno Bruto) é perdido nos congestionamentos" (Lopasso, 2014, p. 1).

É preocupante o número de veículos nas ruas e os problemas consequentes. Estima-se que até o final do ano de 2020, a frota automobilística brasileira duplique (Neves, 2013). Para isso, algumas medidas vêm sendo adotadas em conjunto com os avanços tecnológicos e da internet. Estes projetos tornam-se viáveis, segundo Oliveira et al. (2016), porque o número de pessoas com acesso à internet, smartphones e tabletes é significativo, representando 81% dos dispositivos eletrônicos no Brasil.

A internet agregada com a tecnologia pode desenvolver medidas viáveis em relação aos problemas no trânsito em diferentes cidades do mundo, inclusive no Brasil.

Através da disseminação do uso de tecnologias e telecomunicações, a forma de comunicação mudou, e assim, contata-se a existência de mais troca de informações (Pulselli et al., 2008).

Um exemplo destas medidas é o caso das caronas solidárias, onde, segundo Mendes Junior e Fuso (2013), estas têm como propósito, através da utilização de sistemas de computação na web, o compartilhamento do percurso diário de motorista, a fim de, dividir o número de carros, utilizando os usuários que fazem o uso da mesma rota. Esta medida, resulta não apenas em economia para ambos os utilitários, mas principalmente, na redução de carros nas ruas e desse modo, a diminuição de congestionamentos.

Outra solução encontrada, segundo Françoso e Mello (2016), é o uso de dois programas: o Waze (composto por um sistema de navegação de GPS (Global Positioning System) e o Google Maps. Ambos os programas fornecem informações de velocidade do trânsito, rotas com congestionamento, indicando, os trajetos mais rápidos em tempo real. "Essas interações geram eventos relacionados à mobilidade na rede celular, como área de localização, área de rota e atualizações de células" (Demissie et al., 2013, p. 166).

Entretanto, existem duas tipologias de motoristas: os equipados e não equipados, estes respectivamente fazem e não o uso de aplicativos celulares referentes a melhor seus deslocamentos. Os equipados vêm ganhando cada vez mais espaço, com cerca de 6 milhões de brasileiros utilizando, principalmente em grandes cidades (Prado, 2014).

Barth e Shaheen (2002) demonstram que o uso de aplicativos é capaz de reduzir em até 19% o tempo gasto para deslocar-se de um lugar ao outro. Conforme Bosch et al. (2011), a partir do simulador VBSim, o usuário consegue cruzar o número de carros por hora, a distância e o tempo gasto entre motoristas equipados e não, melhorando a performance em até 10% do tempo gasto pelos condutores.

Passo Fundo, por ser um polo regional, recebe diariamente milhares de pessoas vindas de outras cidades em busca dos serviços. Por sua vez, a população residente sai de suas casas para trabalhar ou estudar. Por isso, a importância de pesquisas que venham estimular o uso de novas tecnologias para melhorar a mobilidade urbana.

A presente pesquisa por objetivo analisar a função e viabilidade no uso de aplicativos de celulares em relação ao favorecimento de identificação de rotas menos adensadas e no planejamento da redistribuição de fluxos viários alternativos na cidade de Passo Fundo, RS, Brasil. A partir disso, busca-se de forma específica estudar se a população se encontra disposta ou não em fazer o uso de aplicativo que rastrearia as rotas percorridas do momento em que se deslocam de suas casas até o local de trabalhos e afins.

2 Procedimento metodológico

O município de Passo Fundo, situado no norte do Estado do Rio Grande do Sul, entre as coordenadas geográficas 28°07' e 28°25' de latitude Sul e 52°17' e 52°41' de longitude Oeste, perfaz atualmente uma área territorial de 754,40 km² (IBGE, 2016). A área de estudo consiste-se nas vias da Avenida Brasil (sentido Leste/Oeste), Avenida Presidente Vargas, Rua Moron, Rua Paissandú e Rua Uruguai.

Utilizando os 186.591 de habitantes da cidade de Passo Fundo, RS, desenvolveu-se o cálculo amostral, com um nível de confiança de 95% e um erro amostral de 10%, que definiu o número de aplicação de 94 questionários divididos proporcionalmente a partir do fluxo de veículos leves que passam por horas essas 5 vias (Kunz et al., 2015).

Esta pesquisa encontra-se dividida em 3 etapas:

- Etapa I- Alocação de um aporte teórico, conceituando os problemas de trânsito nas cidades e quais são as consequências, através da proposta da pesquisa;
- Etapa II- Aplicação de 94 questionários a partir do Método de Conveniência, que tem como objetivo analisar a percepção dos usuários que se encontram próximos, ou que se dispõem a responder as perguntas, sendo assim, abordadas de maneira aleatória.
- Etapa III- Projeção dos resultados obtidos e sugestão de novas alternativas.

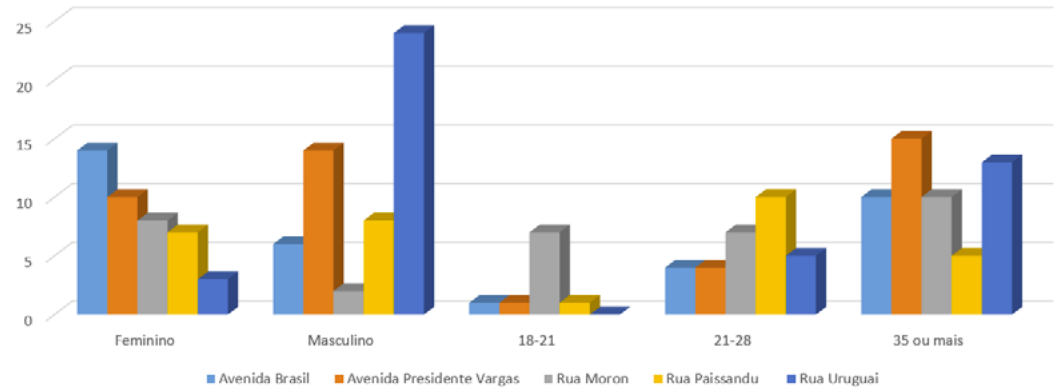
3 Resultados e discussões

A aplicação de questionários deu-se nas 5 ruas sendo elas, 3 coletoras (Rua Uruguai, Paissandú e Moron) e 2 principais (Avenida Brasil e Presidente Vargas). Levou-se em consideração a média do número de automóveis passando em horários de pico, para a aplicação dos questionários. Para isso, considerou-se 1000 automóveis na via Presidente Vargas, 820 na Avenida Brasil, 400 na rua Moron, 1080 Rua Uruguai, e 720 na Paissandú, sendo foram aplicados respectivamente, 24, 20, 10, 27 e 17 questionários, subdivididos entre os horários de maior fluxo de veículos (horário de pico), das 8h/9h; 13h/14h e das 18h/19h.

Os dados apresentados, representam o interesse em utilizar o suposto aplicativo, relacionando o sexo e a idade dos entrevistados, e apontam também, que as ruas possuem congestionamento em horários de pico, sendo que em eventualidades como dias de chuvas possam ocorrer alguns congestionamentos fora desses horários.

Percebe-se que a maioria dos entrevistados foram do sexo masculino com 52 abordagem sendo que o sexo feminino totalizou 42 questionários. Destes, 10,63% dos entrevistados possuíam de 18 a 21 anos, 32,97% dos 21 a 28 anos e 56,38% pessoas encontravam-se na faixa etária superior aos 35 anos (Figura 1).

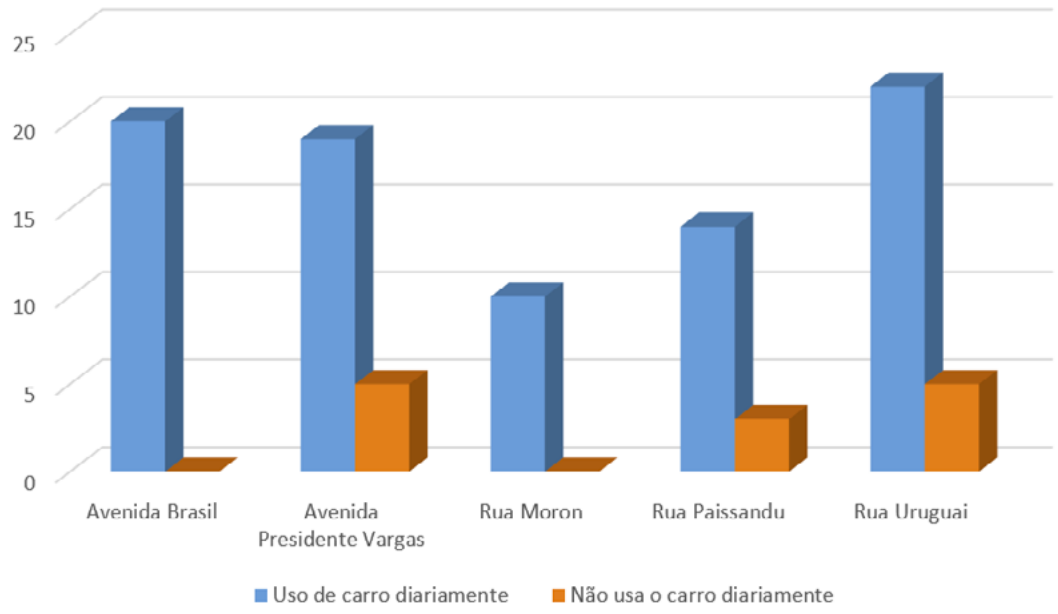
Figura 1: Relação de sexo dos entrevistados com a idade



Fonte: Autor.

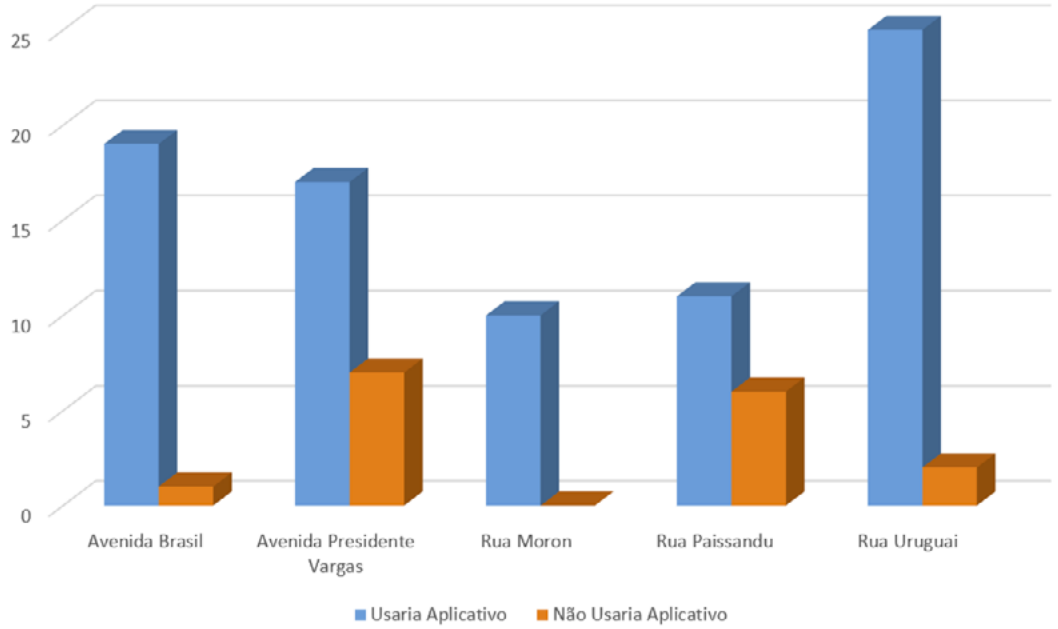
Das 94 pessoas abordadas, 90,42% fazem o uso de automóveis diariamente, sendo que destas 58,51% cruzam pelas vias de estudo duas vezes por dia, 26,59% quatro vezes e 5,31% uma vez ao dia (Figura 2). Entre os entrevistados, 82,97% afirmam que usariam o aplicativo com a finalidade de rastrear a rota feita por estes desde o momento em que saem de suas casas e deslocam-se até o local de trabalho e estudo (Figura 3). Isso porquê, entendem a importância de identificar as rotas mais congestionadas no centro da cidade de Passo Fundo, para com isso, criar meios que proporcionem o defluxo de áreas centrais, como novas rotas.

Figura 2: Uso de carro diariamente



Fonte: Autor.

Figura 3: Uso de aplicativo



Fonte: Autor.

3 Considerações finais

A pesquisa destaca o problema de trânsito na cidade de Passo Fundo, onde acontecem congestionamentos nas vias citadas a cima, principalmente em horários de pico. Por este motivo, percebe-se o interesse e a disponibilidade da população de Passo Fundo em experimentos referentes ao uso de aplicativos com o intuito de reverter essa situação e descongestionar as rotas de maior fluxo.

Agradecimento

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul pela bolsa de iniciação científica concedida ao Núcleo de Pesquisa em Mobilidade Urbana (NEPMOUR).

Referências

BARTH, Mattew; A SHAHEEN, Susan. shared-use vehicle systems: framework for classifying carsharing,station cars, and combined approaches. *Transportation Research Record*, Washington, v. 1791, p. 105-112, 2002.

BOSCH, Alje Van den et al. Reducing Time Delays on Congested Road Networks using Social Navigation. *2011 IEEE Forum on Integrated and Sustainable Transportation Systems*, 2011. p. 26-31.

DEMISSIE, Merkebe Getachew et al. Exploring cellular network handover information for urban mobility analysis. *Journal of Transport Geography*, [s.l.], v. 31, p. 164-170, jul. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jtrangeo.2013.06.016>.

FRANÇOSO, Maria Teresa; MELLO, Natália Custódio de. Influência dos aplicativos de smartphones para transporte urbano no transito. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, 7., 2016, Maceió. *Anais*... Maceió: Pluris, 2016. p. 1-12.

IBGE. Rio Grande do Sul: Passo Fundo. 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431410&search=rio-grande-do-sul|passo-fundo>. Acesso em: 27 abr. 2017.

KUNZ, Maurício et al. Projeção e extratificação quantitativa de circulação de unidades veiculares na cidade de Passo Fundo, RS, Brasil: proporção e análise. *Imed*, Passo Fundo, p. 1-10, 2015. Disponível em: <https://soac.imed.edu.br/index.php/mic/ixmic/paper/viewFile/197/98>.

LOPASSO, G. *Transporte conectado: a tecnologia melhorando a mobilidade urbana*. São Paulo: Ericsson Telecomunicações, 2014. Disponível em: <http://www.ericsson.com/br/news/201409-23-connected-transport-po_254740125_c>. Acesso em: 23 abr. 2017.

MENDES JUNIOR, Ricardo; FUSCO, Rafael. Projeto carona solidária na UFPR. *Extensão em Foco*, Curitiba, n. 8, p. 01-10, 31 dez. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ef.v0i8.35664>. Acesso em: 10 set. 2017.

NEVES, R. A perversão brasileira em busca da mobilidade urbana. Época Negócios, São Paulo, 27 mar. 2013. Disponível em: <http://colunas.revistaepocanegocios.globo.com/ foradacaixa/2013/03/27/a-perversao-brasileira-em-busca-da-mobilidade-urbana/>. Acesso em: 10 set. 2014.

OLIVEIRA, Denilson Estevam de et al. Aplicativo Fast Way: proposta para mobilidade urbana. *Revista Augustus*, [s.l.], v. 21, n. 41, p. 40-47, 20 jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15202/19811896.2016v21n41p40>.

PRADO, Felipe. Aplicativo para celular mostra rotas, tráfego e até blitze em tempo real. *Campo Grande News*, 21, ago. 2014. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/tecnologia/aplicativo-para-celular-mostra-rotas-trafego-e-ate-blitze-em-tempo-real>. Acesso em: 21 abr. 2017.

PULSELLI, M. R. et al. Specific emergy of cement and concrete: an energybased appra isal of building materials and their transport. *Ecological Indicators,* São Paulo, n. 8, p. 647-656, 2013.

DYNAMO E GRASSHOPPER: DIFUSÃO CIENTÍFICA E POPULARIDADE ENTRE USUÁRIOS

Dynamo and Grasshopper: scientific diffusion and popularity among users

Paola Zardo
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo IMED.
E-mail: <pazardo@gmail.com>.

Juliano Lima da Silva
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo IMED.
E-mail: <juliano_lima_silva@hotmail.com>.

Andrea Quadrado Mussi
Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo IMED.
E-mail: <andrea.mussi@imed.edu.br>.

Resumo

As possibilidades propostas aos processos de projeto na arquitetura e construção com o advento da modelagem paramétrica, como a criação de geometrias complexas e simulações de desempenho, favoreceram a difusão das ferramentas de programação visual, como Dynamo, da Autodesk, e Grasshopper, de Robert McNeel & Associated. O objetivo deste estudo é verificar a disseminação científica e a popularidade entre os usuários destas duas ferramentas de programação visual associadas ao design paramétrico (Dynamo e Grasshopper), com o intuito de realizar uma análise comparativa para destacar as potencialidades de uso de cada aplicação. A metodologia baseou-se em duas etapas: uma revisão sistemática de bibliografia e uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo para buscar e categorizar aspectos de uso nos fóruns oficiais de cada um dos softwares. Constatou-se que o Grasshopper está mais difundido na esfera científica (87,2% dos trabalhos analisados). Segundo opinião de usuários, isso possivelmente se dá pelo tempo de existência, pela interface amigável e pela variedade de plug-ins disponíveis. O Dynamo, apesar da licença educacional disponibilizada pela Autodesk, foi utilizado em apenas 12,5% dos trabalhos, porém é importante destacar que a temática destes estava inserida em contextos Building Information Modeling (BIM) que, segundo usuários, constitui o grande diferencial e possível impulsionador desta ferramenta para trabalhos futuros.
Palavras-chave: Design Paramétrico. Programação visual. Dynamo. Grasshopper.

Abstract

The possibilities offered by the advent of parametric modeling to design processes in architecture and construction, such as the creation of complex geometries and performance simulations, supported the diffusion of visual programming tools, such as Dynamo by Autodesk and Grasshopper by Robert McNeel & Associated. This study aims to establish the scientific diffusion and the popularity among users of the two visual programming tools mentioned, associated to parametric design, in order to perform a comparative analysis to highlight the potential applications of each software. The methodology was based on a two stage study: a systematic review and a qualitative exploratory research in the official forum of each tool, in order to check and categorize usage aspects. Grasshopper was found to be more widespread in the scientific sphere (87.2% of the papers analyzed). According to users, this possibly occurs due to its lifetime, its user-friendly interface and the variety of plug-ins available. Dynamo, in spite of the educational license provided by Autodesk, was used in only 12.5% of the studies, although it is important to highlight that their subject was embedded in Building Information Modeling (BIM) contexts, which according to users, compose its great differential and possible driver of this tool for future works.
Keywords: Parametric design. Visual programming. Dynamo. Grasshopper.

1 Considerações iniciais

A disseminação de novas ferramentas tecnológicas associadas ao Computer Aided Design (CAD), como as de programação visual, sugere maior flexibilidade e personalização aos processos de projeto de edificações em escala global. A modelagem paramétrica, realizada com auxílio das ferramentas de programação gráfica, permite a realização de variações na geometria do objeto projetado por meio da alteração de parâmetros declarados, possibilitando a criação de novas geometrias, reduzindo o tempo e esforço antes dedicados a modificações e trazendo uma melhor compreensão da estrutura conceitual do projeto (Aish; Woodbury, 2005). Entretanto, o design paramétrico também pode estar associado a paralelas simulações de performance de modelos tridimensionais virtuais ou a ferramentas de fabricação digital (Computer Aided Manufacturing – CAM).

Brooks (1994) estabelece uma relação de interdependência entre ciência, tecnologia e inovação, destacando que a ciência contribui para a tecnologia com uma base de novos conhecimentos que serve como fonte de criação de novas ferramentas, métodos e técnicas através da pesquisa aplicada, resultando no desenvolvimento e refinamento de novas tecnologias. Ainda segundo o autor, a tecnologia, por sua vez, fornece uma fonte fértil de novas questões científicas e de instrumentação e técnicas antes indisponíveis e necessárias para abordar questões científicas mais recentes e mais complexas.

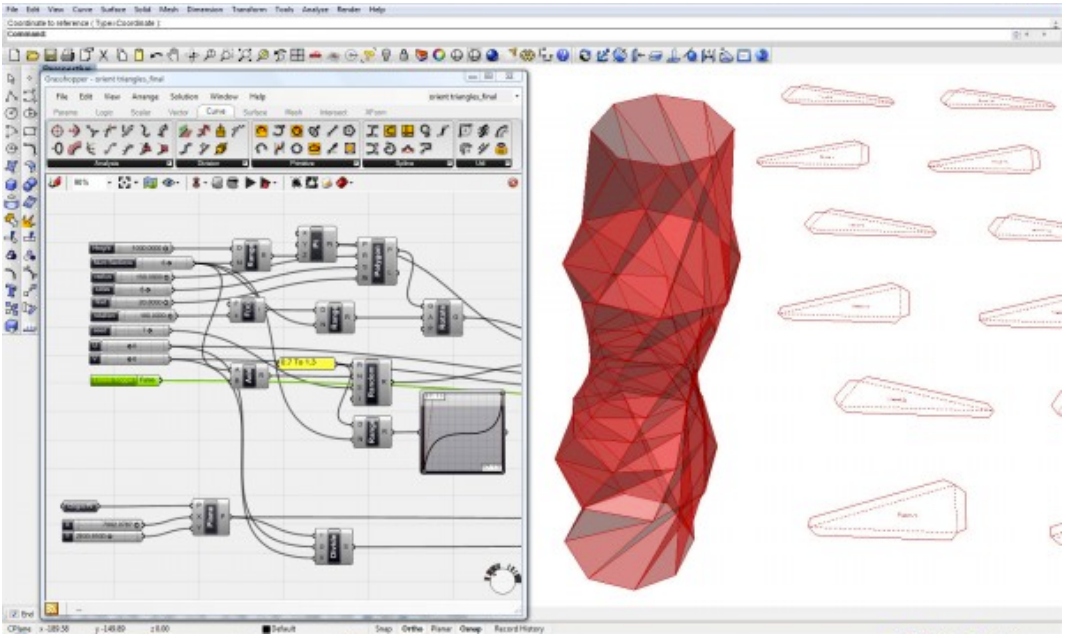
Um exemplo de empreendedorismo baseado em tecnologia são os *fab labs* (*fabrication laboratories*), plataformas de aprendizado e inovação que geram estímulos para o empreendedorismo local em conjunto com a pesquisa científica e, inclusive, fazem uso da programação. O crescimento de uma rede internacional de *fab labs* é incentivado e facilitado pela Fab Foundation, criada pelo Center for Bits & Atoms Fab Lab Program do Massachusetts Institute of Technology (MIT), uma extensão da

sua pesquisa em fabricação digital e computação. Um dos meios de incentivo da Fab Foundation é o estabelecimento de parcerias tecnológicas: por exemplo, *fab labs* registrados na Fab Foundation podem obter licenças grátis para softwares da Autodesk (Fab Foundation, 2016).

Verifica-se que o processo de inclusão de recursos de customização de processos a partir de ferramentas de programação acarreta em uma maior gama de possibilidades para o contexto prático da arquitetura. Visto que as ferramentas são criadas para atender necessidades antes inexistentes no âmbito prático, entende-se que a tecnologia impulsiona o empreendedorismo, permitindo seu progresso de modo indireto, pois confronta os paradigmas do processo tradicional.

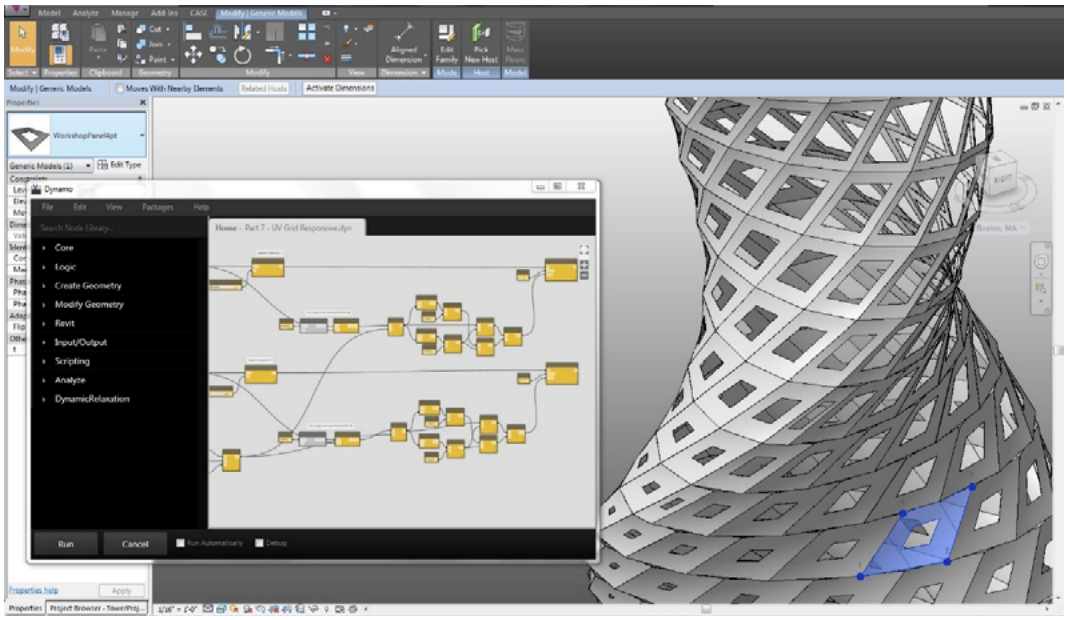
As ferramentas de programação gráfica geralmente são utilizadas em associação com softwares de modelagem tridimensional, que oferecem interfaces interativas onde é possível realizar variações em tempo real e obter feedbacks imediatos dos resultados da alteração de parâmetros (Hernandez, 2006), o que pode ser mais profundamente explorado com a utilização de plug-ins ou extensões desenvolvidas para determinadas análises e verificações. O software de modelagem Rhinoceros, por exemplo, do desenvolvedor Robert McNeel & Associated, possui um editor gráfico de algoritmos integrado chamado Grasshopper (Robert Mcneel & Associated, 2007), ilustrado pela Figura 1, lançado incialmente em 2007. Em 2011, a Autodesk lançou uma ferramenta similar, que pode ser observada na Figura 2, o Dynamo (Autodesk, 2011), para integração com o Revit (Autodesk, 2000).

Figura 1: Grasshopper e Rhinoceros



Fonte: Arch2o (2017).

Figura 2: Dynamo e Revit



Fonte: DynamoBIM (2017).

Apesar de similares, Dynamo e Grasshopper foram elaborados para diferentes contextos de softwares e, consequentemente, são utilizadas de maneiras diferentes em função das necessidades e preferências de cada usuário. Com isso, surge a necessidade de investigar as particularidades de cada uma das ferramentas no intuito de determinar as situações para as quais cada uma delas possivelmente melhor se aplica, destacando pontos fortes e pontos fracos que direcionem as suas potencialidades de uso. Este artigo constitui a etapa inicial que subsidiará uma pesquisa de eficiência energética de contextos de fachadas por meio da utilização de modelos tridimensionais e programação gráfica.

O termo difusão representa a disseminação de um sistema ou processo em meio a uma população de adotantes (Succar; Kassem, 2015). Sendo assim, objetiva-se, por meio deste estudo, avaliar a difusão científica destas ferramentas para fins semelhantes e sua correspondente popularidade na comunidade de usuários, possibilitando encontrar aspectos comparativos para a determinação de uma das ferramentas a ser utilizada no futuro estudo mencionado.

2 Metodologia

A metodologia para realização da pesquisa foi dividida em duas etapas: inicialmente, foi realizada uma revisão sistemática da bibliografia para avaliar o estado da arte do uso das aplicações no contexto do uso de ferramentas de design paramétrico para design de superfícies de fachadas associado a simulações de desempenho e eficiência energética. Em uma segunda etapa, foi realizada uma pesquisa exploratória nos fóruns de usuários recorrentes das ferramentas, para determinar qualitativamente e categorizar aspectos que possibilitem a realização de uma análise comparativa entre Dynamo e Grasshopper.

2.1 Revisão sistemática da bibliografia

A busca por trabalhos acadêmicos referentes ao tema teve como critérios a utilização das *strings* de busca: *parametric*, *facade*, grasshopper ou dynamo, variando por meio de operadores booleanos e lógicos de acordo com a ferramenta de busca de cada uma das bases de dados consultadas. O recorte temporal foi determinado com base na data de lançamento da ferramenta mais recente, o Dynamo, no ano de 2011, a partir do qual estavam disponíveis ambas as ferramentas. Além disso, a busca esteve restrita a estudos elaborados em inglês ou português.

Realizou-se uma busca piloto no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas *strings* "*parametric* AND *facade*", delimitando um recorte temporal de 2011 a 2017 e selecionando o tópico "*Architecture*". Foram obtidos 80 resultados, a partir dos quais foi possível identificar os periódicos e as bases de dados de interesse para realização da pesquisa sistemática. Cabe ressaltar que algumas bases de dados com acesso restrito não puderam ser consultadas, sendo elas: Scopus, ProQuest e Web Of Science. As bases de dados consultadas foram: EBSCOhost, SAGE Journals, ScienceDirect Journals, OneFile e CumInCAD (Cumulative Index about publications in Computer Aided Architectural Design).

O Quadro 1 apresenta o protocolo de busca utilizado em cada uma das bases de dados consultadas. No CumInCAD, não foi utilizado recorte temporal pois foi necessário modificar para "atender a qualquer um dos fatores", sendo assim, os artigos foram selecionados manualmente (a partir de 2011).

Quadro 1: Termos de busca em cada base de dados

Bases de dados	Termos de busca
EBSCOhost	AB parametric AND AB grasshopper OR AB dynamo; 2011-2017; English; Art&Architecture Source;
OneFile	parametric (all fields) AND facade (all fields); date range: 01012011 to 12122017; academic;
SAGE Journals	[Abstract parametric] AND [Abstract facade]; since 2011;
ScienceDirect Journals	pub-date > 2010 AND ABSTRACT(parametric) AND ABSTRACT(facade);
CumInCAD	"parametric facade"; summary contains "Grasshopper" OR summary contains "Dynamo";

Fonte: Autor (2017).

Para determinar a inclusão ou exclusão dos resultados obtidos, foram utilizados os seguintes critérios de análise, por ordem de importância: Título, Resumo e Palavras-chave (contendo duas ou mais *strings* de busca), análise das figuras (se apresentavam ou não interfaces ou modelos provenientes das ferramentas de design paramétrico) e, por último, as Conclusões. Apesar de terem sido encontrados resultados compatíveis com as buscas, algumas bases de dados tiveram todos os resultados excluídos após a análise, sendo elas: EBSCOhost (10) e SAGE Journals (15). A base OneFile não apresentou nenhum resultado para a busca realizada. O Quadro 2 apresenta, para as bases de dados que apresentaram resultados úteis à pesquisa, a relação entre trabalhos encontrados, excluídos e utilizados.

Quadro 2: Relação de artigos

Base de dados	**Encontrados**	**Excluídos**	**Final**
ScienceDirect Journals	52	47	5
CumInCAD	52	42	10
Total	**104**	**89**	**15**

Fonte: Autor (2017).

Por fim, foi realizada uma *snowball sampling* nos artigos selecionados, buscando outros trabalhos nas referências utilizadas pelos autores, o que resultou na inclusão de 1 novo artigo, totalizando 16 artigos analisados.

2.2 Buscas em fóruns de usuários

Para verificar aspectos da experiência de utilização das ferramentas analisadas, foi realizada uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo nos fóruns oficiais do Dynamo (www.forum.dynamobim.com) e do Grasshopper (www.grasshopper3d.com/forum).

Foi realizada uma busca pela *keyword* "dynamo" no fórum de Grasshopper, obtendo-se 79 resultados, ou seja, 79 menções dentre os tópicos encontrados. Da mesma maneira, realizou-se uma busca pela *keyword* "grasshopper" no fórum do Dynamo, obtendo-se 50 resultados. Dentro de cada um dos tópicos encontrados, buscou-se novamente pela palavra-chave em ambos os casos e foram analisados todos os comentários que mencionaram o outro aplicativo.

A análise dos comentários permitiu classificar as opiniões dos usuários em três categorias, que sugerem um panorama geral da experiência de uso de cada ferramenta: Interface/design, funcionalidade/performance e recursos.

3 Resultados e discussões

Dos artigos analisados, 14 utilizaram o Grasshopper para programação gráfica de fachadas (87,5%) enquanto apenas 2 utilizaram o Dynamo (12,5%), conforme Quadro 3. O uso de Grasshopper e Rhino foi amplamente aliado a outras ferramentas como Diva, Galapagos e Ladybug (Grasshopper 3D, 2017) para realização de outras funções, enquanto que os trabalhos que utilizaram o Dynamo estiveram restritos a interação Dynamo-Revit, porém destacando o potencial do uso de modelos BIM para o futuro dos processos de projeto e construção na arquitetura.

Quadro 3: Artigos para cada ferramenta

Ferramenta	Artigos
Dynamo	(Briscoe, 2014); (Shen; Lu, 2016)
Grashopper	(Sheikh; Gerber, 2011); (Hillukka, 2011); (Velasco; Robles, 2011); (Vannini; Bueno; Turkienicz, 2012); (Das; Dutt, 2012); (Vannini; Lima; Martino; Bruscato, 2014); (Suyoto; Indraprastha; Purbo, 2014); (Gallas; Delfosse, 2015); (Felippe et al., 2015); (Queiroz et al., 2015); (Iennarella; Serra; Loverso, 2015); (Mahmoud; Elghazi, 2015); (Raimondi et al., 2016); (Caldas; Santos, 2016).

Fonte: Autor (2017).

Os aspectos relacionados às ferramentas mencionados nos comentários de fóruns estão apresentados no Quadro 4, conforme categorização estabelecida. Observa-se pontos positivos e negativos em diferentes instâncias de cada software, porém, pode-se destacar que os principais pontos favoráveis ao Dynamo estão relacionados à sua inserção em um contexto BIM e a disponibilidade de licença educacional e, no caso do Grasshopper, seu destaque está na maior facilidade de uso da interface e em seus plug-ins e extensões já difundidos dentre os usuários.

Quadro 4: Opinião dos usuários sobre Dynamo e Grasshopper

Categoria	Dynamo	Grasshopper
Interface/design	• esteticamente inferior	• colorido, bonito, leve
Funcionalidade/ performance	• opera em um ambiente nativo BIM, potencial mais amplo de uso pela interoperabilidade • menos funcional, confuso para iniciantes, difícil de encontrar funções • maior habilidade de manipular dados já existentes • mais adequado à prática profissional (Revit é amplamente usado para projetos de construção)	• mais robusto, fácil de usar, compacto • manipula menos o *software native* (Rhinoceros) • melhor em morfologia, projeto de formas, mas difícil de compartilhar com arquitetura BIM, dados não são "compreendidos" pelo software nativo
Recursos	• função embutida para localizar e publicar bibliotecas de componentes desenvolvidos por usuários • licença educacional (3 anos)	• mais opções de ferramentas (Galapagos, Karamba, Kangaroo, Ladybug, Diva) • atualizações menos frequentes • 90 dias de licença para teste do Rhinoceros

Fonte: Autor (2017).

4 Considerações finais

Com base nos resultados apresentados, é possível verificar que o uso do Grasshopper é direcionado às possibilidades de criação de geometrias, análises por meio das ferramentas associadas disponíveis e por apresentar maiores facilidades de uso, além do tempo de existência, que gera uma certa tradição de uso, porém é pouco utilizado para manipulação do software nativo, o Rhinoceros. O Dynamo, por sua vez, é utilizado para programar o Revit (manipulação de dados e criar novas funções) principalmente para atuar com modelos BIM, destacando seu maior potencial

para a prática profissional na indústria da construção e para usos relacionados na esfera científica, além de possuir licença educacional, enquanto o Grasshopper, apesar de gratuito, foi desenvolvido para o Rhinoceros, que possui versão de teste por apenas 90 dias.

Referências

AISH, R.; WOODBURY, R. Multi-level Interaction in Parametric Design. *Smart Graphics*, p. 151-162, 2005.

ARCH2O. Disponível em: <http://www.arch2o.com/10-parametric-plugins-every-architect-should-know>. 2017.

AUTODESK. Disponível em: <http://www.autodesk.com/products/dynamo-studio/>. 2011.

AUTODESK. Disponível em: <http://www.autodesk.com/revit>. 2000.

BRISCOE, Danielle. Parametric planting: Green wall system research + design using BIM. In: ASSOCIATION FOR COMPUTER AIDED DESIGN IN ARCHITECTURE (ACADIA) CONFERENCE, 2014, Los Angeles. *Proceedings*... Los Angeles: The University of Southern California, 2014, p. 333-338.

BROOKS, Harvey. The relationship between science and technology. *Research Policy*, v. 23, n. 5, p. 477-486, Sep. 1994.

CALDAS, L.; SANTOS, L. Painting with light: An interactive evolutionary system for daylighting design. *Building And Environment*, v. 109, p. 154-174, Nov. 2016.

DAS, S.; DUTT, F. Design optimization in a hotel and office tower through intuitive design procedures and advanced computational design methodologies. In: EDUCATION AND RESEARCH IN COMPUTER AIDED ARCHITECTURAL DESIGN IN EUROPE (eCAADe) CONFERENCE, 30., 2012, Prague. *Proceedings*... Prague: Czech Technical University, 2012, p. 235-244.

DYNAMOBIM. Disponível em: <http://dynamobim.org/dynamo-autumn-workshop-recap>. 2017.

FAB FOUNDATION. Disponível em: <http://www.fabfoundation.org>. 2016.

FELIPPE, A. R. et al. Modelagem paramétrica para simulação do desempenho da iluminação natural e termo-energético da edificação. In: CONGRESO DE LA SOCIEDAD IBEROAMERICANA DE GRÁFICA DIGITAL (SIGRADI), 19., 2015, Florianópolis. *Proceedings*... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015, p. 398-404.

GALLAS M. DELFOSSE, V. Sketch-based and parametric modeling: association of two externalization processes for early daylight optimization. In: COMPUTER-AIDED ARCHITECTURAL DESIGN FUTURES FOUNDATION (CAADFutures) CONFERENCE, 2015, São Paulo. *Proceedings*... São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2015, p. 226-238.

GRASSHOPPER 3D. Disponível em: <http://www.grasshopper3d.com/groups>. 2017.

HERNANDEZ, Carlos Roberto Barrios. Thinking parametric design: introducing parametric Gaudi. *Design Studies*, v. 27, n. 3, p. 309-324, maio 2006.

HILLUKKA, Daniel. Interior climate optimization by volumetric adjustment. In: ASSOCIATION FOR COMPUTER AIDED DESIGN IN ARCHITECTURE (ACADIA) REGIONAL CONFERENCE, 2011, Lincoln. *Proceedings*... Lincoln: University of Nebraska, 2011, p. 209-216.

IENNARELLA, S.; SERRA, V.; LOVERSO, V. R. M. A novel concept of a responsive transparent façade module: optimization of energy performance through parametric design. *Energy Procedia*, v. 78, p. 358-363, Nov. 2015.

MAHMOUD, A. H. A.; ELGHAZI, Y. Parametric-based designs for kinetic facades to optimize daylight performance: Comparing rotation and translation kinetic motion for hexagonal facade patterns. *Solar Energy*, v. 126, p. 111-127, Mar. 2016.

QUEIROZ, N. et al. Designing a building envelope using parametric and algorithmic processes. In: CONGRESO DE LA SOCIEDAD IBEROAMERICANA DE GRÁFICA DIGITAL (SIGRADI), 19., 2015, Florianópolis. *Proceedings...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015, p. 797-801.

RAIMONDI, A. et al. Daylight Autonomy as a Driver for Office Building Retrofitting. *Energy Procedia*, v. 96, p. 180-189, Sep. 2016.

ROBERT MCNEEL & ASSOCIATED. Disponível em: <https://www.mcneel.com/products>. 2007.

SHEIKH, M. E.; GERBER, D. J. Building Skin Intelligence: a parametric and algorithmic tool for daylighting performance design integration. In: ASSOCIATION FOR COMPUTER AIDED DESIGN IN ARCHITECTURE (ACADIA) CONFERENCE, 2011, Calgary/Banff. *Proceedings...* Calgary/Banff: The University of Calgary, 2011, p. 170-177.

SHEN, Y. T.; LU, P. W. The development of kinetic façade units with BIM-based active control system for the adaptive building energy performance service. In: THE ASSOCIATION FOR COMPUTER-AIDED ARCHITECTURAL DESIGN RESEARCH IN ASIA (CAADRIA) CONFERENCE, 2016, Melbourne. *Proceedings...* Melbourne: The University of Melbourne, 2016, p. 517-526.

SUCCAR, B.; KASSEM, M. Macro-BIM adoption: Conceptual Structures. *Automation In Construction*, v. 57, p. 64-79, sep. 2015.

SUYOTO, W.; INDRAPRASTHA, A.; PURBO, H. W. Parametric Approach as a Tool for Decision-making in Planning and Design Process. Case study: Office Tower in Kebayoran Lama. *Procedia - Social And Behavioral Sciences*, v. 184, p. 328-337, may 2015.

VANNINI, V. C.; BUENO, E.; TURKIENICZ, B. Otimização geométrica de superfícies de fachada para uso fotovoltaico. In: CONGRESO DE LA SOCIEDAD IBEROAMERICANA DE GRÁFICA DIGITAL (SIGRADI), 16., 2012, Fortaleza. *Proceedings...* Fortaleza, 2012, p. 426-430.

VANNINI, V. C.; LIMA, A.; MARTINO, J. A. de; BRUSCATO, U. M. Desenho paramétrico e performance associados aos processo projetual. In: CONGRESO DE LA SOCIEDAD IBEROAMERICANA DE GRÁFICA DIGITAL (SIGRADI), 18., 2014. *Proceedings...* 2014, p. 134-137.

VELASCO, R.; ROBLES, D. Eco-envolventes: A parametric design approach to generate and evaluate façade configurations for hot and humid climates. In: EDUCATION AND RESEARCH IN COMPUTER AIDED ARCHITECTURAL DESIGN IN EUROPE (eCAADe) CONFERENCE, 29., 2011, Ljubljana. *Proceedings…* Ljubljana, 2011, p. 539-548.

COMPARATIVOS DAS AGLOMERAÇÕES COMERCIAIS E RESIDENCIAIS EM GRANDES CENTROS URBANOS

Comparative of commercial agglomeration and residential in large urban centers

Liane Dalla Gasperina
Arquiteta e Urbanista. Faculdade IMED.
E-mail: <lianedallagasperina@hotmail.com>.

Angela Emilia Chiamentti
Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Acadêmica (NEPMOUR) e Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo. Faculdade IMED.
E-mail: <a.e.chiamentti@hotmail.com>.

Alcindo Neckel
Doutor em Geografia. Professor da Escola de Arquitetura, Faculdade IMED.
E-mail: <alcindo.neckel@imed.edu.br>.

Resumo

O setor comercial contemporâneo apresenta maiores densidades nos centros urbanos, resultado da especulação imobiliária. O objetivo geral da pesquisa é comparar o avanço das atividades comerciais em relação às residenciais na cidade de São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS) no Brasil. Aplicou-se o Método Comparativo para o levantamento visual, no qual foram comparados os usos das edificações por longo dos dois centros urbanos. Os resultados mostraram reduções do número de residências nos grandes centros por conta do ciclo natural.
Palavras-chave: Centros urbanos. Setor comercial. Setor residencial.

Abstract

The contemporary commercial sector presents higher densities in urban centers, as a result of real estate speculation. The general objective of the research is to compare the progress of commercial activities in relation to the residential ones in the city of São Paulo (SP) and Porto Alegre (RS) in Brazil. The Comparative Method for the visual survey was applied, in which the uses of the buildings were compared for long

of the two urban centers. The results showed reductions in the number of residences in the large centers due to the natural cycle.
Keywords: Urban centers. Business Sector. Residential sector.

1 Considerações iniciais

A maioria dos espaços centrais das cidades mais populosas são baseados no aumento econômico, voltados para o comércio e para a circulação de produtos. Entretanto, os espaços residenciais são cada vez menos utilizados para o uso residencial.

Ao estudar as diferentes formas de uso do ambiente construído, necessita ser considerada a utilidade das edificações já existentes, quando se tratam das áreas centrais. Consequentemente, segundo Villaça (2001, p. 237), estas áreas centrais urbanas foram as primeiras a serem urbanizadas, e concentram "o grande comércio e as sedes das grandes instituições".

Porém, Castells (1983), enfatiza a presença das centralidades urbanas nessas áreas centrais urbanizadas, que advém da dimensão social do espaço, a partir do momento de diversas atividades se expandem, onde ocorrem as diferenciações sociais no espaço. Assim, as preferências imobiliárias são por terrenos que estimulam a valorização de pontos residenciais e comerciais.

Grub e Neckel (2015) reforçam a necessidade de repensar o espaço urbano. O que dependeria de desconstruções e reconstrução do ambiente. Pensando assim, nas modificações votadas para a construção de espaços de acolhimento aos usuários (Grub; Neckel, 2015).

Convém lembrar que os centros urbanos brasileiros estudados tiveram como o primeiro objeto de pesquisa a cidade de Porto Alegre, RS, na Rua dos Andradas. Conforme PMPA (2016), esse local é conhecido, como: "A Rua da Praia", às margens do Guaíba (lago), sendo a mais antiga rua da cidade, onde foram implantados os Armazéns Reais e o Arsenal da Marinha, e a Praça da Alfândega.

O segundo objeto estudado foi a cidade de São Paulo, SP, tendo como objeto de estudo a Avenida Paulista. Esta, segundo Brandão (2012), foi inaugurada em 8 de dezembro de 1891, contendo calçadas e duas pistas, ladeadas por árvores como magnólias e plátanos.

Os dois lugares estudados possuem características comerciais, intenso movimento de veículos e pessoas, por seus inúmeros edifícios administrativos, poucas áreas verdes, e diversidades culturais e sociais. Nesta sequência, o objetivo geral da pesquisa é comparar o avanço das atividades comerciais em relação às residenciais nas cidades de São Paulo, SP, e de Porto Alegre, RS.

Para Santos (1993), os estudos das formas urbanas devem ser vistos como fator de evolução da cidade, resgatando as formações, facilitando a interpretação da totalidade urbana. Assim, os maiores problemas nos grandes centros urbanos vem da falta de infraestrutura, ou seja, o não acompanhamento da mesma no crescimento da cidade.

A importância dessa pesquisa é visualizar possíveis diagnósticos capazes de identificar as maiores dificuldades de mobilidade urbana em função da distância e as dificuldades de locomoção dos transeuntes do local de trabalho à residência, a superlotação de veículos e a falta de um novo Plano Diretor para delimitar novas áreas e valores de especulação imobiliária em relação as áreas residenciais e comerciais.

Para Gluszevicz et al. (2009), a função relacionada à cidade como centro urbano tradicional deve-se pela quantidade de atividade comercial e o forte crescimento urbano, condizente com a situação econômica do local.

2 Metodologia aplicada

Foi feita análise de evolução temporal, através dos softwares Google Earth e Google Maps, entre os anos de 2010 e 2016, realizando-se levantamento de todas as unidades comerciais (inclusive edifícios administrativos) e residenciais. As mudanças de usos foram comparadas sobre o decorre desses 6 (seis) anos.

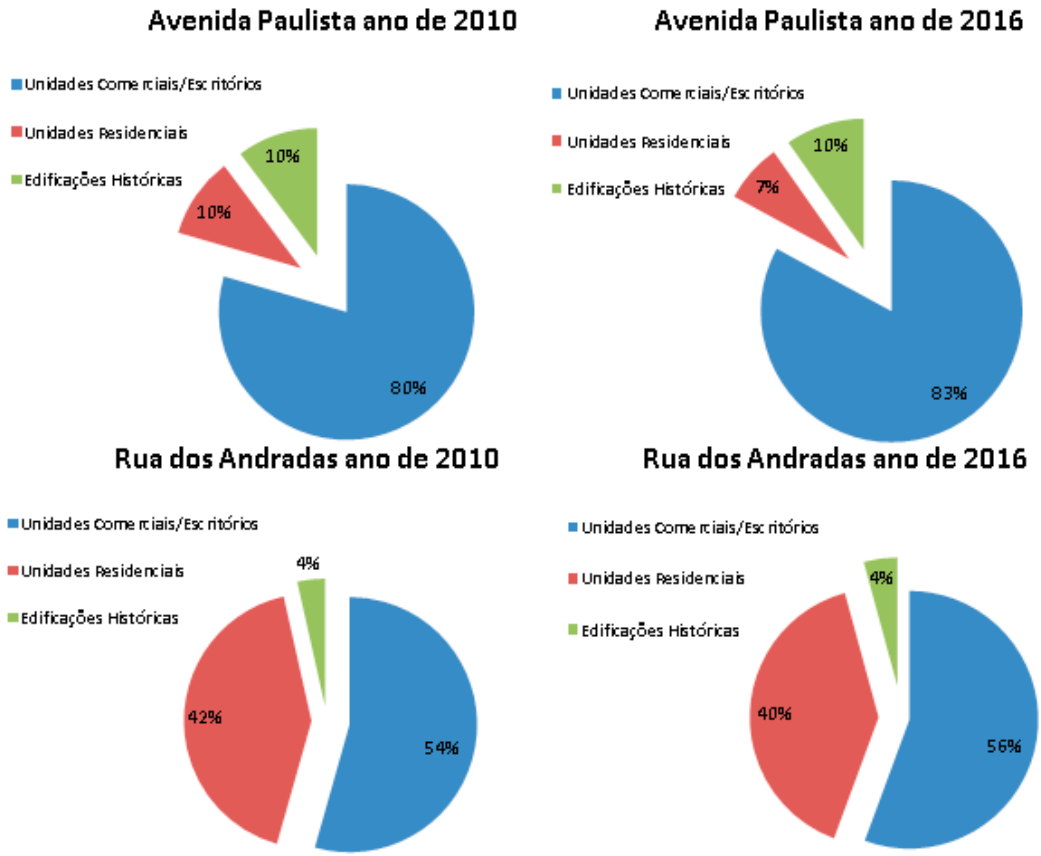
Com o objetivo de contabilizar e comparar o avanço das atividades comerciais nas duas regiões estudadas foi aplicado o método comparativo Schneider, Schimitt (1998) e Collier (1994), que possibilita entender e realizar de maneira sistêmica as comparações da dinamização do ambiente, entre o fator do presente e passado, em fases experimentais, estatísticas e estudo de caso.

2.1 Resultados e discusões

Nos resultados obtidos pela pesquisa, podem ser percebidos que a maioria de unidades comerciais e administrativas nos dois estudos de caso, são seguidas de residências com poucos moradores que continuam inseridos no contexto do centro urbano. Mas, o crescimento constante do comércio (Figura 1), minimiza o uso residencial.

O primeiro comparativo efetuado na Avenida Paulista em São Paulo, no ano de 2016, os resultados foram os seguintes: 10% das unidades de uso residencial; 80% de uso comercial/escritórios; e 10% das edificações da extensão estudada são históricas. Em 2010, tínhamos: 7% eram de uso residencial; 83% de uso comercial/escritórios; e 10% das edificações históricas. Tornando-se a Avenida Paulista de configuração comercial.

Figura 1: Percentual de mudança de usos nos centros estudados



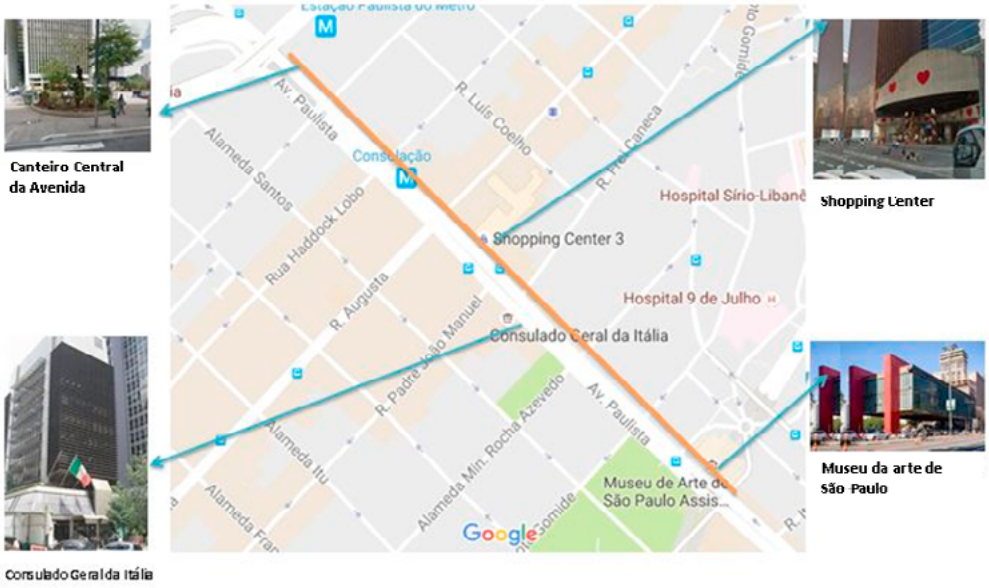
Fonte: Autor (2016).

Quanto, a análise comparativa, realizada na Rua dos Andradas em Porto Alegre, em 2016, os resultados mostraram que: 40% das unidades contabilizadas eram de uso residencial; 56% de uso comercial/ escritórios; e 4% das edificações do trecho estudado são históricas. Já, no ano de 2010, 42% eram de uso residencial; 54% de uso comercial/escritórios; e 4% das edificações históricas. Mostrando a evolução no uso comercial.

As unidades residenciais vêm cedendo espaço para as unidades comerciais e administrativas que vem sendo a maioria. Essas mudanças para usos comerciais desde do ano de 2010, teve crescimento médio de 2,5%.

Na Avenida Paulista, o estudo ocorreu na extensão de 2 (dois) quilômetros, distância muito conhecida por todos, pois são vários marcos e pontos referenciais da cidade de São Paulo, como os canteiros centrais e o MASP (Museu de Arte de São Paulo), podendo-se visualizar melhor na Figura 2.

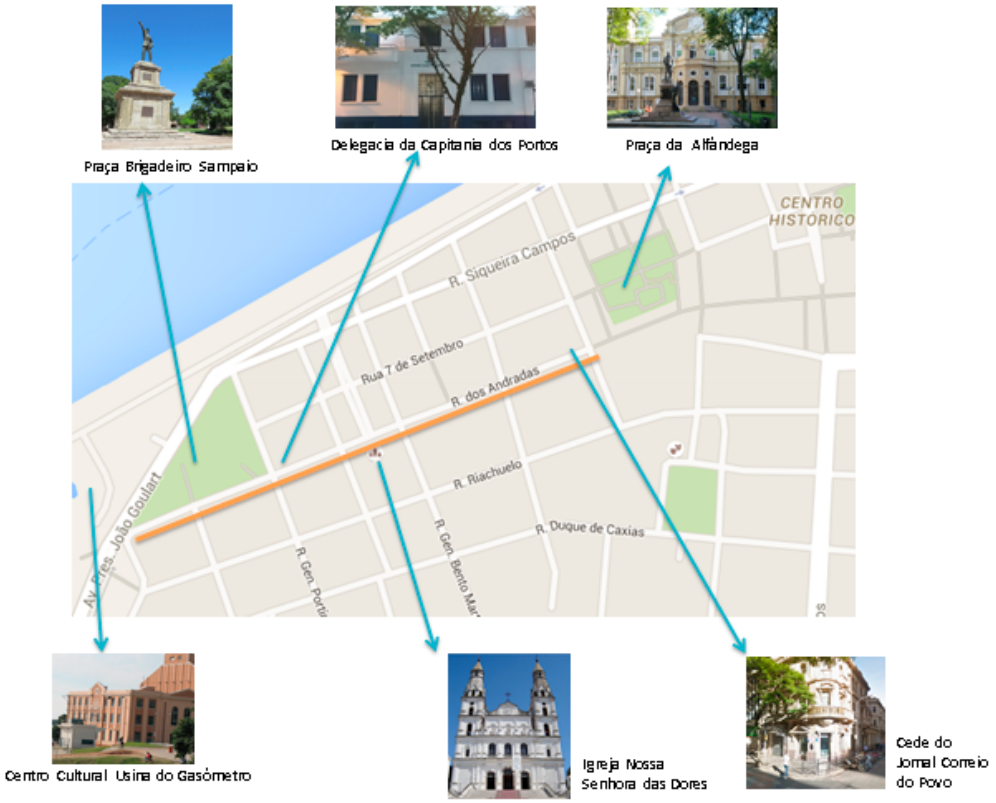
Figura 2: Demarcação do trecho analisado na Avenida Paulista



Fonte: Autor (2016).

Na Rua dos Andradas, em Porto Alegre também foram analisadas as edificações no trecho de 2 (dois) quilômetros, entre elas muitas históricas, como: o Centro Cultural do Gasômetro, a Cede do Jornal Correio do Povo e a Praça da Alfandega, locais afamados e considerados pontos informativos, conforme Figura 3.

Figura 3: Demarcação do trecho analisado na Rua dos Andradas



Fonte: Autor (2016).

É possível diferenciar no Skyline, a Figura 4 em que se percebe uma metrópole com edifícios contemporâneos mais altos e com dimensões maiores que já foram alterados e reformados para a nova atividade. Na Figura 5, os edifícios históricos e edifícios menores, os usos foram alterados, não necessitando de demolição ou reconstrução que foi o caso de Porto Alegre. Mas integrados com o espaço urbano.

Segundo Soja (1996), quando um corpo se insere no espaço, interage nele e/ou com ele, nasce sempre outro lugar. E analisando este pensamento, não foi diferente nos centros pesquisados, pois, com a inserção de comércios, as áreas foram sendo modificadas, e lugares com novas identidades foram sendo criados, como é o caso de São Paulo, no qual os edifícios possuem estética Comercial/Executiva.

Figura 4. Skyline comparativo dos edifícios da Avenida Paulista/SP

Fonte: Autor (2016).

Figura 5: Skyline comparativo dos edifícios da Rua dos Andradas/RS

Fonte: Autor (2016).

Também foi verificado que a rede comercial esconde, muitas vezes, a residencial através da fachada edificada. Assim, o ambiente de verticalização é também residencial, mas sem ser notado.

4 Considerações finais

As áreas estudadas sofreram significativas alterações ao longo do período analisado, assim percebe-se a evolução do espaço comercial, logo, gerando receita e movimento, mobilizando as famílias que ali residiam para locais mais afastados, assim, possuem gastos com transporte, combustível, alimentação.

Entender a mudança que ocorreu em cerca de 6 anos e, gradativamente, ocorrerá com mais intensidade comercial.

Referências

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *História da Avenida Paulista*. São Paulo: Associação Paulista Viva, 2012. Disponível em: <http://www.associacaopaulistaviva.org.br/site/historia.php>. Acesso em: 11 abr. 2017.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1983.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. *Cidades brasileiras*: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. São Paulo: Nobel, 1992.

COLLIER, D. El método comparativo: dos décadas de cambio. In: SARTORI, G.; MORLINO, L. *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Allianza, 1994. p. 51-80.

GLUSZEVICZ, Ana Cristina et al. Composição e Organização Espacial do Comércio e Serviços no Bairro Simões Lopes, Pelotas - RS. In: Sidney Gonçalves Vieira (Org.). C*aderno de estudos urbanos e* regionais: comércio e consumo urbano. Pelotas: UFPel, 2009, p. 73-77. (Volume 1).

GRUB, Julian; NECKEL, Alcindo. Cidade New Babylon: arquitetura infraestrutural e o espaço como manifesto. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 16., 2015, Belo Horizonte. *Anais*... Belo Horizonte: Enanpur, 2015. p. 1-15.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Viva o Centro*: Rua dos Andradas. PMPA, 2016. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/default.php?reg=59&p_secao=17>. Acesso em: 11 abr. 2017.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1993.

_____. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOJA, Edward. *Thirdspace*: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places. Cambridge: Blackwell, 1996.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

ESTÁGIO EM UMA COMUNIDADE TERAPÊUTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Stage in a therapeutic community: experience report

Michele Minozzo Sathes
Psicóloga. Mestranda em Psicologia Clínica (IMED).
E-mail: <psicologamichele2016@gmail.com>.

Susana Konig Luz
Psicóloga. Mestre em Psicologia Clínica (UNISINOS).
Doutoranda em Psicologia (USF).
E-mail: <susana.luz@imed.edu.br>.

Resumo

As comunidades terapêuticas (CT) existem a mais de três décadas e trabalham para oportunizar a reabilitação física e psicológica de dependentes químicos, proporcionando a eles reinserção social juntamente com o resgate da sua cidadania O presente relato de experiência tem como objetivo compartilhar as práticas de uma estagiária de Psicologia em realizar psicoterapia no contexto de uma CT a partir de suas vivências, frustrações e êxitos no decorrer do trabalho. Foram utilizados na construção deste estudo seus relatórios finais referentes a um ano de estágio básico e outro ano de estágio clínico em uma CT no norte gaúcho, como também seus diários de campo. Os estágios aconteciam num intervalo de um turno semanal, num período aproximado de dois anos. Nos resultados e discussões foram apresentados como a psicoterapia foi desenvolvida e estruturada, como também os desafios que tiveram que ser superados e/ou solucionados no decorrer do estágio como a proposição de uma nova modalidade de estágio e como lidar com as desistências dos residentes ao tratamento. Concluindo com o relato de experiência que o estágio em uma CT oportunizou a estagiária no período que lá esteve a atender e acompanhar 27 residentes, sendo os últimos 12 residentes atendidos com psicoterapia.
Palavras-chave: Estágio de Psicologia. Comunidade terapêutica. Relato de experiência

Abstract

The therapeutic communities (CT) have been in existence for more than three decades and work to provide physical and psychological rehabilitation of chemical

dependents, providing them with social reinsertion along with the rescue of their citizenship. The present experience report aims to share the practices of a Trainee psychologist in performing psychotherapy in the context of a TC based on her experiences, frustrations and successes in the course of her work. We used in the construction of this study his final reports referring to one year of basic training and another year of clinical training in a CT in the north of Rio Grande do Sul, as well as his field journals. Internships took place within a one-week-a-week interval of approximately two years. In the results and discussions were presented how the psychotherapy was developed and structured, as well as the challenges that had to be overcome and / or solved in the course of the stage, such as the proposal of a new stage modality and how to deal with residents'. Concluding with the experience report that the internship in a TC provided the trainee in the period that was there to attend and to accompany 27 residents, the last 12 residents being attended with psychotherapy.
Keywords: Stage of Psychology. Therapeutic community. Experience report.

1 Considerações iniciais

A dependência química é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma doença que envolve fatores de ordem biopsicossocial referente ao indivíduo, aos sistemas e aos subsistemas onde ele está inserido e às particularidades específicas da substância consumida. Consiste no impulso de levar o indivíduo a usar drogas de forma cíclica ou sucessiva para obtenção de prazer como também alívio de ansiedades, medos, tensões, sensações físicas desagradáveis entre outros (OMS, 2007).

A ação do dependente químico é identificada pela falta de controle sobre o consumo de drogas, a impulsividade e a repetição. Infelizmente o prognóstico da dependência química evidencia impacto devastador no funcionamento individual, familiar e sócio-profissional do usuário trazendo uma série de prejuízo ao mesmo. O dependente ao utilizar a droga o faz pelo efeito que este entorpecente o proporcionará como também para suprir as sensações causadas pela falta do mesmo (Almeida, 2016).

Mediante o panorama mundial da dependência química, os governos estão investindo em serviços, programas e estratégias para prevenir o consumo como também atender os usuários de substâncias psicoativas e o Brasil não seria diferente. Desde 1988, nosso país conta com a política pública brasileira sobre drogas que atua na capacitação de profissionais para o trabalho tanto profilático quanto na intervenção dos dependentes químicos. Conta com o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas que pesquisa e monitora este fenômeno no país, como também apresenta lista dos principais serviços públicos e privados que se dedicam ao tratamento e a outras modalidades de assistência a pessoas com problemas decorrentes do consumo de drogas (Brasil, 2017).

As comunidades terapêuticas (CTs), existem a mais de 30 anos, mas apenas em 2006 passaram a ser consideradas dentro do campo da saúde como espaço de tratamento regulamentadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. As CTs são locais que tem por objetivo oferecer um ambiente protegido pautado em procedimentos éticos que propiciem ao dependente químico um tratamento adequado, oferecendo uma rede de ajuda no processo de recuperação. O foco do trabalho das CTs é oportunizar a reabilitação física e psicológica, proporcionando a reinserção social juntamente com o resgate da cidadania (RDC Nº101 de 2001, 2001).

As CTs na Política sobre Drogas no Brasil têm um caráter de tratamento e a internação prolongada tem se tornado uma política pública (Melo; Corradi-Webster, 2016). Ou seja, atua quando o trabalho preventivo não é realizado, quando ele não chega ao indivíduo e/ou quando não é eficaz. O trabalho das CTs é de auxiliar na recuperação da dependência à droga trabalhando a prevenção após o tratamento e a reinserção a vida na sociedade (Brasil, 2017).

Mediante o exposto sobre comunidades terapêuticas, o relato de experiência de uma estagiária acadêmica de Psicologia em uma CT tem como objetivo compartilhar suas práticas em realizar psicoterapia neste contexto a partir de suas vivências, frustrações e êxitos no decorrer do trabalho. Descrevendo seu desenvolvimento de competências básicas, úteis e necessárias para a prática do trabalho do psicólogo no local no período dos estágios, apresentando nos resultados o conhecimento construído e adquirido sobre intervir neste contexto.

2 Método

Trata-se de um relato de experiência desenvolvido por uma estagiária de Psicologia de uma faculdade localizada em uma cidade no norte do estado do Rio Grande do Sul em uma comunidade terapêutica na mesma cidade. A CT recebe apenas homens maiores de 18 anos e tem capacidade para 50 internações. O tratamento tem duração total de doze meses para os residentes internados pelo convênio com o governo federal através da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) e nove meses para os residentes internados pelo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) do município Passo Fundo/RS, convênios com outras prefeituras da região e/ou particulares. A atividade a ser relatada foi extraída do relatório final de estágio profissionalizante em Psicologia Clínica e Saúde II da estagiária.

A CT localiza-se no interior de uma cidade do norte gaúcho e tem duas fases. A primeira é destinada aos residentes iniciantes no tratamento, permanecendo nela durante três meses. É composta por uma casa de 100 metros, com dormitório para 10 pessoas. Após este período o residente é transferido para a segunda fase onde se localiza o coração da CT. Pois lá se encontram os quatro prédios principais sendo o primeiro com 170 metros, com sala de recepção, duas salas para atendimento psicológico, uma sala que é usada como escritório administrativo e enfermaria, um refeitório, uma cozinha e dois lavabos (feminino e masculino). O segundo prédio, com 200 metros, tem dormitórios (com cinco quartos) e vestiário. O terceiro prédio, com 340 metros, tem dois andares, sendo que o primeiro possui dormitórios e banheiros e, o segundo andar, uma capela/auditório.

A equipe da CT é formada por um administrador, três monitores, três auxiliares de monitores (residentes mais antigos), uma psicóloga, uma técnica de nutrição, uma técnica de enfermagem e seis estagiários (as) de Psicologia, sendo três do estágio básico e três do estágio clínico. Quanto aos residentes, eles necessitam preencher os seguintes critérios: terem transtornos decorrentes de uso ou abuso de substâncias psicoativas, estabelecidos pela Resolução nº 101/01 e não possuírem avaliação física e psíquica graves.

Os estágios desenvolveram-se no período de um turno semanal com os residentes da comunidade terapêutica repassados para a estagiária para atendimento pelo supervisor local – psicólogo. Ambos os estágios, juntos tiveram a duração aproxi-

madamente de dois anos com início em 24 de fevereiro de 2014 e término em 30 de outubro de 2015. Pela grande demanda que havia na CT, alguns residentes eram atendidos semanalmente e outros quinzenalmente. O critério utilizado para triar os residentes em atendimento semanal ou quinzenal eram suas demandas e sua pertinência ao atendimento psicológico, que era avaliado pela estagiária após a entrevista inicial. Na supervisão acadêmica, que ocorria no dia seguinte do estágio, era apresentada sua avaliação sobre a triagem a supervisora, que juntamente com os demais colegas que estavam em supervisão discutiam, deliberavam e decidiam em conjunto qual o melhor encaminhamento.

A comunidade terapêutica disponibilizava uma sala para atendimento, bem como o material que era necessário para realizá-lo. Inicialmente, no primeiro atendimento era preenchido pela estagiária o Plano Terapêutico Individual (PTI), juntamente com o residente a partir da uma entrevista inicial. O PTI era dividido em seis grupos, sendo o primeiro os dados pessoais. Estes eram preenchidos pelo setor administrativo quando o residente se internava no CT. No momento da primeira entrevista, era repassado para a estagiária o PTI para o preenchimento dos quatro grupos seguintes do plano.

O segundo grupo contemplava a triagem histórico familiar (estado civil, se tinha filhos, a idade deles, com quem s filhos moravam e algumas informações sobre o pais). Em seguida se realizava perguntas a respeito da saúde do residente. Posteriormente, questionava se havia um histórico pessoal de internações anteriores. A resposta sendo afirmativa investigava-se onde ele havia sido internado, o tempo de permanência e o motivo da saída. Neste grupo averiguava-se quais os tipos de drogas que o residente já havia consumido ao longo da vida, com que idade usou pela primeira vez, com que idade usou pela última vez, a frequência (diária, semanal, mensal ou finais de semana), quando usava (manhã, tarde e/ou noite), e a via de uso (oral, inalada, fumada e/ou injetada). Era inquirido qual o período de desintoxicação atual do residente, o maior período de abstinência, como sustentava o vício e se tinha dívidas com drogas.

O quinto grupo buscava obter informações sobre questões judiciais, se o residente respondia algum processo ou se já havia sido detido. O último grupo não era respondido pela estagiária, pois era o campo destinado para o encerramento do tratamento que seria preenchido pelo setor administrativo na desistência ou término do tratamento do residente. No segundo atendimento, era construído o genograma do residente. A partir do terceiro atendimento a estagiária começava a construir um diagnóstico sistêmico do residente.

O PTI era arquivado no fichário da administração. Por este motivo a estagiária era zelosa nas informações que lá comunicava para preservar o residente e mantendo o sigilo e a ética profissional. Era preenchido um formulário de evolução que era de uso exclusivo da Psicologia. Neste formulário, eram anotadas todas as informações importantes apresentadas pelo residente. Cada residente tinha a sua pasta, com suas evoluções que eram guardados em um arquivo de uso exclusivo do setor da Psicologia. A estagiária tinha o cuidado de anotar em seu diário de campo as informações escritas no formulário de evolução antes de arquivá-lo. Apenas o supervisor local/psicólogo que era o responsável técnico da CT e os estagiários tinham chaves de acesso. Este arquivo ficava na sala de atendimento psicológico.

3 Resultados e discussão

Os dois primeiros atendimentos podem ser considerados como modelos paradigmáticos. É necessário ser levando em consideração que apesar de haver um padrão de atendimento no início do tratamento dos residentes, cada um devido a sua subjetividade acabava levando a estagiária a trilhar um caminho único na elaboração de um diagnóstico sistêmico (Serebrinsky; Rodríguez, 2014). Isso se refletia na seleção do tratamento mais adequado para cada indivíduo (Beutler et al., 2016).

Os quase dois anos de estágio na CT foram um desafio para a estagiária. Cada residente atendimento exigia dela a formação de um plano terapêutico individual que fosse capaz de conecta-lo terapeuticamente a proposta de intervenção, estabelecendo um vínculo cliente-terapeuta tornando-a apta a adquirir a confiança do residente e estabelecer um bom contrato. Compreendeu-se que a qualidade do tempo, do diálogo e a compreensão do fenômeno cultural vivenciado contribuíram para o vínculo (Molina et al., 2013).

A experiência adquirida com o estágio foi singular. Esta vivência objetivou o desenvolvimento de um conjunto de competências básicas que envolveram as práticas articuladoras entre o saber teórico adquirido na academia, com o fazer do profissional da Psicologia (Pitombeira et al., 2016). Os estágios proporcionaram num primeiro momento a inserção e observação de uma comunidade terapêutica. Posteriormente, instrumentalizou a estagiária para os atendimentos psicológicos – psicoterapia.

No estágio básico, a proposta foi colocar a acadêmica em seu primeiro contato com o campo de trabalho de um psicólogo, no lugar de aprendiz/observador. Conforme os meses foram passando, ela começou a compreender e dominar melhor o processo, tornando-se cada vez mais hábil no desempenho de seu trabalho. No final do estágio clínico a estagiária reconheceu sua proficiência sobre trabalhar em comunidade terapêutica, devido ao conhecimento que lá adquiriu aliado as práticas e intervenções - psicoterapia. Confirmando assim, que os estágios cumpriram suas finalidades (Tardivo; Salles; Filho, 2013).

Algumas situações vivenciadas por ela na CT necessitam ser abordadas. Estão relacionadas a obstáculos, conquistas e oportunidades que ela se deparou durante o estágio e que todo estagiário está sujeito a experimentar (Pitombeira et al., 2016). A demanda de atendimentos psicológicos de uma comunidade terapêutica é muito grande. Quando o estágio começou, a proposta apresentada inicialmente era a observação para que no decorrer do ano fossem elaboradas propostas de intervenção e realização pequenas intervenções que não mobilizassem no outro algo que a estagiária ainda não estivesse operacionalizada para lidar. Quando a acadêmica de Psicologia chegou ao local do estágio se deparou com outra realidade. A comunidade terapêutica não tinha espaço para a observação e sim para o exercício prático da Psicologia.

Neste momento surgiu um grande impasse entre apenas ouvir e observar o residente que estava em sofrimento psíquico ou realizar a escuta terapêutica e entrar com intervenções. Essa situação por muitas vezes foi pauta das reuniões de supervisão acadêmica de estágio básico. A estagiária tinha ciência da proposta do estágio, mas conhecia a necessidade real da CT da vivência no local.

O grupo de estagiários da CT sugeriu que fosse alterado a modalidade do estágio, passando de básico para clínico. Devido à sugestão, houve uma reunião entre

a coordenação de estágios da faculdade, o supervisor acadêmico e os estagiários do local para que eles pudessem falar de suas vivências na CT, explicando e justificando sua sugestão de alteração.

Poucos dias após a reunião, os estagiários foram convidados a um novo encontro. Foram informados que a instituição manteria a estágio básico, mas que estaria fazendo novo convênio com a CT para o estágio clínico. A estagiária decidiu permanecer, pois compreendia que se tratava de um grande desafio. Porque até então todos os estágios clínicos aconteciam na clínica de Psicologia da instituição. Este seria o primeiro estágio clínico fora da instituição e provavelmente balizador para outros no futuro, por isso a sua importância.

Com a formalização do estágio clínico, a estagiária teve condições de trabalhar focada na prática da Psicologia. Visando a elaboração de um diagnóstico sistêmico através da avaliação e intervenção contemplando a escolha da melhor estratégia de trabalho para cada residente. O estágio também permitiu que ela experimentasse e aprendesse a lidar com sua frustração e tolerância, em virtude ao número elevado de desistências do tratamento e o alto índice de recaídas dos residentes quando saiam para visitas. Exista a compreensão por parte dela que haviam variáveis externas ao residente que combinadas com a subjetividade o levava a recair ou a desistir. Diante destas situações, a estagiária necessitou aprender a conviver com esta realidade.

No estágio básico que aconteceu no ano de 2014 a estagiária atendeu quinze residentes. No estágio clínico profissionalizante que ocorreu no ano seguinte, ela realizou psicoterapia com doze residentes. Eram realizados quatro atendimentos semanais e o acompanhamento em média de cinco residentes. Era repassado um novo residente para a estagiária quando algum que estava em atendimento com ela desistia ou concluía o tratamento. A maioria dos residentes abandonavam a CT antes do tempo previsto para o término da internação. Em todo o período de estágio, apenas dois residentes atendidos pela estagiária concluíram o tratamento.

As desistências aconteciam pelos motivos mais variados, desde não se acostumarem ou aceitarem as normas do regulamento interno até a falsa certeza de que já estavam prontos para voltar ao convívio social e controlar sua dependência química e sua impulsividade. Quando havia algum membro da equipe da Psicologia, era realizado um atendimento para conscientização do residente a respeito da importância do tratamento ser completado como uma forma de fazê-lo refletir e repensar sua decisão. Mas este atendimento pouco resultado apresentava, pois ele já estava com seu juízo formado tornando este encontro uma entrevista de desligamento. Essa conversa também era realizada pela equipe da administração quando não havia ninguém da Psicologia na CT. Pouco pode ser realizado em relação às desistências, uma vez que a internação é voluntária e é vedado qualquer forma de contenção física, isolamento ou restrição à liberdade prevista na legislação (Brasil, 2017).

Dois residentes atendidos pela estagiária que abandonaram o tratamento em 2014 retornaram no ano de 2015 para uma nova internação, onde foram encaminhados novamente para atendimento com ela. A política da CT em relação a receber antigos residentes é favorável e flexível, desde que ele não tenha sido expulso por má conduta e descumprimento do regimento interno. Compreende-se as peculiaridades da dependência química e por este motivo é relativamente esperado que eles retornem em decorrência dos eventos precipitadores que favorecem as recaídas (Halpern; Leite, 2016).

4 Considerações finais

Os estágios básico e clínico realizados em uma comunidade terapêutica proporcionaram a estagiária de Psicologia alcançar seu objetivo de realizar psicoterapia neste contexto, favorecendo a desenvolvimento de competências básicas embasadas no conhecimento adquirido na graduação. Permitiu a fusão entre a teoria e a prática, possibilitando o seu primeiro contato com a profissão de psicólogo, praticando a psicoterapia.

A comunidade terapêutica validou que a estagiária realizasse um bom trabalho no local, possibilitando assim o desenvolvimento da sua habilidade de intervir neste campo psicológico. Oportunizou a construção da integralização do processo psicoterápico, permitindo o desenvolvimento sua capacidade de reflexão crítica que resultou na busca de mais conhecimento, consequentemente novos saberes e o aperfeiçoamento da prática de psicoterapia.

Referências

ALMEIDA, F. D. J. F. Perfil antropométrico de dependentes químicos em tratamento na Casa de Acolhida - Chácara São Miguel Arcanjo. *Revista Ceuma Perspectivas*, v. 28, n. 2, p. 18-25. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.24863%2Frccp.v28i2.143>.

ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). *Resolução Nº. 101*, de 30 maio 2001. 2001. Disponível em: < http://www.cruzazul.org.br/artigo/34/resolucao-101-da-anvisa-para-comunidades-terapeuticas>.

BEUTLER, L. E. et al. Selecting the most appropriate treatment for each patient. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, v. 16, n. 1, p. 99-108, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijchp.2015.08.001>.

BRASIL, Observatório Crack. *Comunidades terapêuticas.* Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/comunidades-terapeuticas.html>.

HALPERN, E. E.; LEITE, L. C. The dual commitment of an outpatient clinic specialized in chemical dependency of the Brazilian Navy: to the patients and to the institution. *Ciencia & Saude Coletiva*, v. 21, n. 1, p. 7-16, 2016. Doi: <10.1590/1413-81232015211.15022014>.

MELO, M.C.; CORRADI-WEBSTER, C. M. Análise do funcionamento de comunidades terapêutica para usuários de drogas. *Athenea Digital* (Revista de pensamiento e investigación social), v. 16, n. 3, p. 379-399, 2016. Doi: <10.5565/rev/athenea.2012>.

MOLINA, M. E. et al. Vínculo terapêutico: aproximación desde el diálogo y la co-construcción de significados. *Revista argentina de clínica psicológica*, v. 22, n. 1, p. 15-26, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2819/281930494003.pdf>.

OMS (Organização Mundial da Saúde). *CID-10*: Classificação estatística internacional de doenças. v.1. São Paulo: Edusp, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=PQhs3Rx4b-8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>.

PITOMBEIRA, D. F. et al. Psychology and health training: curriculum formation and transformation experiences in debate. *Psicologia*: ciência e profissão, v. 36, n. 2, p. 280-291, 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001722014>.

SEREBRINSKY, A.; RODRÍGUEZ, S. E. Diagnóstico sistémico: el diagnóstico de los sistemas humanos. Buenos Aires: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2014.

TARDIVO, L. C.; SALLES, R. J.; FILHO, L. G. Uma proposta de formação do psicólogo em saúde mental: ensino, pesquisa e intervenção. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 39, p. 79-186, 2013. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/06.LeilaTardivo_etal.pdf>.

TEORIAS EXPLICATIVAS ACERCA DA PRESSÃO SOCIAL E CONFORMIDADE NO CONSUMO DE ÁLCOOL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Explanatory theories on social pressure and conformity in alcohol consumption: a systematic review

Louise Dall'Agnol Stavinski
Aluna da Graduação em Psicologia da Faculdade IMED.
E-mail: <louiseds05@hotmail.com>.

Giovanna Nonemacher
Aluna da Graduação em Psicologia da Faculdade IMED.
E-mail: <giovannanonemacher@gmail.com>.

William Weber Cecconello
Mestre em Psicologia, no grupo de Processos Cognitivos – PUCRS, e doutorando pelo mesmo grupo. Graduado em Psicologia pela Escola de Psicologia da Faculdade IMED.
E-mail: <william.cecconello@gmail.com>.

Elenise Abreu Coelho
Acadêmica da Escola de Psicologia, Bolsista de Iniciação Científica do Programa de Iniciação Científica da Faculdade IMED.
E-mail: <elenise.ac@gmail.com>.

Carlos Costa
Carlos Costa, Ph.D. in Plant Science (McGill University, Canada) e MBA em Gestão Empresarial (FGV). Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da IMED Business School-IMED.
E-mail: <carlos.costa1@gmail.com>.

Resumo

O consumo do álcool é um fator que gera preocupações para a sociedade, tendo em vista as consequências negativas que provoca não apenas ao alcoolista, como para aqueles que estão em seu entorno. Assim, este trabalho teve como objetivo traçar

um panorama sobre as teorias que explicam a influência social na ingestão de bebidas alcoólicas em estudantes universitários. Para tanto, realizou-se uma revisão sistemática, utilizando-se artigos científicos fundamentados em métodos quantitativos para abordar a influência social como causa ou consequência do consumo de álcool em estudantes universitários. Dados os critérios de inclusão e exclusão, 52 artigos foram identificados como relevantes, e os resultados divididos em duas categorias: fatores sociais e fatores individuais. Os fatores sociais abordaram as percepções acerca dos comportamentos grupais e como estes influenciam no hábito de beber. Fatores individuais abordaram elementos ligados ao desenvolvimento, pois a história pregressa do indivíduo, identidade e gênero podem fazer com que o mesmo sofra maior influência social em consumir álcool. Pode-se observar que há várias teorias explicativas, em sua maioria complementares, de modo que é relevante a integração destas para uma análise mais profunda sobre quais são os fatores que tem maior influência no consumo do álcool.
Palavras-chave: Consumo de Álcool. Estudantes. Conformidade Social. Psicologia.

Abstract

Considering its negative consequences not only to the alcoholic, but also to their entourage, the consumption of alcohol is a behaviour which generates great societal concern. Accordingly, the present study sought to develop an overview of theories explaining the social influence of drinking alcoholic beverages among university students. To address the issue of social influence as a cause or consequence of alcohol consumption among university students, a systematic review was made of topical scientific articles employing a quantitative approach. Inclusion/exclusion criteria left 52 articles identified as relevant, with reports divided into two categories by factor: social or individual. Social factors addressed the perception of group behaviors and how these influence the drinking habit. Individual factors addressed elements related to development, since the individual's previous history, identity and gender contribute to the individual being more or less subject to social influences tied to alcohol consumption. Several largely complementary explanatory theories exist; accordingly, their integration is key to developing a deeper analysis of those factors having the greatest influence on alcohol consumption among university students.
Keywords: Alcohol Consumption. Students. Social Conformity. Psychology.

1 Considerações inciais

O uso do álcool é um fator que gera preocupações para a sociedade há muitos anos e, em especial, no que tange a adultos jovens (Dallo; Martins, 2011). Em estudantes universitários, o álcool está ligado a relações sexuais precoces, acidentes de trânsito, baixo desempenho acadêmico e violência (Wechsler et al., 2000). Assim, diversas pesquisas foram feitas nessa área com o intuito de esclarecer quais eram as causas do consumo dessa droga.

As pessoas são influenciadas socialmente a consumir álcool e isso ocorre de diversas formas. O aumento do consumo de álcool pode se dar através da influência dos pares, isto é, através de incentivos por parte de outras pessoas, de forma direta ou indireta, para beber mais (Goodman; Peterson-Badali; Henderson, 2011). Outra forma

é através do efeito de conformidade do comportamento, em que o sujeito reproduz as atitudes dos demais sem ter experienciado algum incentivo externo, somente exercendo comportamentos por que os outros o fazem também (Oostveen, Knibbe,; De Vries, 1996). Assim, este trabalho teve como objetivo sintetizar as teorias que explicam a influência social na ingestão de bebidas alcoólicas em estudantes universitários.

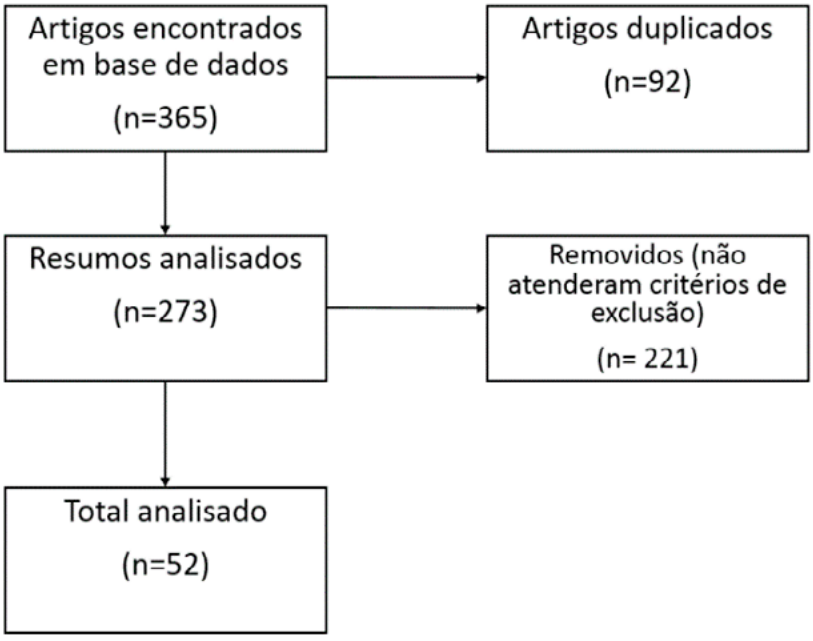
2 Método

Trata-se de uma revisão sistemática de estudos sobre a influência social no consumo de álcool, publicados em periódicos de língua inglesa, no intervalo de 1980-2016.

3 Procedimento

Para identificar os estudos sobre a influência social no consumo de álcool, dois juízes independentes conduziram uma revisão sistemática nas bases Scopus, MEDLINE/PubMed, ScienceDirect, Elselvier, Springer, Sage, Wiley, e Oxford Journals. Tais bases foram escolhidas por integrarem a quase totalidade da produção científica em língua inglesa na área de ciências sociais e da saúde. A busca nas bases foi realizada em todos os campos utilizando-se as palavras "*alcohol drinking* AND *peer influence*" e "*alcohol drinking* AND *social conformity*". A seleção inicial resultou em 365 artigos (Figura 1), cujos resumos foram analisados por dois juízes independentes, de acordo com os seguintes critérios de inclusão: a) ser uma pesquisa quantitativa, b) ser sobre estudantes universitários c) ser sobre consumo de álcool, d) a influência social é abordada como causa ou consequência do consumo. Dados estes critérios de inclusão e exclusão, 52 artigos foram identificados como relevantes.

Figura 1: Estratégia de busca



4 Análise dos dados

A avaliação dos artigos foi realizada por dois juízes independentes, os quais buscaram, durante a comparação dos resultados, o consenso, nos casos de divergência. Os artigos foram categorizados de acordo com as explicações teóricas para a influência social no consumo de álcool.

5 Resultados

5.1 Fatores sociais

Essa categoria envolve as percepções acerca dos comportamentos grupais e como estes influenciam no hábito de beber. Esta foi a categoria mais numerosa, incluindo, no total, 30 artigos, que utilizaram ao menos uma destas explicações teóricas.

Conquanto a representação de um objeto seja definida socialmente, como é o fato de beber vinho e sua atribuição aos intelectuais (Monaco; Guimelli, 2011). Para a teoria da representação hegemônica, a influência social é o resultado da soma de representação do objeto com o uso desse produto no momento. As representações hegemônicas prevalecem em todas as práticas simbólicas e afetivas, sendo uniformes. Isso reflete a hegemonia e estabilidade que os sociólogos franceses tinham em mente quando eles denominavam essas representações de "coletivas".

Assim, quando o indivíduo ingressa em uma universidade, traz consigo sua história pregressa e suas normas internas, incluindo o que ele aprendeu sobre o padrão de beber. Nesse cenário, os pais são a maior influência para os filhos no que diz respeito ao comportamento de beber, apesar de haver outros inúmeros fatores que contribuem para essa atitude (Jackson; Henriksen; Dickinson, 1999). Portanto, segundo os teóricos são os pais a maior influência em relação ao consumo de álcool para seus filhos, apesar de não serem os únicos.

Já a teoria da socialização grupal consiste na explicação de que as experiências com grupos de amigos influenciam mais do que o ambiente familiar (Harris, 1995). Assim, conviver com pessoas que bebem mais, levam o indivíduo a copiar esse padrão de comportamento, sendo observada uma diferença entre gêneros, em que os homens aceitam e permitem mais o uso do álcool do que mulheres (Adams; Nagoshi, 1999).

Outra influência social seria o efeito de similaridades entre pares que se refere à forma como os indivíduos escolhem seu grupo de amigos, tendendo a escolher aqueles cujos hábitos e ideias são semelhantes às suas. Nesse sentido, estudantes que consomem muito álcool procuram se relacionar com pessoas que agem da mesma maneira. De forma oposta, estudantes que não consomem álcool, tendem a se relacionar com outros estudantes que também não o fazem (Simons, 2003).

Como consequência, a forma como os indivíduos escolhem seu grupo de amigos, soma-se o fator da ignorância pluralística, a qual, de acordo com DeMartini et al. (2011), consiste no fenômeno onde os indivíduos estimam o comportamento de seus pares de acordo com os próprios hábitos. Neste sentido, um estudante que bebe em excesso tende a acreditar que os demais também o fazem, mesmo que esta estimativa não seja condizente com a realidade. Assim, o indivíduo analisa o compor-

tamento dos demais, mas ignora o que realmente acontece, e essa ignorância acerca das atitudes dos outros pode levar a um aumento no consumo de álcool.

Esse comportamento é explicado pela teoria da regulação de desvio, segundo a qual as decisões acerca do comportamento são percebidas como normativas ou contra-normativas (Blanton; Christie, 2003). Essa proposta indica que quando o indivíduo se comporta de tal maneira, achando que os outros agiriam da mesma forma, isso é percebido como normativo pelo indivíduo. Já o comportamento contra-normativo é o oposto, quando o indivíduo pensa que as pessoas parecidas com ele não agiriam da mesma forma. Assim, a percepção de aprovação dos outros perante o hábito de beber álcool pode gerar um aumento neste comportamento, visto que não o fazer é percebido como contra-normativo.

Com efeito, o comportamento de beber de estudantes universitários é consequência de vários fatores, que podem ser entendidos através da Teoria do Comportamento Planejado (TPB) (Borsari; Murphy; Barnett, 2007), a qual é corroborada por Gerrard et al. (2008), para os quais a TPB é um modelo de cognição social que deduz o comportamento como sendo planejado e intencional, advindo de processos de tomada de decisão, envolvendo a consideração de opções comportamentais e resultados antecipados, além de normas sociais. Neste sentido, a influência dos pares pode ser observada através de normas descritivas e normas injuntivas. As normas injuntivas se referem ao que é entendido como sendo permitido pelo grupo (acreditar que os pares encorajariam o consumo de álcool em um determinado contexto ou quantidade (Studer et al., 2014).

Já as normas descritivas se referem à observação da ocorrência de um comportamento em um grupo (frequência de pessoas bebendo, quantidade de álcool ingerido pelos demais). Entretanto, a influência normativa também pode se dar de forma indireta, em que o indivíduo percebe as características das normas grupais e age conforme esse entendimento (Berkowitz, 2004; Borsari; Carey, 2001).

Outra forma de explicar a influência social no hábito de beber é através da Teoria Social Cognitiva, proposta por Bandura (1977), a qual destaca que os fatores sociais, como influência social e reforço, desempenham um papel fundamental na aquisição, manutenção e mudança de comportamento. Assim, o consumo de álcool pode ser entendido através de fatores ambientais (dentre os quais se incluem a modelagem de hábitos de outros indivíduos), expectativas de resultados, autoeficácia, a definição de objetivos e autorregulação (Oh; Kim, 2014).

Ao analisar a relação entre conformidade e influência grupal, quanto mais o indivíduo se identifica com um grupo, maior as chances de se conformar. As teorias de influência social em pequenos grupos enfatizam a força das suasanormas, de acordo com sua especificidade (Schachter, 1951). Neste sentido, quanto maior a soma de características semelhantes a um determinado grupo, maiores as chances de se adotar um comportamento - o comportamento de indivíduos do mesmo sexo, por exemplo, tende a influenciar mais a exposição a comportamentos de indivíduos do sexo oposto (Deaux et al., 1998).

5.2 Fatores individuais

Essa categoria aborda fatores que não dependem das normas sociais ou de expectativas acerca do álcool. Nesse sentido, fatores desenvolvimentistas, como a história

pregressa do indivíduo, identidade e gênero, podem fazer com que o indivíduo seja mais impactado pela influência social em consumir álcool.

Por este viés, o gênero tem implicações biológicas no consumo do álcool, a partir da explicação de que as normas masculinas são crenças, valores e expectativas socialmente construídas do que significa ser um homem (DeMartini et al., 2013) e muitas vezes estas regras definem como os homens devem agir para demonstrar sua masculinidade. Entretanto, a biologia pode exercer papel relevante no consumo de álcool, visto que mulheres apresentam menores taxas de metabolismo gástrico e possuem menores volumes de água corporal do que os homens (Kuntsche; Labhart, 2013).

Em relação à identidade, o estágio da vida atual aplica-se principalmente aos adolescentes e adultos jovens, sendo que os fatores desenvolvimentistas têm relação com a maturação do cérebro, somados à mudança de estágio de vida que ocorre ao final da adolescência. Neste sentido, estudantes podem buscar afirmar seu papel na sociedade, ao passo que buscam desenvolver sua identidade - atitudes características da adolescência. Assim, beber álcool pode ser uma forma para que os estudantes universitários explorem sua identidade, o que pode favorecer o sentimento de pertencer a uma comunidade maior (Boyd; Corbin; Fromme, 2014).

Nesse sentido, ingressar em um curso superior influencia no processo de formação da própria identidade, que por sua vez pode estar ligada ao consumo de álcool, contexto em que Turner (1976) utiliza a teoria do "Locus do Self" para explicar que uma parcela populacional define seu *eu verdadeiro* baseado em emoções espontâneas e experiências impulsivas e não em papéis sociais. Assim, muitos indivíduos que relacionam seus comportamentos a papéis e percebem que não são compensados e/ou autênticos, podem vir a definir seu *verdadeiro eu* com reações mais espontâneas.

O autor sugere que os alunos que se definiram com experiências impulsivas tiveram níveis mais elevados de álcool, ideia corroborada por Stryker (1980), que propõe a teoria da identidade, na qual os autoconceitos dos indivíduos transmitem os *status* que ocupam e relacionamentos associados. Assim, as pessoas se definem de acordo com seu papel social particular (como, por exemplo, o quanto beber), baseados nas relações com os outros e em seus status de determinado papel (o quanto outros bebem).

Além da influência do papel social e de seu *status*, há uma tendência de que pessoas que utilizam substâncias psicoativas (SPA) com frequência, tendam a perceber as mesmas facilmente, através de um viés atencional. Assim, quando expostos a uma situação com outras pessoas bebendo, indivíduos que consomem muito álcool são mais afetados neurologicamente pela percepção e percebem mais facilmente o consumo. Isso porque o uso repetido de uma substância produz resposta dopaminérgica que se torna sensível toda vez que ela é utilizada (Robinson; Berridge, 2004). Esta reação faz com que a substância seja percebida de forma ressaltada e assim, pessoas com maior inclinação a beber, tendem a ter mais facilmente sua atenção voltada para outras pessoas ingerindo álcool, o que por sua vez pode ativar circuitos de recompensa no cérebro, levando à vontade de realizar este comportamento.

Além desse fator, algumas situações sociais podem ser ansiogênicas e o álcool é visto como um meio de diminuição de ansiedade social, o que justifica o seu uso. No meio acadêmico, há uma preocupação elevada em desenvolver conversas para formar relacionamentos. É neste momento que a ansiedade social se ressalta, pois, há uma grande demanda de atitudes sociais. O álcool muitas vezes é considerado

um facilitador social, e muitos eventos nos quais os relacionamentos se formam e evoluem, costumam envolver o consumo de álcool.

No entanto, beber mais em situações emocionais ou íntimas negativas, configura a relação da ansiedade social com mais problemas relacionados ao álcool (Lewis et al., 2008). Para os estudantes com ansiedade social, o álcool pode ser visto como um meio de reduzir a ansiedade (Carrigan; Randall, 2003), teoria corroborada por Stewart et al. (2006), os quais acreditam que as pessoas com ansiedade social bebem para controlar seu medo de serem avaliadas constantemente de forma negativa; deste modo, o consumo de álcool tende a ocorrer para administrar o afeto negativo e evitar a possível humilhação social. Os estudos de Ham, Bonin e Hope (2007) mostraram que a relação entre quantidade de bebida ingerida e ansiedade social pode ser observada entre indivíduos com moderada a alta ansiedade social, mas não entre aqueles com níveis normais de ansiedade social.

6 Discussão

Conforme refere este estudo, há uma diversidade de explicações e teorias acerca do consumo de álcool. As mais prevalentes estão ligadas a fatores sociais, que envolvem a influência dos pares. A maior parcela das teorias pode ser entendida como complementar, explicando a mesma influência por fatores diferentes, mas que não se opõem, como ocorre com a ignorância pluralística e a teoria das normas sociais, que explicam que o sujeito bebe de acordo com a percepção que tem dos outros, de quanto eles bebem e o quanto eles aceitam (Berkowitz, 2004; DeMartini et al., 2010).

O fato de haver várias teorias para explicar a mesma temática é reflexo da complexidade em se estudar fatores que podem levar à ocorrência de um comportamento. Isto também indica que o tema está sendo discutido e analisado sob diversos pontos de vista e, como consequência, pode acarretar compreensões distintas de um mesmo fenômeno, dificultando a identificação de problemas e o processo de intervenção.

Uma possibilidade de expandir os esclarecimentos sobre a influência social no consumo de álcool em estudantes universitários seria uniformizar todas as teorias semelhantes. Tal procedimento ocorreria a partir da soma das teorias que se complementam e exclusão das teorias que se contradizem.

Permanece relevante entender quais os reais reflexos dos diferentes fatores que podem explicar a influência social no consumo de álcool. Uma possibilidade é através da comparação de pressupostos de diferentes teorias e observação das variáveis que mais influenciam no consumo do álcool (por exemplo, normas sociais *versus* representação hegemônica). Esta comparação poderia proporcionar uma visão ampla sobre quais fatores têm maior influência no hábito de beber e assim, utilizar estes achados como foco para pesquisas futuras ou como um modo de criar projetos de conscientização sobre o álcool.

Persiste a necessidade de novos estudos para o aprofundamento do conhecimento sobre este tema. Os estudos sobre o consumo de álcool podem ser expandidos e inseridos em universidades para a conscientização sobre os fatores que levam os estudantes a consumirem altas doses de álcool, resultando, possivelmente, em uma diminuição desta atitude. Além do consumo de álcool entre universitários, futuramente também podem ser estudadas as razões para o consumo de drogas, muito presente em diversos ambientes estudantis.

7 Consideraçõe finais

Este estudo objetivou identificar teorias explicativas sobre a influência social no consumo de álcool. Pode-se observar que há várias teorias explicativas, em sua maioria complementares; dessa forma, seria relevante sua integração para uma análise mais profunda sobre quais são os fatores que realmente influenciam no consumo do álcool. A influência social e as expectativas sobre o álcool são fatores determinantes no consumo de bebida alcoólica entre universitários. Neste sentido, é relevante entender fatores que influenciam indivíduos a tomarem decisões e adotarem preferências em seu cotidiano. Novos estudos verificando quais teorias têm maior preditivo podem agregar para intervenções que visem diminuir os efeitos negativos do consumo de álcool.

Referências

ADAMS, C. E.; NAGOSHI, C. T. Changes over one semester in drinking game playing and alcohol use and problems in a college student sample. *Substance Abuse*, v. 20, n. 2, p. 97-106, 1999.

ADDIS, M. E., MAHALIK, J. R. Men, masculinity, and the contexts of help seeking. *American psychologist*, v. 58, n. 1, p. 5, 2003.

BARAONA, E. et al. Gender differences in pharmacokinetics of alcohol. *Alcoholism:* clinical and experimental research, v. 25, n. 4, p. 502-507, 2001.

BLANTON, H.; CHRISTIE, C. Deviance regulation: A theory of action and identity. *Review of general psychology*, v. 7, n. 2, p. 115, 2003.

BORSARI, B.; CAREY, K. B. Peer influences on college drinking: a review of the research. *Journal of substance abuse*, v. 13, n. 4, p. 391-424, 2001.

BORSARI, B.; MURPHY, J. G.; BARNETT, N. P. Predictors of alcohol use during the first year of college: Implications for prevention. *Addictive behaviors*, v. 32, n. 10, p. 2062-2086, 2007.

BOYD, S. J.; CORBIN, W. R.; FROMME, K. Parental and peer influences on alcohol use during the transition out of college. *Psychology of addictive behaviors*, v. 28, n. 4, p. 960, 2014.

CARRIGAN, M. H.; RANDALL, C. L. Self-medication in social phobia: a review of the alcohol literature. *Addictive behaviors*, v. 28, n. 2, p. 269-284, 2003.

CRANDALL, C. S. Social contagion of binge eating. *Journal of personality and social psychology*, v. 55, n. 4, p. 588, 1988.

DALLO, L.; MARTINS, R. A. Uso de álcool entre adolescentes escolares: um estudo-piloto. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 50, p. 329-334, 2011.

DEAUX, K. et al. (Edit.). *Prejudice*: the target's perspective. New York: Academic Press; 1998.

DEMARTINI, K. S. et al. Injunctive norms for alcohol-related consequences and protective behavioral strategies: effects of gender and year in school. *Addictive behaviors*, v. 36, n. 4, p. 347-353, 2011.

GOODMAN, I.; PETERSON-BADALI, M.; HENDERSON, J. Understanding motivation for substance use treatment: the role of social pressure during the transition to adulthood. *Addictive behaviors*, v. 36, n. 6, p. 660-668, 2011.

HAM, L. S.; BONIN, M.; HOPE, D. A. The role of drinking motives in social anxiety and alcohol use. *Journal of Anxiety Disorders*, v. 21, n. 8, p. 991-1003, 2007.

HARRIS, J. R. Where is the child's environment? A group socialization theory of development. *Psychological review*, v. 102, n. 3, p. 458, 1995.

JACKSON, C.; HENRIKSEN, L.; DICKINSON, D. Alcohol-specific socialization, parenting behaviors and alcohol use by children. *Journal of studies on alcohol*, v. 60, n. 3, p. 362-367, 1999.

MONACO, G. L.; GUIMELLI, C. Hegemonic and polemical beliefs: culture and consumption in the social representation of wine. *The Spanish journal of psychology*, v. 14, n. 01, p. 237-250, 2011.

MOSCOVICI, S. The history and actuality of social representations. In: FLICK, U. (Edit.). *The psychology of the social*. Cambridge: Cambridge University, 1998. p. 209-247.

OH, H.; KIM, Y. Drinking behavior and drinking refusal self-efficacy in Korean college students. *Psychological reports*, v. 115, n. 3, p. 872-883, 2014.

OOSTVEEN, T.; KNIBBE, R.; DE VRIES, H. Social influences on young adults' alcohol consumption: norms, modeling, pressure, socializing, and conformity. *Addictive behaviors*, v. 21, n. 2, p. 187-197, 1996.

ROBINSON, T.; BERRIDGE, K. Incentive-sensitization and drug 'wanting'. *Psychopharmacology*, v. 171, n. 3, p. 352-353, 2004.

SCHACHTER, S. Deviation, rejection, and communication. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, v. 46, n. 2, p. 190, 1951.

SCHULENBERG, J. E.; MAGGS, J. L. A developmental perspective on alcohol use and heavy drinking during adolescence and the transition to young adulthood. *Journal of studies on alcohol*, *s*upplement, n. 14, p. 54-70, 2002.

SIMONS, J. S. Differential prediction of alcohol use and problems: the role of biopsychological and social-environmental variables. *The American journal of drug and alcohol abuse*, v. 29, n. 4, p. 861-879, 2003.

STUDER, J. et al. Peer pressure and alcohol use in young men: a mediation analysis of drinking motives. *International journal of drug policy*, v. 25, n. 4, p. 700-708, 2014.

SWIM, Janet K; STANGOR, Charles (Edit.). *Prejudice*: the target's perspective. San Diego: Academic Press, 1998.

THOMASSON, H. R.; BEARD, J. D.; LI, T. K. ADH2 gene polymorphisms are determinants of alcohol pharmacokinetics. *Alcoholism:* clinical and experimental research, v. 19, n. 6, p. 1494-1499, 1995.

TURNER, R. H. The real self: from institution to impulse. *American journal of Sociology*, v. 81, n. 5, p. 989-1016, 1976.

WECHSLER, H. et al. College binge drinking in the 1990s: a continuing problem results of the Harvard School of Public Health 1999 College Alcohol Study. *Journal of American College Health*, v. 48, n. 5, p. 199-210, 2000.

SUSTENTABILIDADE SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Social sustainability and public health: a bibliometric analysis

Sidimar Meira Sagaz
Mestrando em Administração (UFRGS).
E-mail: <sidimarsagaz@gmail>.

Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga
Doutora em Agronegócios (UFRGS). Professora (UFSM).
E-mail: <luciagm@ufsm.br>.

Jordana Marques Kneipp
Doutora em Administração (UFSM). Professora (UFSM).
E-mail: <jordana.kneipp@ufsm.br>.

Deison Alencar Lucietto
Doutor em Saúde Pública (FIOCRUZ). Professor (UPF).
E-mail: <deisonlucietto@hotmail.com>.

Resumo

Na área social se encontram os maiores desafios para o desenvolvimento sustentável. Enquanto a sustentabilidade social busca atender ao bem-estar da sociedade e dos trabalhadores, a saúde pública, ao oferecer serviços de saúde por parte do Estado, tem importante função social na vida de indivíduos e populações. Este estudo teve por objetivo analisar as características das publicações sobre sustentabilidade social e saúde pública na base de dados *Scopus*. Os resultados possibilitaram vislumbrar o incremento das publicações ao longo dos anos (1989-2016), com destaque para publicações internacionais. Foi possível identificar a interdisciplinaridade dos conceitos e o aumento das publicações em periódicos científicos nacionais. Este trabalho contribui com o desenvolvimento do empreendedorismo científico, especialmente para a área de gestão nos serviços públicos, uma vez que apresenta um panorama sobre um assunto emergente e que precisa ser mais debatido no meio acadêmico.
Palavras-chave: Sustentabilidade. Sustentabilidade social. Saúde Pública.

Abstract

The biggest challenges for sustainable development are in the social area. While social sustainability seeks to promote well-being for society and workers, public health, when offering health services provided by the State, has an important social function in the lives of individuals and populations. This study aimed to analyze the characteristics of the publications on social sustainability and public health in the Scopus database. The results made the visualization of the increase of publications over the years (1989-2016) possible, with an emphasis on international publications. It was possible to identify the interdisciplinarity of the concepts and the increase in publications in national scientific journals. This paper contributes to the development of scientific entrepreneurship, especially to the management area in public services, since it presents a panorama on an emerging subject that needs to be futher discussed in the academic environment.
Keywords: Sustainability. Social sustainability. Public health.

1 Considerações iniciais

Os termos *sustentabilidade* e *desenvolvimento sustentável* ganharam visibilidade internacional a partir de 1987, no Relatório de Brundtland da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, disseminando no escopo dos governos e da gestão das organizações (Claro, P. B. D. O.; Claro, D. P.; Amâncio, 2008).

O desenvolvimento sustentável questiona a existência da organização, a distribuição da riqueza, sua relação com as partes interessadas e a maneira de cuidar dos colaboradores (Ávila et al., 2015). Assim, parece ser um dos mais importantes movimentos para a transformação da sociedade do milênio (Barbieri et al., 2010).

Conceitos e práticas de sustentabilidade, por sua vez, oferecem suporte para o desenvolvimento duradouro (Duarte et al., 2013). Embora a ideia de sustentabilidade envolva o equilíbrio dos pilares social, ambiental e econômico para o atendimento das necessidades humanas (Abreu; Borges, 2013; Elkington, 2012; Melo Neto; Froes, 2001), no setor saúde costuma ser reduzida à gestão dos resíduos gerados nos serviços de saúde (RSS) com vistas à diminuição da produção, à preservação da saúde e à proteção dos recursos naturais (Anvisa, 2006). Entende-se que dimensões da sustentabilidade sejam utilizadas para analisar e aprimorar práticas gerenciais na saúde pública, uma vez que a prestação desses serviços envolve financiamento (pilar econômico), gestão dos resíduos (pilar ambiental) e respostas às demandas sociais e de saúde (pilar social).

Como a articulação entre os conceitos da sustentabilidade social e da saúde pública ainda é pouco difundida na literatura científica, pesquisas que aproximem esses campos são relevantes, uma vez que podem evidenciar novos e velhos dilemas na gestão de ações e serviços de saúde de populações. Tendo em mente tais aspectos, este estudo teve por objetivo analisar as características das publicações sobre sustentabilidade social e saúde pública na base de dados *Scopus*.

2 Desenvolvimento

2.1 Fundamentação teórica

2.1.2 Sustentabilidade Social

A área social envolve respostas a diferentes atores socais interessados e representa os maiores desafios para o desenvolvimento sustentável (Jacobi, 1999). A sustentabilidade social, segundo Elkington (2012), relaciona-se às pessoas ligadas direta ou indiretamente com a organização. Ela busca atender ao bem-estar da sociedade e dos trabalhadores através do respeito às normas trabalhistas e à remuneração adequada e do alcance de condições de trabalho favoráveis.

Em âmbito comunitário ou populacional, a sustentabilidade social se dá pela satisfação constante das necessidades sociais críticas. Nesse escopo, a participação social pode ser compreendida como uma medida qualitativa da sustentabilidade social (Baracat; Nobre, 2013) a qual contribui para a existência da justiça social. Contudo, mecanismos de participação social dependem, muitas vezes, de recursos escassos do Estado (Dias, 2013). A justiça social diz respeito à igualdade de distribuição de bens entre a sociedade. Para isso, os cidadãos devem ter o mínimo necessário para uma vida digna, como acesso a serviços de saúde, segurança e saneamento (Nascimento, 2012; Ribeiro, 2015).

Para que a sustentabilidade social aconteça de fato, as organizações, o governo e a sociedade devem buscar a gestão de ações de maneira honesta e ética, melhorar a mobilidade social e a diversidade cultural. Deve-se fazer a comunicação e governança com todos os *stakeholders* envolvidos e impactados, priorizar a gestão do talento e a implementação e gestão de programas sociais de combate à miséria e pobreza e ao preconceito social vigente (Melo Neto; Froes, 2001; Teixeira, H. J; Salomão; Teixeira, C. J., 2015; Sachs, 2008). Assim, quando as organizações passam a se comprometer com o desenvolvimento sustentável reduzem os impactos sociais e ambientais (Barbieri et al., 2010).

2.1.3 Saúde Pública

Os termos saúde pública e saúde coletiva são usados corriqueiramente na literatura e nas ações de saúde. No entanto, enquanto campos do conhecimento e de práticas, distinguem-se em função de seus marcos histórico, epistemológico e conceitual (Birman, 2005).

A saúde pública teve origens no final do século XVIII como polícia médica para controlar doenças infecciosas, epidemias, endemias e sanear o ambiente. Ela tem suas origens no naturalismo médico, ou seja, foi fundada em saberes biológicos (Birman, 2005) e visa a obtenção de saúde por populações (Czeresnia, 1999).

De acordo com Botazzo (2003) a saúde pública refere-se à oferta de serviços de saúde por parte do Estado que, assim, exerce controle social de indivíduos e populações. Dentro da concepção clássica de saúde pública, há a valorização dos determinantes biológicos do adoecimento, o que impulsiona ações preventivistas e prescritivas para o controle de doenças e o tratamento dos doentes.

Como a saúde pública possui como objeto de intervenção a saúde em nível populacional (Lucietto; Slavutzky; Lemos, 2012), seus resultados influenciam diretamente o desenvolvimento social. Sociedades mais saudáveis produzem mais riqueza (sob o ponto de vista econômico) e apresentam melhores indicadores de desenvolvimento humano e de qualidade de vida. As práticas realizadas no campo da saúde pública articulam complexa rede de serviços de saúde, com atores sociais movimentando-se em realidades pautadas por incertezas de diferentes naturezas. Por isso, devem ser pensadas à luz da sustentabilidade, em suas dimensões econômica, ambiental e social.

2.2 Método

Tratou-se de estudo bibliométrico com abordagem quantitativa descritiva. As pesquisas bibliométricas são utilizadas para estudar os aspectos quantitativos da produção e disseminação acadêmica (Macias-Chapula, 1998) e para avaliação das características das pesquisas, autores, classificação das instituições, dentre outros (Hayashi et al., 2005).

A coleta de dados desta pesquisa aconteceu na base de dados *Scopus*. A escolha desta base se deu por se tratar de uma das maiores bases multidisciplinares que englobam dados de resumos e citações da literatura científica.

A pesquisa foi realizada em dezembro de 2016 de forma independente e em duplicata, utilizando o campo de busca *Article Title, Abstract, Keywords*, através da seguinte combinação de descritores: *social sustainability* AND *public health*. A pesquisa foi feita em etapas subsequentes: 1) foram feitas buscas mais amplas, de modo a alcançar o maior número possível de publicações sobre o tema. Para tanto, não foram utilizados quaisquer limitadores de tempo; 2) foram excluídos os artigos de revisão, os anais de eventos, os capítulos de livros, livros, as notas, os editoriais, revisão em congressos, artigos de jornal e magazines, as comunicações breves e as cartas. Assim, foram incluídos apenas os artigos publicados em periódicos científicos.

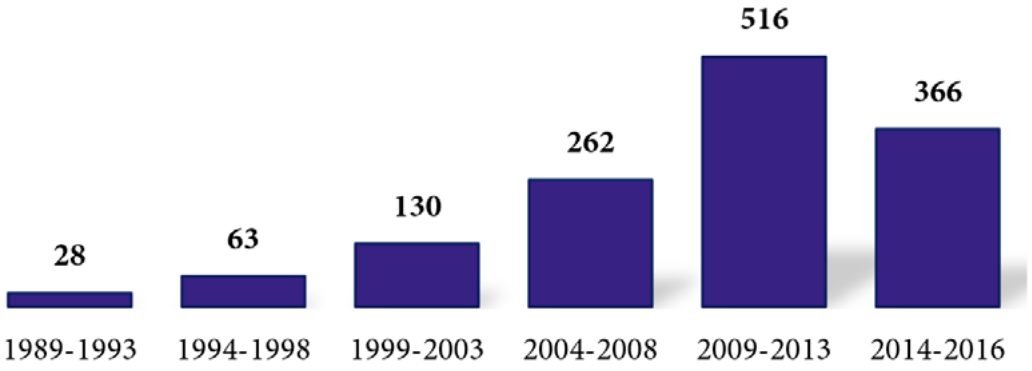
Os dados coletados foram transferidos para uma planilha no *Microsoft Excel* 2016, quantificados e analisados através de estatísticas descritivas. As categorias definidas para análise foram: 1) ano de publicação; 2) fonte de publicação; 3) país ou território; 4) tipo de documento 5) área do conhecimento e 6) análise dos artigos mais citados nos últimos dez anos. Julgou-se necessária a análise da última década para compreender o cenário mais recente em torno das publicações.

2.3 Resultados

2.3.1 Total de publicações

Foram identificadas 1.365 publicações entre os anos de 1989 e 2016. A análise por quinquênios evidenciou que, entre 1989 e 1993 foram encontradas 28 publicações (2%). Percebeu-se que houve um aumento considerável no número de publicações a partir do período 2004 a 2008 com 262 publicações (19,2%). Entretanto, o período com maior número de publicações foi entre 2009 e 2013 com 516 (37,8%). O período entre 2014 a 2016 teve 366 publicações (26,9%) (Gráfico 1).

Gráfico 1: Distribuição das publicações no período 1989-2016.



Fonte: Scopus, 2016.

Quanto aos tipos de publicações, houve predomínio de artigos em periódicos (866, 63,4%), seguidos de artigos de revisão (201, 14,7%) e manuscritos publicados em anais de eventos (146, 10,7%). Os demais tipos de publicações, juntos, resultaram em 152 publicações (11,2%) (Tabela 1).

Tabela 1: Classificação das publicações no período 1989-2016

Tipo de publicação	N	%
Artigo	866	63,4
Artigo de revisão	201	14,7
Anais de eventos/conferências	146	10,7
Capítulo de livro	46	3,4
Livro	37	2,7
Notas	19	1,4
Editoriais	15	1,1
Revisão em Congressos	12	0,9
Artigo de jornal	12	0,9
Comunicação breve	10	0,7
Cartas	1	0,1
Total	**1365**	**100**

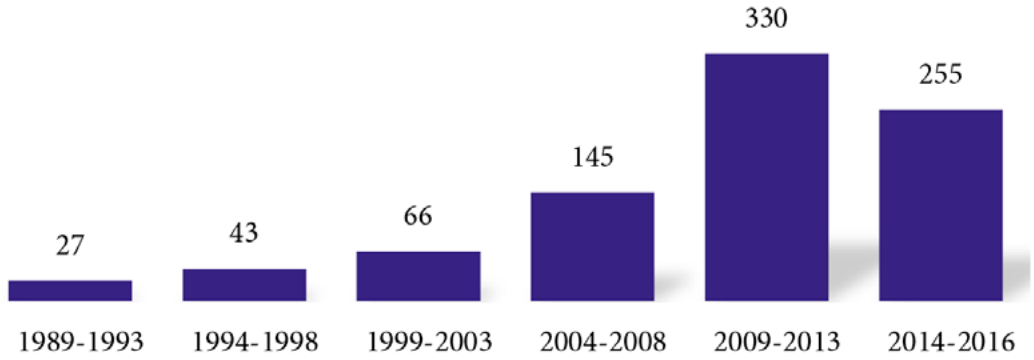
Fonte: Scopus, 2016.

2.3.2 Publicações científicas (artigos)

Ao se utilizar, como filtro de busca, apenas artigos publicados em periódicos científicos, foram encontrados, entre os anos de 1989 e 2016, 866 publicações (100%), o que corresponde a 63,4% do total das publicações do período.

Constatou-se que o número de artigos publicados em relação ao número total de publicações foi mudando ao longo do período analisado. Destaca-se o período entre 1999 e 2003, onde o número de outras publicações (49,3%) foi quase igual ao número de artigos científicos publicados em periódicos (50,7%). No período de 2004 a 2008 os artigos passaram a representar 55,4% do total de publicações e no período de 2009 a 2013, 63,9% das publicações, o que sugere uma preocupação maior dos autores em divulgar suas pesquisas em formato de artigos em detrimento aos demais tipos de publicações (Gráfico 2).

Gráfico 2: Distribuição dos artigos no período 1989-2016



Fonte: Scopus, 2016.

2.3.3 Periódicos com maior número de artigos publicados

Percebeu-se uma distribuição diversificada entre os periódicos com maior número de artigos publicados. A maioria dos periódicos (89,1%) tinha sete ou menos artigos envolvendo sustentabilidade social e saúde pública.

Constatou-se que houve predomínio de periódicos internacionais, sendo que a maior concentração de publicações (14) sobre a temática esteve no *Public Health* (Inglaterra), *o que corresponde a* 1,6% dos artigos encontrados. Destaca-se, contudo, duas revistas brasileiras entre os periódicos com maiores números de publicações ao longo do período analisado: Ciência e Saúde Coletiva, com 12 publicações (1,4%) e Cadernos de Saúde Pública, com 10 publicações (1,4%) (Tabela 2).

Tabela 2: Periódicos com maior número de artigos publicados

Nome do periódico	n	%
Public Health	14	1,6
Ciência e Saúde Coletiva	12	1,4
Social Science and Medicine	12	1,4
Health Promotion International	11	1,3
Cadernos de Saúde Publica	10	1,2
Int. Journal of Environmental Research and Public Health	10	1,2
Plos One	9	1,0
Health Promotion Practice	8	0,9
Joicfp News	8	0,9
Outros	772	89,1
Total	**866**	**100**

Fonte: Scopus, 2016.

2.3.4 Países/regiões dos artigos publicados

Dentre os países/regiões com mais artigos publicados sobre sustentabilidade social e saúde pública, destacam-se os Estados Unidos, com 260 publicações (30,0%), o Reino Unido com 132 (15,2%) e o Canadá, com 72 (8,3%). Neste ranking, o Brasil aparece na 6ª posição, com 46 publicações (8,3%), sendo o primeiro da América Latina (Tabela 3).

Tabela 3: Distribuição dos artigos por países/regiões

País/Região	n	%
Estados Unidos	260	30,0
Reino Unido	132	15,2
Canadá	72	8,3
Austrália	56	6,4
Brasil	46	5,3
Holanda	30	3,5
Suíça	30	3,5
Itália	25	2,9
China	24	2,8
Indefinido	115	13,3
Outros	76	8,8
Total	**866**	**100**

Fonte: Scopus, 2016.

2.3.4 Áreas do conhecimento

As áreas do conhecimento com maior número de publicações foram a Medicina, com 471 (33, 7%); as Ciências Sociais, com 278 (19,9%); e a Ciência Ambiental, com 179 (12,8%). Atenta-se que o maior número de publicações por área do conhecimento (1396) em relação ao total de artigos publicados (866) reforça a ideia que os estudos sobre sustentabilidade social e saúde pública são interdisciplinares, quando uma mesma pesquisa pode estar relacionada a mais de uma área do conhecimento (Tabela 4).

Tabela 4: Distribuição dos artigos publicados por áreas do conhecimento

Área	n	%
Medicina	471	33,7
Ciências Sociais	278	19,9
Ciências Ambientais	179	12,8
Enfermagem	62	4,4
Ciências Agrícolas e Biológicas	53	3,8
Negócios, Gestão e Contabilidade	49	3,6
Economia e Finanças	36	2,6
Engenharia	36	2,6
Energia	31	2,2
Psicologia	31	2,2
Artes e Humanidades	29	2,1
Outras	141	10,1
Total*	**1396**	**100**

* O total é maior que o número de publicações pois um mesmo artigo pode ser veiculado a diferentes áreas.

Fonte: Scopus, 2016.

2.3.6 Artigos mais citados no período 2007-2016

No período entre 2007 e 2016 foram identificadas 1.310 citações dos 10 artigos mais citados sobre sustentabilidade social e saúde pública.

Destacaram-se os trabalhos de Aarons, Hurlburt e Horwitz (2011), com 369 citações (28,16%), de Pfeffer (2010), com 162 (12,36%) e de Wolch, Byrne e Newell (2014), com 132 (10,07%). Percebeu-se que muitos estudos posicionados entre os mais citados eram provenientes de estudos bibliográficos ou revisões da literatura (Bettencourt; Kaur, 2011; Gruen et al., 2008; Pfeffer, 2010; Wolch; Byrne; Newell, 2014).

Identificou-se que todos os artigos mais citados eram de língua inglesa, o que comprova o grande impacto acadêmico das publicações neste idioma. Destes artigos mais citados, apenas o periódico *The Lancet* teve duas publicações, demonstrando que há uma distribuição semelhante nesse quesito.

Quanto aos temas dos artigos, identificados a partir de seus objetivos, verificou-se que as publicações abordavam predominantemente temas relacionados à ecologia, desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade ambiental com repercussões para a sustentabilidade social ou saúde pública (Aarons; Hurlburt; Horwitz, 2011; Bettencourt; Kaur, 2011; Borras Junior; McMichael; Scoones, 2010; Gruen et al., 2008; Hussam; Munir, 2007; Pfeffer, 2010; Wedding; Crawford-Brown, 2007; Wolch; Byrne; Newell, 2014) e, em proporção menor, pesquisas relacionadas às questões sociais por parte de governos (Tamiya et al., 2011; Walker; Brammer, 2009).

Tabela 4: Artigos mais citados dos últimos 10 anos (2007-2016)

Título	Autores e ano	Objetivo	Periódico	Citações
Advancing a Conceptual Model of Evidence-Based Practice Implementation in Public Service Sectors	Aarons.; Hurlburt; Horwitz, 2011.	Propor um modelo de práticas baseadas em evidências de quatro fases (Exploração, Preparação, Implementação, Sustentabilidade), aplicá-lo a serviços do setor público.	Administration and Policy in Mental Health and Mental Health Services Research	369 (28,16%)
Building sustainable organizations: The human factor	Pfeffer, 2010.	Revisar a literatura sobre os efeitos diretos e indiretos das organizações e suas decisões sobre as pessoas, a saúde humana e a mortalidade, relacionando-se com a sustentabilidade social.	Academy of Management Perspectives	162 (12,36%)
Urban green space, public health, and environmental justice: The challenge of making cities 'just green enough'	Wolch; Byrne; Newell, 2014.	Revisar a literatura anglo-americana sobre o espaço verde urbano (parques) e comparar os esforços com as cidades verdes dos EUA e da China.	Landscape and Urban Planning	132 (10,07%)

Título	Autores e ano	Objetivo	Periódico	Citações
A simple and effective arsenic filter based on composite iron matrix: Development and deployment studies for groundwater of Bangladesh	Hussam; Munir, 2007.	Descrever o desenvolvimento e distribuição de um filtro usado por milhares de pessoas em Bangladesh para obter água segura sem arsênico.	Journal of Environmental Science and Health	122 (9,31%)
The politics of biofuels, land and agrarian change: Editors' introduction	Borras; McMichael; Scoones, 2010.	Identificar e explicar grandes questões/ contribuições sobre os biocombustíveis, a terra e as mudanças agrárias na economia política agrária, sociologia política e ecologia política.	Journal of Peasant Studies	100 (7,63%)
Sustainability science: an integrated approach for health-programme planning	Gruen et al., 2008.	Realizar revisão sistemática de quadros conceituais e estudos empíricos sobre a sustentabilidade de programas de saúde.	The Lancet	99 (7,55%)
Sustainable procurement in the United Kingdom public sector	Walker; Brammer, 2009.	Investigar aquisições sustentáveis no setor público do Reino Unido.	Supply Chain Management	94 (7,17%)
Evolution and structure of sustainability science	Bettencourt; Kaur, 2011.	Analisar a evolução temporal, distribuição geográfica, composição disciplinar e estrutura de colaboração de publicações acadêmicas sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.	Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America	80 (6,10%)
Population ageing and wellbeing: Lessons from Japan's long-term care insurance policy	Tamiya et al., 2011.	Analisar dados nacionais sobre o impacto do Seguro Público Obrigatório de Cuidados de Longa Duração (LTCI) do governo japonês nos cuidados, bem-estar e a autonomia dos usuários.	The Lancet	77 (5,87%)

Título	Autores e ano	Objetivo	Periódico	Citações
Measuring site-level success in brownfield redevelopments: A focus on sustainability and green building	Wedding; Crawford-Brown, 2007.	Apresentar e discutir indicadores de mensuração de sucesso de revitalização de áreas contaminadas a partir de construções sustentáveis e ecologicamente corretas.	Journal of Environmental Management	75 (5,72%)

Fonte: Scopus, 2016.

2.4 Discussão

A pesquisa conduzida evidenciou incremento de estudos sobre sustentabilidade social e saúde pública, o que pode ser explicado pela emergência e amplitude de discussões sobre o tema.

O aumento das publicações envolveu diferentes periódicos, o que sugere "pulverização" da temática. Além disso, foi observado que os temas sustentabilidade social e saúde pública são considerados interdisciplinares, pois, os estudos, em sua maioria, estavam relacionados a mais de uma área do conhecimento. Tais achados corroboram com a visão de Jacobi (1999), que enfatiza a relação entre o envolvimento de diferentes atores sociais interessados e o desenvolvimento da sustentabilidade e com as ideias de Paim e Almeida Filho (1998), no sentido que o campo da saúde pública está relacionado ao desenvolvimento de ações multiprofissionais e interdisciplinares em espaços diversos.

Tendo em vista a concentração de publicações em países como Estados Unidos (30,0%), Reino Unido (15,2%) e Canadá (8,3%), estima-se que a busca por avanços no campo social nas nações mais desenvolvidas seja uma constante na vida dos pesquisadores. O Brasil ocupou a sexta posição de países que mais publicaram artigos relacionados ao tema (8,3%). Neste caso, atenta-se para os avanços nas discussões e práticas também no campo da saúde pública, a partir da Reforma Sanitária Brasileira, movimento social que culminou na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que prevê mecanismos de controle social na gestão do sistema.

Esses indicadores reforçam a importância da difusão deste tema em países emergentes como o Brasil, que enfrentam constantes desafios relacionados ao desenvolvimento social. Tal fato corrobora com o ponto de vista de autores como (Melo Neto; Froes, 2001; Teixeira, H. J.; Salomão; Teixeira, C. J., 2015; Sachs, 2008), os quais defendem que as organizações, a sociedade e o governo devem buscar o desenvolvimento da sustentabilidade social através de ações éticas, melhorando a diversidade cultural e a mobilidade social. Assim, estimula-se o maior envolvimento dos vários atores da sociedade, dentre eles os pesquisadores e os empreendedores para a busca do desenvolvimento e da sustentabilidade social.

Outro achado interessante é o fato de dois periódicos brasileiros figurarem entre os que mais publicaram artigos sobre sustentabilidade social e saúde pública: Ciência e Saúde Coletiva, com 12 artigos publicados e Cadernos de Saúde Pública, com 10 artigos. Ressalta-se que esses periódicos são referência no campo da Saúde Pública.

Entretanto, quando se analisaram os artigos com maior número de citações nos últimos 10 anos (2007-2016), não havia nenhum brasileiro, o que reforça a ideia de

que este tema ainda precisa de mais envolvimento no cenário internacional. Como houve predominância de estudos bibliográficos ou revisões de literatura, acredita-se numa possível preocupação dos pesquisadores em esclarecer conceitos, articular teorias e quantificar e monitorar o desempenho qualitativo de pesquisas. A diversificação identificada nos objetivos dos estudos mais citados sugere tanto a possibilidade de usos diversos para o termo sustentabilidade na área da saúde, quanto a amplitude da discussão envolvendo sustentabilidade e saúde pública. Ressalta-se, neste sentido, que as áreas da sustentabilidade social e saúde pública possuem semelhanças, uma vez que ambas utilizam conceitos das Ciências Sociais e Humanas e a da Saúde para buscar um objetivo comum, o desenvolvimento da sociedade (Birman, 2005; Botazzo, 2006; Camargo Junior, 2001).

3 Considerações Finais

Os resultados desta pesquisa bibliométrica sobre sustentabilidade social e saúde pública apontam para o incremento de publicações ao longo do período analisado (1989-2016), especialmente a partir da segunda metade dos anos 2000, com predomínio de artigos científicos internacionais, de países/regiões como Estados Unidos, Reino Unido e Canadá e em áreas como Medicina, Ciências Sociais e Ciências Ambientais.

A análise dos artigos mais citados nos últimos 10 anos (2007-2016) constatou predomínio de publicações em língua inglesa, com objetivos distintos, envolvendo desde relações entre ecologia, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social e saúde. Ficou subjacente a importância desses termos para gestão de organizações, programas, pessoas e do meio ambiente.

O panorama apresentado pode servir de guia para um maior debate acadêmico sobre o tema, uma vez que propõe que a aproximação dos campos da sustentabilidade social e da saúde pública possa ser mais estudado. Em função desses primeiros achados, sugere-se a realização de mais pesquisas, incluindo estudos para a caracterização do cenário nacional e a ampliação do número de bases de dados.

Referências

AARONS, G. A.; HURLBURT, M.; HORWITZ, S. M. Advancing a conceptual model of evidence-based practice implementation in public service sectors. *Administration and Policy in Mental Health and Mental Health Services Research*, Nungambakkam, v. 38, n. 1, p. 4-23, 2011.

ABREU, S. R.; BORGES, F. Q. Indicadores de sustentabilidade organizacional: estudo em um shopping center no estado do Pará. *Revista de Economia e Administração*, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 480-507, 2013.

ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). *Serviços odontológicos*: prevenção e controle de riscos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

ÁVILA, L. V. et al. A perspectiva do alinhamento de estratégias sustentáveis na gestão de cooperativas. *Gestão e desenvolvimento em revista*, Francisco Beltrão, v. 1, n. 1, p. 18-33, 2015.

BARACAT, M. M. Z.; NOBRE, F. S. Participação social como elemento de análise da sustentabilidade: estudo do Programa Brasileiro de DST/AIDS. *Cadernos EBAPE*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 41-64, 2013.

BARBIERI, J. C. et al. Innovation and Sustainability: new models and propositions. *Rae-Revista de Administracao de Empresas,* São Paulo, v. 50, n. 2, p. 146-154, 2010.

BETTENCOURT, L. M. A.; KAUR, J. Evolution and structure of sustainability science. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, Washington, v. 108, n. 49, p. 19540-19545, 2011.

BIRMAN, J. A Physis da saúde coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 11-16, 2005.

BORRAS JUNIOR, S. M.; MCMICHAEL, P.; SCOONES, I. The politics of biofuels, land and agrarian change: editors' introduction. *The journal of peasant studies*, London, v. 37, n. 4, p. 575-592, 2010.

BOTAZZO, C. Saúde bucal e cidadania: transitando entre a teoria e a prática. In: PEREIRA, A. C. (Edit.). . *Odontologia em Saúde Coletiva*: planejando ações e promovendo saúde. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 17-27.

_____. Sobre a bucalidade: notas para a pesquisa e contribuição ao debate. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 7-17, 2006.

CAMARGO JUNIOR., K. R. As muitas vozes da Integralidade. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Edit.). *Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde*. Rio de Janeiro: UERJ, IMS-ABRASCO, 2001. p. 11-15.

CLARO, P. B. D. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. *Revista de Administração da USP - RAUSP*, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008.

CZERESNIA, D. The concept of health and the difference between prevention and promotion. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 701-709, 1999.

DIAS, M. C. A sociologia económica, a sustentabilidade social e da economia social. *Lusíada Economia & Empresa*, Lisboa, v. 2, n. 17, p. 13-31, 2013.

DUARTE, T. L. et al. Desenvolvimento sustentável e empreendedorismo social: um estudo multicaso sobre o impacto de um programa social em organizações não governamentais. *Revista Uniabeu*, Belford Roxo, v. 6, n. 14, p. 251-274, 2013.

ELKINGTON, J. *Sustentabilidade*: canibais com garfo e faca. São Paulo: M. Books, 2012.

GRUEN, R. L. et al. Sustainability science: an integrated approach for health-programme planning. *The Lancet*, London, v. 372, n. 9649, p. 1579-1589, 2008.

HAYASHI, M. C. P. I. et al. Competências informacionais para utilização da análise bibliométrica em educação e educação especial especial. *Educação temática digital*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 11-27, 2005.

HUSSAM, A. .; MUNIR, A. K. M. A simple and effective arsenic filter based on composite iron matrix: development and deployment studies for groundwater of Bangladesh. *Journal of environmental science and health*, Basel, v. 42, n. 12, p. 1869-1878, 2007.

JACOBI, P. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 31-48, 1999.

LUCIETTO, D. A.; SLAVUTZKY, S. M. B.; LEMOS, V. M. A. *Planejamento em saúde coletiva: teoria e prática para estudantes e profissionais de saúde*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998.

MARSIGLIA, R. M. G. Perspectivas para o ensino das Ciências Sociais na graduação odontológica. In: BOTAZZO, C.; FREITAS, S. F. T. (Edit.). . *Ciências Sociais e saúde bucal*: questões e perspectivas. São Paulo; Bauru: UNESP-EDUSC, 1998. p. 175-196.

MATTOS, R. A. Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. de (Edit.). *Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde*. Rio de Janeiro: IMS-UERJ-ABRASCO, 2001. p. 36-64.

MELO NETO, F. P. DE; FROES, C. *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao

econômico. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma "nova saúde pública" ou campo aberto a novos paradigmas?. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

PFEFFER, J. Building sustainable organizations: the human factor. *Academy of Management Perspectives*, New York, v. 24, n. 1, p. 34-45, 2010.

RIBEIRO, C. D. Justiça social e equidade em saúde: uma abordagem centrada nos funcionamentos. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 1109-1118, 2015.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

TAMIYA, N. et al. Population ageing and wellbeing: Lessons from Japan's long-term care insurance policy. *The Lancet*, London, v. 378, n. 9797, p. 1183-1192, 2011.

TEIXEIRA, H. J; SALOMÃO, M. S; TEIXEIRA, C. J. *Fundamentos de Administração*: a busca do essencial. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

WALKER, H.; BRAMMER, S. Sustainable procurement in the United Kingdom public sector. *Supply chain management*, Bingley, v. 14, n. 2, p. 128-137, 2009.

WEDDING, G. C.; CRAWFORD-BROWN, D. Measuring site-level success in brownfield redevelopments: a focus on sustainability and green building. *Journal of environmental management*, Cambridge, v. 85, n. 2, p. 483-495, 2007.

WOLCH, J. R.; BYRNE, J.; NEWELL, J. P. Urban green space, public health, and environmental justice: the challenge of making cities "just green enough". *Landscape and urban planning*, Cambridge, v. 125, n. 1, p. 234-244, 2014.

PROPOSIÇÕES DE MELHORIAS PARA OS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO: UM ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Propositions of improvements for the socialization and special performance assessment processes: a study in a Higher Education Institution

Gean Carlos Tomazzoni
Doutorando em Administração pela UFRGS (EA/PPGA), Mestrado e Graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
E-mail: <gean.tomazzoni@hotmail.com>.

Jhony Pereira Moraes
Mestrando em Administração pela UFRGS (EA/PPGA), Pós-graduando em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, Graduado em Administração de Empresas (UniRitter).
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
E-mail: <jhonymoraes@hotmail.com.br>.

Geneia Lucas dos Santos
Doutoranda em Administração pela UFRGS (EA/PPGA), Mestra em Administração (UNISUL), Especialista em Dinâmicas de Grupo e Gestão de Equipes (UNOESC) e em Recursos Humanos (UNC), Graduanda em Psicologia (UNIARP) e em Administração de Empresas (UNC).
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
E-mail: <geneialucas@gmail.com>.

Resumo

Este artigo teve por objetivo analisar o processo de socialização organizacional e avaliação especial de desempenho do estágio probatório dos servidores nomeados para cargos de provimento efetivo em uma instituição federal de ensino superior, propondo sugestões de melhorias. Para tal, foi realizado um estudo de caso, de natureza descritiva e com emprego de abordagem metodológica quantitativa. Este estudo deixa um legado teórico, ao avançar na explicação acerca das temáticas da

socialização organizacional e estágio probatório, e também prático, ao propor ações de melhoria, que podem ser integradas as políticas e práticas de gestão de pessoas.
Palavras-chave: Estágio Probatório. Socialização Organizacional. Universidade.

Abstract

This article aimed to analyze the process of organizational socialization and special evaluation of the performance of the probationary stage of the servers appointed to positions of effective provision in a federal institution of higher education, proposing suggestions for improvements. For this, a case study was carried out, of descriptive nature and using a quantitative methodological approach. This study leaves a theoretical legacy, when advancing in the explanation on the themes of the organizational socialization and probationary stage, and also practical, when proposing improvement actions, that can be integrated the policies and practices of people management.
Keywords: Probationary Internship. Organizational Socialization. University.

1 Considerações iniciais

A implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que contém programas voltados para a expansão do ensino superior no Brasil, a exemplo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), representou significativo crescimento do quadro de servidores das universidades, necessário para suprir à expansão das atividades, exigindo das Instituições um olhar atencioso ao processo de socialização e avaliação especial de desempenho do estágio probatório dos novos servidores.

Andrade et al. (2014) acreditam que o momento de expansão no qual as universidades passam pode ser "frutífero", desde que haja um bom aproveitamento do quadro de servidores. Segundo o entendimento dos autores, para a consolidação da expansão universitária é fundamental atentar-se ao processo de socialização organizacional dos novos servidores.

Diante do exposto, baseado nas perspectivas da Lei Nº 8.112/90 que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais e no modelo teórico de Inventário de Socialização Organizacional proposto por estudos de Borges et al. (2010), este trabalho tem por objetivo analisar o processo de socialização organizacional e avaliação especial de desempenho do estágio probatório dos servidores nomeados para cargos de provimento efetivo em uma instituição federal de ensino superior, propondo sugestões de melhorias.

2 Estágio probatório

Segundo Modesto (2007), o estágio probatório caracteriza-se como um período de experiência, supervisionado pela administração, destinado a avaliar a adequação do servidor na primeira fase da relação funcional que encetam com o serviço público. Nesse mesmo sentido, Monteiro (2010) compreende este período de tempo como um modelo regimentado de aferição do desempenho, que objetiva avaliar as

competências do novo servidor público no exercício de suas atribuições funcionais, observado os critérios estabelecidos na Lei.

De acordo com o Regime Jurídico Único, o servidor em estágio probatório será submetido à avaliação especial de desempenho, buscando verificar a sua aptidão e capacidade. Segundo Modesto (2007), classifica-se como especial para que não se confunda com o processo de avaliação normal de desempenho, realizado periodicamente, com o intuito de aferir a qualidade da atuação do quadro geral de colaboradores, observando os critérios de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

3 Socialização organizacional

No contexto da administração pública, Chaves (2003) explica que a integração de novos servidores perpassa pela força da Lei, pois, a contratação de pessoas acontece unicamente por meio da realização de concursos públicos, o que dificulta a satisfação das expectativas tanto da instituição como do próprio indivíduo. Em seus estudos Andrade et al. (2014), identificaram que, de forma geral, o nível de socialização organizacional varia conforme o tempo de serviço do indivíduo na organização. Os autores encontraram uma correlação positiva entre as duas variáveis, ou seja, com o passar do tempo, o nível de socialização organizacional do indivíduo tende a aumentar.

A partir do surgimento do enfoque dos conteúdos e da informação, Chao et al. (1994) organizaram os diversos conteúdos do processo de socialização organizacional do ponto de vista dos seus sujeitos em seis fatores. O modelo defendido pelos autores foi construído considerando seis fatores analíticos: proficiência do desempenho; pessoas; políticas; linguagem; objetivos e valores organizacionais; e história. Dentre a perspectiva do conteúdo e da informação, a escala de Inventário de Socialização Organizacional (ISO) desenvolvida por Chao et al. (1994) tem sido utilizada com mais frequência por outros estudiosos, embora que normalmente não de forma integral, mas sim parcial, utilizando somente algumas dimensões que compões o modelo (Carvalho et al., 2012).

Partindo de tal modelo, Borges, Ros e Tamayo (2001), realizam um estudo que buscou traduzir e adaptar as escalas da realidade brasileira. A partir da amostra com operários da construção civil e comerciários de redes de supermercado os autores validaram o referido questionário no País. Tal adaptação foi capaz de revelar especificidades do contexto brasileiro para a socialização organizacional. Os resultados deste estudo identificaram três fatores: Qualificação/inclusão; Competência; e Objetivos e Tradições Organizacionais.

Apesar da adaptação do modelo norte-americano a realidade brasileira, Borges et al. (2010) consideram a versão brasileira mais frágil do que a original e sentiram a necessidade de aproximar mais o modelo à linguagem e ao fenômeno cultural do Brasil. Ao buscar reconstruir o modelo de Inventário de Socialização Organizacional, Borges et al. (2010) desenvolveram uma estrutura analítica de sete fatores. No Quadro 1 apresenta-se a descrição dos fatores analíticos do Inventário de Socialização Organizacional.

Quadro 1: Descrição dos Fatores do Inventário de Socialização Organizacional

Fator	Descrição
Acesso a Informações	"Acessar informações, saber sobre datas importantes, processos organizacionais, critérios e poder."
Competência e Proatividade	"Ser apto para criar, ser eficaz, produtivo, ativo para buscar informações."
Integração às Pessoas	"Sentir-se aceito pelos outros, incluído na equipe, na organização e participar no processo de tomada de decisão."
Não Integração com a Organização	"Ausência do domínio da linguagem, do empego, do conhecimento sobre os processos organizacionais e da cultura organizacional."
Qualificação Profissional	"Conhecimento e experiência profissional. Domínio da linguagem profissional e tarefas."
Objetivos e Valores Organizacionais	"Conhecer e identificar-se com objetivos e prioridades organizacionais. Conhecer a história organizacional."
Linguagem e Tradição	"Dominar a linguagem profissional e organizacional. Conhecer tradições e histórias de colegas. Saber identificar as pessoas mais influentes."

Fonte: Borges et al. (2014).

4 Método do estudo

O presente estudo é de natureza descritiva e de abordagem metodológica quantitativa. A pesquisa é um estudo de caso, onde é investigada uma Instituição Federal de Ensino Superior, localizada no interior do Estado do Rio Grande do Sul. A Universidade objeto deste estudo contava, no período de realização deste estudo, com um quadro de 233 servidores em período de estágio probatório.

Para aplicação do questionário de pesquisa, delimitou-se a população aos servidores que entraram em efetivo exercício no período compreendido de setembro de 2013 a setembro de 2014. Para definição do tamanho da amostra, consideraram-se os valores estimados para p= 0,5 e Intervalo de Confiança (IC) de 94%. Nesses parâmetros, a amostra constitui-se de um total de 126. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação do Inventário de Socialização Organizacional (ISO) proposto por Borges et al. (2010), que tem por objetivo analisar a percepção dos colaboradores acerca da socialização organizacional. Para aferição do nível de 5 concordância ou discordância com as afirmativas, utilizou-se escala do tipo Likert de 5 pontos.

Para coleta dos dados referente à análise das competências e aptidões dos servidores submetidos à avaliação especial de desempenho, utilizou-se a técnica de análise documental, por meio das informações contidas nas fichas de avaliação do estágio probatório dos servidores. Para esta etapa, foram analisadas as avaliações dos servidores com data de posse de 1 de janeiro de 2012 a 30 de outubro de 2014. Ao total foram coletadas as informações referentes a 938 avaliações.

Para análise dos dados realizou-se estatísticas descritivas simples (frequências, médias). Primeiramente, calculou-se o indicador de consistência interna Alpha de Croanbach, para verificar a confiabilidade dos construtos. A análise dos dados foi realizada com o auxílio do software *Statistical Package for Social Sciences*.

5 Resultados

Os resultados obtidos com a realização deste estudo estão sistematizados em três sessões. Na primeira sessão explora-se os resultados das análises da aptidão e capacidade dos novos servidores submetidos à avaliação especial de desempenho do estágio probatório. Na segunda sessão analisa-se os resultados do Inventário de Socialização Organizacional. Por fim, com base nos resultados encontrados, sistematiza-se propostas de melhoria para os processos analisados neste estudo.

5.1 Avaliação do estágio probatório

Inicialmente, explora-se os resultados do cálculo da média, moda, máximo, mínimo e desvio padrão dos fatores de avaliação do estágio probatório para cada categoria de servidor. Na Tabela 1 apresenta-se os resultados da categoria de docentes do ensino básico, técnico e tecnológico.

Tabela 1: Avaliação dos Docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Fator	Média	Moda	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão
Assiduidade	3,143	3	4	3	0,3780
Capacidade de Iniciativa	3,143	3	4	2	0,6901
Disciplina	3,571	4	4	3	0,5345
Produtividade	3,286	3	4	3	0,4880
Responsabilidade	3,571	4	4	3	0,5345

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que para todos os fatores analisados a categoria de docentes do ensino básico, técnico e tecnológico obteve uma média superior a 3, classificando-se como "dentro do esperado" e variando entre 3,143 para os fatores assiduidade e iniciativa e 3,571 para os fatores produtividade e responsabilidade. A moda das avaliações concentrou-se na nota 3 e o desvio padrão variou de 0,3780 a 0,6901. Na Tabela 2 apresentam-se os resultados da categoria dos docentes do ensino superior.

Tabela 2: Avaliação dos Docentes do Ensino Superior

Fator	Média	Moda	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão
Assiduidade	3,842	4	4	3	0,3649
Capacidade de Iniciativa	3,872	4	4	2	0,3457
Disciplina	3,846	4	4	2	0,3715
Produtividade	3,780	4	4	2	0,4322
Responsabilidade	3,842	4	4	3	0,3649

Fonte: Dados da pesquisa.

Para a categoria de docentes do ensino superior a média das avaliações concentrou-se próxima a nota 4, classificada como "acima do esperado". A maior média foi 3,872, atribuída ao fator capacidade de iniciativa, enquanto que a menor foi 3,780 para o fator produtividade. Para todos os fatores a moda foi 4 e o desvio padrão variou entre 0,3457 para o fator capacidade de iniciativa e 0,4322 para produtividade. Na Tabela 3 apresentam-se os resultados da categoria de técnico-administrativos em educação.

Tabela 3: Avaliação dos Técnico-Administrativos em Educação

Fator	Média	Moda	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão
Assiduidade	3,857	4	4	1	0,3794
Capacidade de Iniciativa	3,825	4	4	1	0,4325
Disciplina	3,749	4	4	1	0,5315
Produtividade	3,767	4	4	1	0,5018
Responsabilidade	3,847	4	4	1	0,4120

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que na categoria dos técnico-administrativos em educação a média para todos os fatores também se aproximou da nota 4, indicando que os fatores foram avaliados como "acima do esperado". A moda concentrou-se na nota 4 e o desvio padrão variou entre 0,3794 para o fator assiduidade e 0,5315 para disciplina.

Em geral, para todas as categorias caracterizam-se como bons resultados para a instituição, que possui um quadro de novos servidores altamente qualificados. Eby et al. (1999) destacam que os trabalhadores mais competentes, devido à sua habilidade de adaptação, conhecimentos gerais e senso de responsabilidade costumam ser mais motivados e que esta motivação afeta positivamente a satisfação e o comprometimento. Dessa forma, trabalhadores mais competentes tendem a ser mais satisfeitos, comprometidos, reduzindo as taxas de absenteísmo e *turnover*.

Na compreensão de Dieese (2006), a assiduidade representa um dos principais indicadores utilizado pelas empresas para mensurar a produtividade. Para o autor, a importância da assiduidade como indicador individual ou coletivo é devido principalmente aos quadros reduzidos e enxutos do atual modelo flexível organizacional, pois a ausência do funcionário indistintamente de seu motivo pode trazer instantânea redução na produtividade, qualidade dos produtos e serviços entregues e da satisfação do cliente.

Analisando-se os dados apresentados acima, constata-se que de forma geral, as avaliações especiais de desempenho no âmbito do caso estudado caracterizam-se como um processo que avalia o servidor de forma positiva, garantindo a concessão da estabilidade com a aprovação do estágio probatório. Nesse sentido, Modesto (2007) manifesta a preocupação com a efetividade do estágio probatório como um processo de avaliação real do servidor. Segundo o autor, é essencial que os avaliadores exerçam seu papel de forma comprometida para garantir que a avaliação não represente apenas uma etapa "fria" para o alcance da estabilidade do servidor, prejudicando a longo prazo o desempenho da administração pública na prestação de serviços a sociedade.

5.2 Avaliação da socialização organizacional

Para determinar os níveis de socialização organizacional foi necessário transformar os dados intervalares em dados categóricos. Assim verificou-se o percentual (%) de indivíduos que se encontravam dentro de cada cluster convencionado, ou seja, baixo, médio e alto.

Inicialmente foi calculado o indicador alpha de Cronbach, que segundo Malhotra (2006) conceitua-se como uma medida de confiabilidade de consistência interna. É a média de todos os coeficientes possíveis resultantes das diferentes divisões da

escala de duas metades. Assim, neste estudo encontrou-se um alpha de Cronbach de 0,916, considerado pela literatura como um elevado nível de consistência interna.

Na Tabela 4 apresenta-se os níveis de socialização organizacional encontrados para cada fator do modelo do Inventário de Socialização Organizacional (ISO) de Borges et al. (2010).

Tabela 4: Níveis de Socialização Organizacional

GERAL			
Cargo	**Baixo**	**Médio**	**Alto**
Técnico-Administrativo em Educação	0,0%	25,0%	75,0%
Docente do Ensino Superior	0,0%	17,0%	83,0%
Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	0,0%	0,0%	100%
ACESSO A INFORMAÇÃO			
Cargo	**Baixo**	**Médio**	**Alto**
Técnico-Administrativo em Educação	2,6%	32,9%	64,5%
Docente do Ensino Superior	6,4%	42,6%	51,1%
Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	0,0%	0,0%	100,0%
COMPETÊNCIA E PROATIVIDADE			
Cargo	**Baixo**	**Médio**	**Alto**
Técnico-Administrativo em Educação	0,0%	6,6%	93,4%
Docente do Ensino Superior	0,0%	0,0%	100%
Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	0,0%	0,0%	100%
INTEGRAÇÃO ÀS PESSOAS			
Cargo	**Baixo**	**Médio**	**Alto**
Técnico-Administrativo em Educação	1,3%	22,4%	77,6%
Docente do Ensino Superior	2,1%	23,4%	74,5%
Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	0,0%	0,0%	100%
NÃO INTEGRAÇÃO À ORGANIZAÇÃO			
Cargo	**Baixo**	**Médio**	**Alto**
Técnico-Administrativo em Educação	84,2%	14,5%	1,3%
Docente do Ensino Superior	93,6%	6,4%	0,0%
Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	100%	0,0%	0,0%
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL			
Cargo	**Baixo**	**Médio**	**Alto**
Técnico-Administrativo em Educação	2,6%	17,1%	80,3%
Docente do Ensino Superior	0,0%	2,1%	97,9%
Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	0,0%	0,0%	100,0%
OBJETIVOS E VALORES ORGANIZACIONAIS			
Cargo	**Baixo**	**Médio**	**Alto**
Técnico-Administrativo em Educação	0,0%	25,0%	75,0%
Docente do Ensino Superior	0,0%	25,5%	74,5%
Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	0,0%	0,0%	100%

LINGUAGEM E TRADIÇÃO			
Cargo	**Baixo**	**Médio**	**Alto**
Técnico-Administrativo em Educação	1,3%	44,7%	53,9%
Docente do Ensino Superior	4,3%	66,0%	29,8%
Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	0,0%	0,0%	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar os dados da Tabela 4, verifica-se que no resultado geral de socialização, as três categorias de servidores apresentaram predominância para o nível alto de socialização organizacional. Na categoria técnico-administrativos em educação, 75% dos participantes apresentaram um alto nível de socialização, enquanto que 25% apresentaram um nível mediano. Na categoria docentes do ensino superior, 83% dos docentes apresentaram um nível alto de socialização, seguidos dos 17% que foram classificados no cluster médio. Em relação aos docentes do ensino básico, técnico e tecnológico, todos os participantes foram classificados com um alto nível de socialização organizacional.

Ao comprar os resultados entre os fatores do modelo ISO, verifica-se a predominância no cluster alto para as três categorias de servidores, com exceção do fator linguagem e tradição em que 66% dos docentes do ensino superior apresentaram uma socialização moderada. O fator não integração à organização obteve predomínio no cluster baixo nas três categorias de servidores, representando um resultado positivo para a socialização organizacional.

Assim, é possível afirmar que tanto docentes como técnicos possuem bons níveis de socialização organizacional. Dessa forma, não se pode, de forma geral, afirmar que existem diferenças entre as categorias. O que corrobora com a compreensão de Chao et al. (1994), que afirma que indivíduos bem socializados em seus papéis organizacionais são dotados de habilidades intrínsecas e independem de posição social exercida.

5.3 Sugestões de melhorias

Nos resultados da análise das avaliações especiais de desempenho do estágio probatório verificou-se elevadas médias de desempenho dos servidores, o que em geral caracteriza-se como um resultado positivo. Nesse sentido observou-se o quão objetiva é a forma de avaliação, que consiste na indicação do grau de desempenho do servidor nos cinco fatores estabelecidos na legislação. Assim, a objetividade da avaliação pode comprometer o entendimento do avaliador e proporcionar o efeito "hallo" na hora auferir os indicadores. Sugere-se a complementação do método de avaliação com a inclusão de variáveis que constituem os fatores de avaliação já estabelecidos na Lei 8.120/90. Sugere-se, ainda, a incrementarão de aspectos qualitativos complementam e produzem resultados mais profundos do desempenho do servidor.

Por fim, os resultados do inventário de socialização organizacional evidenciaram que, que de forma geral, os novos servidores apresentam predominantemente altos níveis de socialização organizacional. Todos os fatores do modelo ISO revelaram altos níveis de socialização, com exceção ao fator linguagem e tradição com predominância de níveis medianos. Segundo Borges et al. (2014) esse fator constitui-se da capacidade do colaborador em dominar a linguagem profissional e organizacional e identificar estrutura organizacional e as pessoas que a compõem.

Segundo os autores, refere-se também ao conhecimento do colaborador acerca das tradições e histórias de seus colegas de trabalho.

Esse resultado demonstra uma oportunidade de avanço para o processo de socialização organizacional, principalmente no que diz respeito às linguagens e tradições. Assim, reintegra-se a importância da orientação do servidor ao ingressar na Instituição sobre o funcionamento da instituição, bem como a divulgação de manuais e guias que contemplem a estrutura formal, processos, tramites e siglas que facilitem que o servidor adquira as informações primordiais para o bom desempenho das suas funções.

Outro resultado peculiar, revela diferenças significativas de percepções acerca da socialização organizacional influenciadas pelo perfil do servidor. Foram encontradas diferenças entre os cargos. Dessa forma, as políticas e práticas da gestão de pessoas voltadas para o processo de socialização organizacional devem respeitar essas distinções, para garantir maior efetividade nas suas ações. Isso significa, por exemplo, desenvolver ações direcionadas especificadamente para cada categoria de servidores existentes, dado que esse quesito apresentou significativas diferenças. Assim, é possível estabelecer objetivos e metas para cada categoria, objetivando atender as demandas e peculiaridades específicas de determinado cargo. No Quadro 2 apresenta-se um resumo das principais oportunidades e propostas de melhorias identificas com os resultados deste estudo.

Quadro 2: Sugestões e oportunidades de melhorias

Oportunidades e sugestões	Vantagens
Implementação de variáveis na avaliação especial de desempenho	- Complementar a avaliação especial de desempenho com a implementação de variáveis objetivas que compõem os fatores esperando gerar resultados mais profundos do desempenho do servidor.
Ampliação da exploração dos aspectos qualitativos da avaliação especial de desempenho.	- Divulgação e conscientização da importância da avaliação do estágio probatório como instrumento gerencial para levantamento de informações para a promoção de cursos voltados as reais necessidades dos servidores. - Alteração do formulário de avaliação com a inclusão de uma sessão exclusiva para a identificação necessidades de capacitação para o servidor avaliado. Essa ação justifica-se ao dar um maior destaque para identificação das necessidades de capacitação, esperando que os avaliadores apreciem com maior atenção este campo da avaliação.
Aprimoramento do processo de socialização organizacional relativo às linguagens e tradições	- Desenvolvimento de ações que visem orientar o servidor ao ingressar na Instituição sobre o funcionamento da Instituição, bem como a divulgação de manuais e guias que contemplem a estrutura formal, processos, tramites e siglas que facilitem que o servidor adquira as informações primordiais para o bom desempenho das suas funções.

Oportunidades e sugestões	Vantagens
Análise da influência das características pessoais na percepção quanto à socialização.	- Evidenciadas as diferenças na forma como os servidores percebem a sua socialização com a organização, dependendo das suas características pessoais, as políticas e práticas de gestão de pessoas voltadas para o processo de socialização organizacional devem respeitar essas distinções, para garantir maior efetividade nas suas ações. - Assim, consegue-estabelecer objetivos e metas para cada categoria, objetivando atender as demandas e peculiaridades específicas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na próxima seção sintetiza-se as considerações finais, evidenciando os principais achados, contribuições, limitações e sugestões de estudos futuros.

6 Considerações finais

Ao finalizar este trabalho, acredita-se ter construído um conjunto de oportunidades e aprimoramentos identificados a partir dos resultados da pesquisa. Foram propostas macro-ações: implementação de variáveis na avaliação especial de desempenho; ampliação da exploração dos aspectos qualitativos da avaliação especial de desempenho; aprimoramento do processo de socialização organizacional relativo às linguagens e tradições; e análise da influência das características pessoais na percepção quanto à socialização.

Sugere-se que outras pesquisas sejam conduzidas utilizando a mesma temática, no intuito de comparar os resultados com outras Instituições Públicas do País. Também é importante a realização de estudos qualitativos com objetivo de investigar em profundidade como as chefias compreendem e realizam a avaliação de seus servidores em estágio probatório, bem como estudos que tentem construir e validar modelos que consigam explicar os impactos consequentes da socialização organizacional.

Destaca-se como limitações o fato de ser um caso único, o que impossibilita a generalização dos resultados para toda a população. Assinala-se ainda, a especificidade do tema da análise do estágio probatório como mecanismo de avaliação, pouco explorado na literatura e a diversidade e tamanho da população estudada. Como contribuições, este estudo deixa um legado teórico, ao avançar na explicação acerca das temáticas da socialização organizacional e estágio probatório, e também prático, ao propor ações de melhoria, que podem ser integradas as políticas e práticas de gestão de pessoas da instituição pesquisada.

Referências

ANDRADE, D. C. T.; PENHA, R.; RAMOS, H. R. Um estudo sobre a percepção de servidores públicos acerca do nível de socialização organizacional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 38., Rio de Janeiro, 2014. *Anais...* Rio de Janeiro, 2014.

BORGES, L. O.; ROS, M. G.; TAMAYO, A. Socialización organizacional: tácticas y autopercepción. *Revista de psicología del trabajo y de las organizaciones*, v. 17, n. 2, p. 173-196, 2001.

BORGES, L. O. et al. Re-construção e validação de um inventário de socialização organizacional. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 11, n. 4, p. 4-37, 2010.

BORGES, L. O. et al. Socialização organizacional. In: SIQUEIRA, M. M. M. (Org.). *Novas medidas do comportamento organizacional*: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2014, p. 264-279.

BRASIL. *Lei n. 8.112*, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>. Acesso em: 24 ago. 2016.

CHAO, G. T. et al. Organizational socialization: its content and consequences. *Journal of Applied Psychology*, Washington, v. 79, n. 5, p. 730-743, 1994.

CHAVES, C. S. *Socialização organizacional*: o processo de integração de novos servidores na Câmara dos Deputados. 2003. 117 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Gerencial) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

DIEESE. Participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas 2005. *Estudos e pesquisas*, ano 3, n. 22, ago. 2006. Disponível em: <http://www.dieese. org.br/estudosepesquisas/2006/estpesq22_plr.pdf>. Acesso em: 15 out 2016.

EBY, L. T. et al. Motivational bases of affective organizational commitment: a partial test of an integrative theoretical model. *Journal of occupational and organizational psychology*, v. 72, p. 463-483, 1999.

MODESTO, P. Estágio probatório: questões controversas. *Revista eletrônica de Direito de Estado*, Salvador, n. 10, p. 1-27, abr./jun. 2007.

MONTEIRO, M. B. *Estágio probatório como método de avaliação do servidor*: estudo de caso no Ministério Público Gaúcho. 2010. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.